UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

IGREJA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DE PORTO CALVO/AL: subsídios para uma gestão da conservação mais efetiva.

Spartacus Soares da Silva
Orientadora: Prof.ª Dra. Claudia dos Reis e Cunha

Uberlândia
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

IGREJA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DE PORTO CALVO/AL: subsídios para uma gestão da conservação mais efetiva.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto Espaço e Cultura

Linha de Pesquisa 1: Cidade e Patrimônio: perspectivas e prospectivas

Uberlândia
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 Silva, Spartacus Soares da, 1974-
2026 IGREJA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DE PORTO CALVO/AL [recurso eletrônico] : subsídios para uma gestão da conservação mais efetiva / Spartacus Soares da Silva. - 2026.

Orientadora: Claudia dos Reis e Cunha.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Modo de acesso: Internet.
DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.605
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. I. Cunha, Claudia dos Reis e,1977-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Sala 234 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4433 - www.ppgau.faued.ufu.br - coord.ppgau@faued.ufu.br

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	01 de setembro 2026	Hora de início:	13:30h	Hora de encerramento:	15:15h
Matrícula do Discente:	12422ARQ016				
Nome do Discente:	Spartacus Soares da Silva				
Título do Trabalho:	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DE PORTO CALVO/AL: subsídios para uma gestão da conservação mais efetiva.				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Cidade e Patrimônio: perspectivas e prospectivas				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Patrimônio Arquitetônico e Urbano no Século XXI: Tutela e Restauro				

Reuniu-se de forma remota pela plataforma Conferência Web, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Lia Motta - PEP-IPHAN, Denise Fernandes Geribello - PPGAU.FAUeD.UFU e Claudia dos Reis e Cunha– PPGAU.FAUeD.UFU orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Prof.ª Dr.ª Claudia dos Reis e Cunha, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Claudia dos Reis e Cunha**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/09/2026, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Denise Fernandes Geribello**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 03/09/2026, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Lia Motta**, **Usuário Externo**, em 04/09/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7662309** e o código CRC **43C8AAA7**.

Referência: Processo nº 23117.061948/2026-77 SEI nº 7662309

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/09/2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 3P, 3º andar - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4603 - www.propp.ufu.br - propp@ufu.br

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO OU TESE DE DOUTORADO

Nome completo: Spartacus Soares da Silva

Matrícula nº: 12422ARQ016

Programa de Pós-Graduação em: Arquitetura e Urbanismo - PPGAU

Trabalho:

X Dissertação de Mestrado

☐ Tese de Doutorado

Intitulada: IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DE PORTO CALVO/AL: subsídios para uma gestão da conservação mais efetiva.

Declaro, para fins de depósito junto à Universidade Federal de Uberlândia – UFU, que as informações abaixo refletem de forma verdadeira, completa e transparente eventual utilização de ferramentas de Inteligência Artificial – IA durante a elaboração do trabalho.

1. UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

☐ **Declaro que NÃO utilizei** ferramentas de Inteligência Artificial na elaboração da dissertação/tese.

X Declaro que UTILIZEI ferramentas de Inteligência Artificial na elaboração da dissertação/tese, conforme detalhamento abaixo.

Ferramenta(s), plataforma(s) e, quando possível, versão(ões) utilizada(s): Chat GPT

Período de utilização: 03/03/2026 a 05/08/2026

2. FINALIDADE DA UTILIZAÇÃO

Marcar todas as opções aplicáveis:

☐ Exploração inicial de ideias e brainstorming;

X Geração de estruturas, tópicos ou rascunhos iniciais, posteriormente submetidos à revisão e reescrita humana;

☐ Busca de fontes/literatura;

☐ Leitura assistida, sumarização ou extração de informações, com conferência humana;

X Revisão linguística, gramatical ou estilística;

☐ Tradução, com revisão humana;

☐ Formatação de referências e citações;

☐ Apoio à análise e visualização de dados;

☐ Geração ou revisão de código para análise de dados;

☐ Programação, depuração ou documentação de código;

☐ Desenvolvimento de protótipos, ferramentas ou simulações;

☐ Transcrição de áudios ou vídeos;

☐ Geração de tabelas, gráficos, figuras ou outras visualizações;

☐ Outra finalidade: _____.

3. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA UTILIZAÇÃO

Descrever como a(s) ferramenta(s) de IA foi(foram) utilizada(s), indicando, quando pertinente, exemplos de comandos ou prompts, de modo a permitir a compreensão e a rastreabilidade de seu emprego:

As ferramentas de IA, foram utilizadas para a correção de imagens antigas, produção de imagens de referência à lendas e histórias contadas pela comunidade da cidade de Porto Calvo, bem como na revisão linguística.

4. VALIDAÇÃO HUMANA

Descrever, de forma sintética, os procedimentos adotados para conferência, revisão, validação e análise crítica dos conteúdos ou resultados produzidos com auxílio de IA:

A IA foi utilizado como instrumento auxiliar, especialmente nas atividades de revisão, organização e aprimoramento de expressões escrita, sem delegação a ferramenta teóricas, metodológicas ou interpretativas fundamentais. Assim, a conferência, a revisão, a validação e a análise crítica foram adotadas como procedimento indispensáveis para assegurar que os conteúdos produzidos com o auxilio da tecnologia estivessem alinhados aos princípios de rigor científico, transparência, responsabilidade acadêmica e integridade da pesquisa

5. NÍVEL DE ENVOLVIMENTO DA IA NA PRODUÇÃO

X Baixo: uso pontual para tarefas auxiliares, tais como revisão gramatical, tradução ou formatação de referências.

☐ **Moderado:** uso para apoio à geração de ideias, organização textual, sumarização, programação ou atividades semelhantes, com substancial intervenção, validação e/ou reescrita humana.

☐ **Alto:** uso extensivo em etapas da pesquisa, tais como análise de dados complexos, produção de códigos, protótipos ou simulações, sempre submetido à supervisão humana e à validação crítica dos resultados.

6. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE E RESPONSABILIDADE

Para efetivação do depósito, declaro que:

X Assumo responsabilidade integral e exclusiva pelo conteúdo final da dissertação/tese, incluindo a veracidade e a precisão das informações, a originalidade do trabalho e a validade das análises, conclusões e interpretações apresentadas;

X Toda utilização de IA foi submetida à minha supervisão, análise crítica, validação e, quando necessária, revisão ou reescrita, não sendo atribuída à ferramenta de IA autoria intelectual da dissertação/tese;

X Não apresentei como de minha autoria conteúdo produzido por IA sem a necessária revisão, validação e apropriação intelectual crítica;

X Verifiquei a precisão e a confiabilidade das informações incorporadas ao trabalho e não utilizei referências bibliográficas, dados ou informações geradas por IA sem a correspondente conferência em fontes idôneas;

X Não inseri em ferramentas de IA dados pessoais, sensíveis, sigilosos, inéditos, confidenciais ou informações protegidas da UFU ou de terceiros, salvo quando presentes condições institucionais e jurídicas adequadas de proteção;

X Respeitei os direitos autorais, a propriedade intelectual, as licenças de uso, a confidencialidade e as demais normas éticas, legais e institucionais aplicáveis;

X Quando houve utilização de transcrições, dados pessoais ou conteúdos envolvendo terceiros, foram

observadas as exigências éticas e legais aplicáveis, inclusive quanto à anonimização, quando pertinente;

X Tenho ciência das limitações, riscos de erro, alucinações, vieses e demais restrições inerentes às ferramentas de IA utilizadas;

X Comprometo-me a prestar informações adicionais sobre a utilização de IA, caso solicitado pelo Programa de Pós-Graduação, pela banca examinadora ou por órgão competente da Universidade;

X Declaro que o eventual uso de Inteligência Artificial não afasta nem reduz minha responsabilidade acadêmica, ética, administrativa, civil ou de qualquer outra natureza pelo conteúdo depositado.

X Declaro, por fim, serem verdadeiras todas as informações prestadas neste documento.

Uberlândia, 22 de setembro de 2026.

Nome do(a) discente: Spartacus Soares da Silva_ _____

Assinatura do(a) discente: _____ Documento assinado digitalmente gov.br SPARTACUS SOARES DA SILVA Data: 24/09/2026 11:09:46-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br _____

Orientador(a): Claudia dos Reis e Cunha_____ Documento assinado digitalmente gov.br CLAUDIA DOS REIS E CUNHA Data: 23/09/2026 07:38:05-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br _____

CIÊNCIA do(a) orientador(a): _____

Criado por yedamarina, versão 13 por yedamarina em 10/09/2026 15:53:37.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força e direção ao longo desta caminhada. À minha família, pelo apoio, incentivo e presença constante, essenciais para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Claudia dos Reis e Cunha, pela orientação cuidadosa, pela confiança depositada e pelas valiosas contribuições ao desenvolvimento desta pesquisa.

À Profa. Dra. Lia Motta e a Profa. Dra. Denise Fernandes Geribello, membros da banca de qualificação, pelas relevantes contribuições, sugestões e reflexões, que enriqueceram significativamente este trabalho.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pela oportunidade de formação acadêmica e pelo ambiente de aprendizado proporcionado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo apoio financeiro por meio de concessão da bolsa de pesquisa, fundamental para a realização deste estudo.

Aos professores, colegas e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja por meio de diálogos, sugestões ou apoio ao longo do percurso.

À Irley Machado, pelo acolhimento durante o período em que permaneci na Universidade, proporcionando apoio e receptividade ao longo dessa etapa da minha trajetória acadêmica.

Por fim, à comunidade de Porto Calvo, cuja história, cultura e patrimônio foram fundamentais para a construção desta pesquisa.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao Instituto de Ciências das Artes – ICA da Universidade Federal de Belém/PA – UFPA, em nome da Profa. Dra. Isis de Melo Molinari Antunes, pela acolhida e pela gentileza em disponibilizar o espaço, o computado e a conexão de internet para a realização da minha defesa de Dissertação de Mestrado, quero agradecer também a Profa. Dra. Idanise Santana Azevedo Hanoy e a mestranda Lilian Dalledone. Agradeço o apoio e a generosidade, que contribuíram para tornar este momento tão importante da minha trajetória acadêmica.

RESUMO

Esta pesquisa propõe analisar os desafios de preservação do bem tombado representado pela Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na cidade de Porto Calvo, em Alagoas, a partir de uma fundamentação teórica e crítica das normativas nacionais voltadas à proteção e preservação do Patrimônio Cultural. O estudo tem como objetivo aprofundar o conhecimento histórico documental sobre a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, as motivações que levaram ao seu tombamento, bem como compreender de que forma a comunidade local se relaciona na contemporaneidade, com essa edificação cristã católica de caráter secular, de modo a oferecer contribuições para a gestão da conservação. Nesse contexto, destaca-se a importância de compreender a relação dialética entre permanência e mudança na trajetória de preservação da referida Igreja. Para tanto, adota-se um olhar atento à difusão dos valores históricos, arquitetônicos, artísticos e paisagísticos associados ao bem. A pesquisa fundamenta-se em diferentes abordagens, com base em fontes documentais, pictóricas e cartográficas, que não apenas descrevem, mas também condicionam a percepção do lugar. Tais registros evidenciam as condições naturais do sítio de implantação da antiga vila, sua topografia e as características arquitetônicas de algumas edificações, incluindo a localização da referida Igreja, relacionadas ao processo de ocupação e consolidação do território pelos portugueses. A abordagem proposta abrange o período compreendido entre o ano de 1955 – ano do tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação – até a atualidade.

Palavras-chave: Igreja de Nossa Senhora da Apresentação; Gestão da Conservação; Patrimônio Cultural; Historiografia; Porto Calvo.

ABSTRACT

This research proposes to analyze the challenges of preserving the listed property represented by the Church of Our Lady of the Presentation, located in the city of Porto Calvo, Alagoas, based on a theoretical and critical foundation of national regulations aimed at the protection and preservation of Cultural Heritage. The study aims to deepen the historical and documentary knowledge about the Church of Our Lady of the Presentation, the motivations

that led to its listing as a heritage site, as well as to understand how the local community relates to this secular Catholic Christian building in contemporary times, in order to offer contributions to its conservation management. In this context, the importance of understanding the dialectical relationship between permanence and change in the preservation trajectory of the aforementioned Church is highlighted. To this end, a careful look is taken at the diffusion of historical, architectural, artistic, and landscape values associated with the property. The research is based on different approaches, using documentary, pictorial, and cartographic sources, which not only describe but also condition the perception of the place. These records highlight the natural conditions of the site where the old village was established, its topography, and the architectural characteristics of some buildings, including the location of the aforementioned Church, related to the process of occupation and consolidation of the territory by the Portuguese. The proposed approach covers the period from 1955 – the year the Church of Nossa Senhora da Apresentação was listed as a heritage site – to the presente day.

Keywords: Church of Our Lady of Presentation; Preservation Management; Cultural Heritage; Historiography; Porto Calvo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da Cidade de Porto Calvo.....18
Figura 2: Mapa de Porto Calvo.....26
Figura 3: Vista aérea da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação 29
Figura 4: Vista aérea da Procissão de Nossa Senhora da Apresentação.....30
Figura 5: Vista do Adro da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação 31
Figura 6: Vista Central da entrada da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação 32
Figura 7: Vista da Nave da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação 32
Figura 8: Vista do Interior da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.....33
Figura 9: Imagem de Nossa Senhora da Apresentação 40
Figura 10: N. S. da Apresentação de Natal.....41
Figura 11: N. S. da Apresentação de Irajá.....41
Figura 12: Mapa do Cerco e Conquista de Porto Calvo.....45
Figura 13: Paisagem ao redor de Porto Calvo no Brasil 46
Figura 14: "Pernambuco Pas Meridionalis" 49
Figura 15: Domingos Fernandes Calabar.....51
Figura 16: Lado posterior do retábulo.....54
Figura 17: Fortim Bass 56
Figura 18: Procissão de Nossa Senhora da Apresentação 58
Figura 19: Procissão do Co padroeiro São Sebastião 58
Figura 20: Pastoril Rosas de Ouro 63
Figura 21: Cambindas 64
Figura 22: Coco de Roda 65
Figura 23: Narrativas em Movimento.....66
Figura 24: Peregrinação Jubilar à Igreja de Nossa Senhora da Apresentação 67
Figura 25: Retrato de Medeiros Neto 76
Figura 26: Fachada principal da Igreja.....83
Figura 27: Vista do Retábulo 83
Figura 28: Vista aérea da Igreja com destaque para a rua dos mortos.....84
Figura 29: Visita do Governador Divaldo Suruagy a cidade de Porto Calvo 85
Figura 30: Inscrição na parede do coro 88
Figura 31: Altar mor.....90
Figura 32: Lado externo do altar mor 90
Figura 33: Galeria.....91
Figura 34: Galeria 91
Figura 35: Sacristia lado interno.....91
Figura 36: Sacristia lado externo 91
Figura 37: Croqui dos furos de sondagem.....92
Figura 38: Área danificada 92
Figura 39: Subtração da torre sineira 97
Figura 40: Púlpito.....99
Figura 41: Cercadura do púlpito 99

Figura 42: P. Baixa da subtração de dois nichos laterais 100
Figura 43: Fotografia da subtração dos nichos laterais 100
Figura 44: Restauro da Imagem de N. S. Apresentação 105
Figura 45: Prospecção na Imagem de N. S. da Apresentação 106
Figura 46: Processo de Restauração da Imagem de N.S. da Apresentação 106
Figura 47: Peanha 107
Figura 48: Aplicação de verniz N.S. da Apresentação 108
Figura 49: N.S. da Apresentação restaurada 108
Figura 50: Restauro da Imagem de Nossa Senhora das Dores 109
Figura 51: Prospecção (N.S. das Dores) 109
Figura 52: Aplicação de próteses (N.S. das Dores) 110
Figura 53: Aplicação de folha de ouro (N.S. das Dores) 110
Figura 54: Aplicação de verniz (N.S. das Dores) 111
Figura 55: Nossa Senhora das Dores finalizada 111
Figura 56: Restauro da Imagem de Nossa Senhora do Rosário 112
Figura 57: Limpeza química e prospecção (N.S. do Rosário) 112
Figura 58: Presença de insetos xilófagos (N.S. do Rosário) 113
Figura 59: Aplicação de próteses (N.S. do Rosário) 113
Figura 60: Aplicação de folha de ouro (N.S. do Rosário) 114
Figura 61: Aplicação de verniz (N.S. do Rosário) 114
Figura 62: Imagem de Nossa Senhora do Rosário finalizada 115
Figura 63: Restauro da Imagem do Senhor Morto 115
Figura 64: Processo de imunização (Senhor Morto) 116
Figura 65: Aplicação de próteses e entalhe (Senhor Morto) 117
Figura 66: Substituição de tecido nas partes articuladas (Senhor Morto) 117
Figura 67: Finalização de restauro do Senhor Morto 118
Figura 68: Restauro da Imagem do Senhor da Pedra Fria 118
Figura 69: Limpeza mecânica e imunização (S. da Pedra Fria) 119
Figura 70: Prospecção e pintura (S. da Pedra Fria) 119
Figura 71: Aplicação de próteses (S. da Pedra Fria) 120
Figura 72: Finalização do restauro do Senhor da Pedra Fria 121
Figura 73: Restauro da Imagem do Senhor Atado 121
Figura 74: Ação de cupins (Senhor Atado) 122
Figura 75: Finalização de restauro da imagem do Senhor Atado 122
Figura 76: Restauro da Imagem do Senhor dos Passos 123
Figura 77: Limpeza química (Senhor dos Passos) 123
Figura 78: Aplicação de próteses (Senhor dos Passos) 124
Figura 79: Finalização do restauro do Senhor dos Passos 125
Figura 80: Restauro da Imagem do Cristo Crucificado 125
Figura 81: Imunização e fumigação (Cristo Crucificado) 126
Figura 82: Finalização de restauro do Cristo Crucificado 126
Figura 83: Restauro da Imagem de Santo Amaro 127

Figura 84: Limpeza mecânica e imunização (Santo Amaro)....128
Figura 85: Finalização de restauro da Imagem de Santo Amaro....128
Figura 86: Restauro da Imagem de Santo Antônio....129
Figura 87: Imunização e fumigação (Santo Antônio)....130
Figura 88: Finalização de restauro da Imagem de Santo Antônio....130
Figura 89: Retábulo....139
Figura 90: Planta baixa térrea apresentada no inventário (2004)....141
Figura 91: Planta baixa térrea (arquivo Iphan/PE)....142
Figura 92: Planta baixa superior apresentada no inventário (2004)....142
Figura 93: Planta baixa superior (arquivo Iphan/PE)....143
Figura 94: Ficha catalográfica de monumento - Seteira....144
Figura 95: Ficha catalográfica de monumento - N.S. da Apresentação....145
Figura 96: Ficha catalográfica de monumento - Torre sineira....146
Figura 97: Ficha catalográfica de monumento - Retábulo....147
Figura 98: Fachada e entorno imediato da Igreja N.S. da Apresentação....157
Figura 99: Vista do Adro da Igreja de N.S. da Apresentação....159
Figura 100: Fachada da Igreja N.S. da Apresentação com....160
Figura 101: Igreja N.S.A. com visibilidade prejudicada pelas interferências do entorno....161
Figura 102: Fachada Leste da Igreja N.S. da Apresentação....161
Figura 103: Fachada lateral....162
Figura 104: Construção de 3 pavimentos na vizinhança da Igreja....163
Figura 105: Vista da Igreja parcialmente encoberta....164
Figura 106: Delimitação da área de tombamento e entorno....174
Figura 107: Vista aérea da delimitação da área de tombamento e entorno....174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COPE – Consultoria, Projetos e Engenharia LTDA

EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança

ETEC – Escritório Técnico de Estruturas

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCH – Programa de Cidades Históricas

SERVEAL – Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ZPEC – Zona Especial de Proteção Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1 – IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: a expressão de fé no processo de ocupação territorial de Porto Calvo 18

1.1 A Igreja em Devoção a Nossa Senhora da Apresentação.....27

1.2 Porto Calvo Sob o Olhar Holandês.....43

1.2.1 A Igreja Fortificada.....51

1.2.2 Lendas e Histórias.....52

1.3 As Festividades Religiosas em Comemoração à Nossa Senhora da Apresentação da Cidade de Porto Calvo/AL: entre o sagrado e o popular**.....56**

1.3.1 Ano Jubilar.....66

CAPÍTULO 2 – O TOMBAMENTO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: conservação e restauro.....67

2.1 O tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação nos anos 1950.....69

2.2. Antes do tombamento: a Lei nº 1.618 "A" de 6 de junho de 1952 74

2.2.1 A Emenda de Medeiros Neto.....75

2.2.2 O Parecer Técnico de Ayrton Carvalho.....82

2.3 Restauros e Intervenções no Bem Cultural.....87

2.3.1 Restauro: Fase de Prospecção.....94

2.3.2 Proposta de Restauro.....95

2.3.3 Conservação e Restauração da Imaginária Sacra na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.....101

2.3.3.1 Restauro da Imaginária de Nossa Senhora da Apresentação.....105

2.3.3.2 Restauro da Imaginária de Nossa Senhora das Dores.....109

2.3.3.3 Restauro da Imaginária de Nossa Senhora do Rosário.....112

2.3.3.4 Restauro da Imagem do Senhor Morto.....115

2.3.3.5 Restauro da Imagem do Senhor da Pedra Fria.....118

2.3.3.6 Restauro da Imagem do Senhor Atado.....121

2.3.3.7 Restauro da Imagem do Senhor dos Passos.....123

2.3.3.8 Conservação da Imagem do Cristo Crucificado.....125
2.3.3.9 Conservação da Imagem de Santo Amaro.....127
2.3.3.10 Conservação da Imagem de Santo Antônio.....129
2.3.4 Considerações Parciais.....131

CAPÍTULO 3 – SUBSÍDIOS PARA UMA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO MAIS EFETIVA.....132
3.1 CONHECER PARA PRESERVAR: Educação Patrimonial e Inventários na valorização do Patrimônio Cultural.....134
3.2 O Entorno como Instrumento de Preservação do Patrimônio Cultural.....151
3.2.1 A Caracterização do Entorno como Instrumento de Preservação do Patrimônio Cultural.....152
3.2.2 O Entorno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação: desafios da preservação.....157
3.2.3 Patrimônio Cultural em Risco: limites do planejamento urbano em Porto Calvo.....165
3.3 A Proposta de Rerratificação do Tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.....169

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 175
REFERÊNCIAS 176

> “Compô-lo me distraiu, porque o imaginei sendo livro já, uma espécie de idearium porto-calvense, que é pátria minha antiga, porque em terra antiga sua nasci. Falo do Porto Calvo histórico, do Porto Calvo centro de colonização” Dirceu Lindoso (2019, p.31).

INTRODUÇÃO

A reflexão proposta por Dirceu Lindoso encontra ressonância direta nesta pesquisa, na medida em que, assim como o autor, também sou nascido e criado em Porto Calvo, partilhando desse mesmo sentimento de pertencimento a uma “pátria minha antiga”. Se, para Lindoso, a construção de seu “idearium porto-calvense” emerge como exercício de memória e identidade, para mim, Porto Calvo não se apresenta apenas como objeto de investigação acadêmica, mas como espaço vivido, carregado de experiências, referências afetivas e vínculos históricos. Nesse sentido, o olhar que orienta este trabalho nasce do entrelaçamento entre vivência e pesquisa, onde a dimensão pessoal não substitui o rigor científico, mas o instiga, conferindo maior sensibilidade à compreensão do território, de suas Igrejas, capelas e de seu papel na formação histórica e cultural da região.

É relevante destacar os estudos realizados por pesquisadores no Brasil sobre as edificações religiosas cristã católica no período colonial brasileiro. Nesse contexto, sobressaem-se os esforços das Ordens Religiosas – Jesuítica, Franciscana, Beneditina e Carmelita, entre outras – que desempenharam papel crucial na expansão e na propagação da fé cristã católica. Essas ordens foram responsáveis por assegurar a evangelização e educação de populações indígenas e africanas escravizadas, como parte de um projeto civilizatório pautado nos valores europeus. “Preservar raízes religiosas e culturais era uma forma importante de consolidar a presença no território conquistado, ensinando o que consideravam sua civilização aos povos pagãos”, como destaca Douglas Apratto Tenório (2006, p. 15).

Ainda o referido autor menciona que: “A ocupação do território alagoano e a formação dos primeiros núcleos de colonização, vilas, engenhos, fazendas e povoações não podem ser dissociadas de uma protagonista insubstituível: a Igreja Católica” (Tenório, 2006, p.21). Em Porto Calvo esse protagonismo se materializa na presença da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, que desempenhou um papel central na formação territorial da atual região norte do estado de Alagoas. Ao longo dos séculos, essa edificação religiosa tornou-se um

marco identitário para a comunidade local, atravessando gerações como testemunho vivo de um passado que moldou o presente.

A preservação do patrimônio cultural desempenha um papel essencial no fortalecimento da diversidade cultural, ao possibilitar que diferentes grupos da sociedade compartilhem os seus saberes, conhecimento, suas experiências e relação com o objeto patrimonial. Neste contexto, torna-se imprescindível reconhecer e valorizar os bens culturais, promovendo sua conservação e difusão não apenas como um dever ético e coletivo, mas também como um investimento para as gerações futuras. Como destaca Leonardo Castriota (2009, p.107): “Para se decidir, portanto, o que é patrimônio e para se manter os bens materiais por si mesmos [...] os valores neles incorporados, torna-se necessário examinar sempre porquê e como o patrimônio é valorizado, e por quem”. Nesse sentido, a valorização do patrimônio cultural configura-se como um processo dinâmico e participativo, envolvendo múltiplos agentes – desde a gestão pública e a iniciativa privada até comunidade local –, cada um atuando em contextos distintos de atribuições de valor, seja ele histórico, social ou simbólico.

Na contemporaneidade, diante das demandas de conservação e preservação, torna-se fundamental identificar e compreender quem são esses sujeitos responsáveis pela construção dos significados atribuídos ao bem cultural, bem como seus papéis e interesses na gestão do patrimônio.

A forma como o patrimônio é valorizado exige uma reflexão crítica sobre os critérios e discursos que orientam essa apreciação. A análise do patrimônio deve ser um processo dinâmico e inclusivo, capaz de acolher as múltiplas vozes e perspectivas que conferem significado aos bens culturais. A preservação do patrimônio, portanto, não se limita à conservação física, mas envolve uma contínua negociação de valores e significados socialmente construídos, os quais são fundamentais para a constituição da identidade e da memória coletiva de uma sociedade.

A preservação do patrimônio cultural, especialmente no contexto contemporâneo, enfrenta desafios que ultrapassam as limitações técnicas e institucionais, envolvendo questões sociais, educativas e participativas. No caso da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, bem tombado de significativa relevância histórica, cultural e simbólica, observa-se uma lacuna entre as políticas de salvaguarda e a efetiva participação da comunidade local. Diante disso, coloca-se a seguinte **problemática**: de que maneira a ausência ou fragilidade de ações e estratégias de engajamento comunitário impacta a

preservação e a valorização da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação? Além disso, em que medida a participação ativa da população pode contribuir para a construção de práticas mais sustentáveis de conservação do patrimônio cultural, superando os desafios contemporâneos relacionados à gestão, ao uso social e à transmissão de valores culturais?

Como **justificativa**, a pesquisa busca compreender a evolução histórica e as motivações que levaram ao tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, bem como os desafios na efetiva preservação deste patrimônio cultural localizado na cidade de Porto Calvo, em Alagoas. Patrimônio que desempenha papel central na difusão de valores históricos, culturais e na preservação da memória da sociedade porto-calvense. A Igreja está inserida na historiografia local, desde a sua fundação até os dias atuais participando ativamente da evolução histórica, eclesiástica, da formação do território da região norte de Alagoas, das celebrações religiosas, assim como das festividades populares locais. A presença dessa arquitetura religiosa cristã católica no tecido urbano contribuiu para a apropriação simbólica e material do espaço arquitetônico por parte da população, fortalecendo os vínculos identitários e promovendo a valorização da cultural local.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. O **Capítulo 1** se dedica à análise da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação como expressão de fé no processo de ocupação do território pelos portugueses. Apresenta-se, inicialmente, um panorama histórico do período colonial brasileiro, com ênfase na ocupação do território alagoano, destacando o papel da religiosidade cristã católica como instrumento de catequese. Nesse contexto, evidencia-se a relevante participação da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação no processo da conquista territorial da porção sul da Capitania de Pernambuco, correspondente à atual região norte do estado de Alagoas.

Nos subcapítulos, serão abordados aspectos históricos e arquitetônicos da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, edificada entre os anos de 1575 e 1610, em estilo Chão Português, ressaltando sua importância no desenvolvimento da devoção religiosa local. Analisa-se, ainda, os registros do olhar holandês sob o território conquistado, além das lendas e narrativas populares associadas à Igreja. Destaca-se também as festividades religiosas em honra à Padroeira Nossa Senhora da Apresentação e ao co-padroeiro São Sebastião, assim como as manifestações culturais realizadas no adro da Igreja.

O **Capítulo 2** aborda o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, considerando o processo inicial de povoamento e os primeiros momentos de sua construção. Este capítulo tem como objetivo examinar o reconhecimento patrimonial do

referido templo, com ênfase nas interpretações e implicações decorrentes da Lei nº 1.618-A, de 06 de junho de 1952, que reconheceu como monumento nacional não apenas a edificação, mas também outros edifícios e logradouros remanescentes da antiga vila colonial que deu origem à atual cidade de Porto Calvo.

Nesse contexto, em 17 de janeiro de 1955, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, juntamente com seu acervo, foi oficialmente tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, tornando-se uma das primeiras Igrejas reconhecidas como patrimônio histórico e artístico nacional no estado de Alagoas. O capítulo destaca o empenho do deputado federal e Sacerdote da Igreja Católica Medeiros Neto, cuja atuação foi fundamental na elaboração de uma documentação criteriosa, baseada na relevância histórica do território de Porto Calvo para a formação do norte do estado de Alagoas, bem como na importância da Igreja como marco inicial da presença religiosa na região.

Além disso, será analisado o parecer técnico elaborado por Ayrton Carvalho, então chefe do primeiro Distrito Regional do IPHAN, responsável pelos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Este parecer técnico forneceu as bases para o reconhecimento do valor histórico, artístico e cultural da edificação, culminando na inscrição no livro do tombo histórico como “remanescentes da antiga vila colonial, particularmente a Igreja Matriz”.

Ao longo de seus mais de 415 anos de existência, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação passou por sucessivas descaracterizações, restando atualmente poucos elementos originais preservados. Nesse sentido, o capítulo também analisa as alterações arquitetônicas sofridas pela edificação, bem como as modificações no seu entorno imediato, que impactam diretamente a visibilidade e a ambiência do patrimônio cultural da cidade de Porto Calvo.

O **Capítulo 3** propõe uma reflexão crítica sobre a gestão da conservação do bem tombado, analisando os desafios contemporâneos e sugerindo diretrizes para uma atuação mais integrada e efetiva na preservação do patrimônio cultural.

A análise contempla, de modo articulado, a interferência do entorno do bem tombado, assim como a atuação institucional do IPHAN/AL, da Arquidiocese de Maceió e da Prefeitura Municipal de Porto Calvo, enquanto agentes diretamente envolvidos na preservação do patrimônio.

No caso específico de Porto Calvo, observa-se que o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, realizado em 1955, constituiu um marco institucional no reconhecimento do seu valor Histórico e cultural. No entanto, o processo não definiu de forma clara a delimitação da poligonal de tombamento nem do seu entorno, o que gerou, ao longo do tempo, fragilidades na gestão e na proteção da ambiência do bem. Nas décadas subsequentes, as ações de conservação nem sempre se efetivaram de maneira articulada entre os entes federativos e a comunidade local, evidenciando lacunas no processo participativo e na construção coletiva de estratégias de preservação.

Diante desse cenário, propõe-se a reavaliação do tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação à luz da necessidade de sua rerratificação, como forma de adequá-lo às demandas contemporâneas de gestão do patrimônio cultural. Tal medida visa não apenas atualizar os instrumentos legais de proteção, mas também fortalecer a integração entre políticas públicas, sustentabilidade cultural e participação comunitária.

Por fim, ressalta-se que a relevância desse instrumento reside na possibilidade de estabelecer normas e diretrizes mais claras para a preservação e valorização do bem tombado, especialmente no que se refere à definição e gestão de seu entorno, contribuindo para a manutenção de sua ambiência e de seus valores históricos, culturais e simbólicos.

Esta pesquisa tem como **Objetivo Geral** aprofundar o conhecimento histórico documental sobre a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na cidade de Porto Calvo, em Alagoas, o seu tombamento, bem como compreender como a comunidade local se relaciona na contemporaneidade com essa edificação cristã católica de caráter secular, de modo a oferecer contribuições para a gestão da conservação.

No conjunto de **Objetivos Específicos** pretendemos:

- Estabelecer um breve histórico dos princípios adotados na construção da historiografia sobre o município de Porto Calvo, bem como a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, com ênfase nas contribuições de autores que deram visibilidade à sua trajetória histórica, incluindo os estudos sistemáticos de autores alagoanos e trabalhos acadêmicos que abordam o século XVII, marco da fundação da Igreja;
- Analisar os aspectos relacionados às motivações que levaram ao tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, destacando seus valores e relevância de sua preservação como bem integrante do patrimônio cultural da cidade de Porto Calvo;

- Identificar as normativas legais e institucionais voltadas ao tombamento, à preservação e à proteção do patrimônio cultural na contemporaneidade, com destaque para a atuação do IPHAN, da Arquidiocese de Maceió e da Gestão Municipal na salvaguarda da edificação objeto dessa pesquisa;
- Contribuir com os processos de gestão da conservação deste bem cultural, visando sua efetiva salvaguarda e transmissão às futuras gerações.

Apropriando-se do **método dedutivo**, os objetivos dessa pesquisa foram alcançados por meio dos **procedimentos metodológicos** adotados na construção da dissertação, os quais se delineiam em três frentes principais: pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Esses procedimentos incluem a realização de revisão bibliográfica, levantamento e análise de documentos históricos, visitas técnicas à edificação em estudo e ao seu entorno, além da consulta a acervos técnicos disponíveis em instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.

A integração entre essas abordagens permitiu a análise da edificação não apenas como objeto arquitetônico isolado, mas como um patrimônio vivo, inserido em uma dinâmica social, histórica e simbólica que atravessa os séculos. Assim, a metodologia adotada se fundamenta na interdisciplinaridade entre os campos da arquitetura, da história, da antropologia e da preservação do patrimônio, garantindo uma abordagem crítica e abrangente do objeto de estudo.

CAPÍTULO 1: IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: a expressão de fé no processo de ocupação territorial de Porto Calvo [1]

Como diz o historiador Guedes Miranda[2], prefaciando o livro de Jayme de Altavilla (2023, p.11) “O passado não se idealiza, nem se inventa: investiga-se. Reduz-se em sínteses. Ressuscita-se dos escombros que o sepultaram, no cemitério dos tempos.” É justamente nesses ‘escombros’, que se pode compreender que Porto Calvo (Figura 01), foi a única região sobre a qual se pôde escrever uma história relativa aos primeiros tempos coloniais em terras de Alagoas. De acordo com Cícero Péricles de Carvalho (2021), foi nesse período inicial da colonização que os portugueses enfrentaram intensa resistência indígena à invasão do seu território. No curso desse processo de ocupação, os lusitanos estruturaram a economia da parte sul da Capitania de Pernambuco, com a distribuição das sesmarias – mecanismo que viabilizou a instalação dos principais elementos produtivos das colônias. Surgiram, assim, os engenhos de açúcar, localizados ao longo da faixa litorânea, e, no interior, nas fazendas de gado formadas a partir da introdução de rebanho bovino.

Figura 1: Mapa de Porto Calvo



Fonte: Openstreetmaps

[1] O nome de Porto Calvo aparece nos mapas do astrônomo, biólogo e cartografo alemão, George Marcgraf, provavelmente em sua primeira edição, representando o litoral brasileiro. Marcgraf foi responsável pelas primeiras publicações cientificas sobre a geografia e natureza do Brasil. Posteriormente, a região passou a ser chamado de Bom Sucesso, em comemoração ao êxito obtido pelas forças portuguesas. Em seguida, foi atribuído ao nome de Santo Antônio dos Quatros Rios, denominação derivada da geografia da região. Mais tarde, foi restituída a antiga denominação – Porto Calvo, que permanece até os dias de hoje.

[2] Antônio Guedes de Miranda nasceu em Porto Calvo no dia 16 de maio de 1886. Filho do major da Guarda Nacional Manoel Jerônimo Guedes de Miranda e de Júlia Braga de Miranda, ambos de origem portuguesa. Seu pai era senhor do Engenho da Ilha, onde o menino Guedes de Miranda morou dos 7 aos 13 anos. (https://www.historiadealagoas.com.br/guedes-de-miranda.html).

A conformação desse território esteve diretamente ligada à expansão do modelo senhorial, fundamentado tanto na lógica econômica da monocultura da cana-de-açúcar e na extração do pau-brasil quanto na estrutura ideológica da fé católica. Foi sob essa religiosidade que se consolidou a devoção a Nossa Senhora da Apresentação, elemento simbólico que acompanhou e legitimou a ocupação territorial e a formação social da região. Assim Porto Calvo surgiu como expressão material e simbólica de um projeto colonial que unia economia, fé e poder na formação do espaço litorâneo alagoano, tornando-se "a terra dos engenhos e do açúcar. [...] como Gaspar Barléus, encantado com o território que denominou "os mais férteis campos do Brasil."" (Tenório, 2011, pp. 6-7). Fertilidade do solo e da religiosidade cristã católica.

Duarte Coelho Pereira[3], ao receber a Capitania de Pernambuco em 1534, estava plenamente ciente dos preceitos estabelecidos na Carta de Doação e na Carta Foral[4]. Esses documentos delineavam as obrigações dos donatários, recomendando fixar residência na capitania, mantê-las em condição de constante desenvolvimento e cultivo; crescimento e progresso; bem como efetuar ações de investimentos com recursos próprios, suficientes para colonizá-lo às próprias custas ou mesmo podendo até recorrer aos recursos privados e conceder sesmarias aos compatriotas e estrangeiros mais eminentes e que professassem a fé católica, para aqui se "estabelecerem, cultivarem as terras, erguerem edifícios e participarem do comércio" aponta Fernando Guerra de Souza (2022, p. 98).

Não é de se estranhar, portanto, que apenas duas das doze capitanias tenham florescido, a de Pernambuco e São Vicente. Podemos crer que a Capitania de Pernambuco se desenvolveu em decorrência dos investimentos do donatário e incentivos ao desenvolvimento econômico, fomentando a colonização através da implantação dos

[3] Nasceu na província de Miragaia, Porto, Portugal, em [c.] 1485. Chegou ao Brasil em 9 de março de 1535, ano em que fundou a vila de Igarassu. Instalou ainda o povoado de Olinda, que, em 1537, foi elevado à categoria de vila. Lutou contra índios hostis à presença portuguesa, importou escravos da Guiné, estimulou a vinda de novos colonos, inclusive cristãos novos. Distribuiu sesmarias e promoveu o casamento com as índias, como forma de assegurar o povoamento. Incentivou a criação de gado, o cultivo de algodão, o plantio para subsistência e a produção de cana-de-açúcar. (https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/409-duarte-coelho-pereira).

[4] A Carta de Doção tornou-se um documento fundamental no processo de concessão de sesmarias a um donatário, conferindo-lhe o direito de posse hereditária, indivisível e inalienável, sobre as terras. Essas terras não poderiam ser comercializadas, sendo permitido apenas a transferência por hereditariedade. Ainda assim, os donatários tinham plena ciência de que as terras continuavam sendo propriedade da Coral portuguesa. A Carta Foral estabelecia os deveres do donatário quanto ao pagamento perpetuo de tributos à Coroa, regulamentando os encargos fiscais e administrativos que deveriam ser cumpridos. Tratava-se de uma obrigação continua que vinculava o domínio territorial aos interesses régios, mesmo diante da autonomia concedida aos donatários. Como menciona Thomaz do Bomfim Espindola (1871, p. 258).

engenhos de açúcar e a produção agrícola da região. De acordo com França & Ferreira (2012, p. 20), o capuchinho Dionísio Carli, de passagem pelo Recife, comenta que: “todos os anos entravam no porto da cidade cerca de 10 mil escravos “para trabalhar na cultura da cana e do tabaco, para semear e colher algodão (...) e, também, para cortar madeira [...]”” carregado pelo peso do testemunho direto, o frade europeu sinaliza o quanto o porto de Recife era vital para a engrenagem econômica colonial. O que vem reforçar a ideia de organização e prosperidade visíveis na região, fruto direto da atuação diligente do donatário. Conforme França & Ferreira (2012, p. 24), mencionam que os membros da:

> Companhia de Jesus – Manuel da Nobrega, José de Anchieta, João de Azpilcueta Navarro, Fernão Cardim, Manuel de Araújo, Luiz Figueira e tantos outros – cedo observaram que os africanos, dia após dia, estavam substituindo a mão de obra indígena nos engenhos e fazendo-se cada vez mais presente no cotidiano colonial. [...] evidentemente a enorme representatividade do africano e de seus descendentes nas cidades litorâneas brasileiras.

Nesse contexto, a presença de africanos escravizados era maior na população colonial portuguesa da América, no cotidiano dos povoamentos, das fazendas e nas senzalas, negócio “lucrativo e consolidado”. Para França & Ferreira, (2012), o que se viu a partir daí, foi uma forte presença do negro se tornando bem mais familiar no cotidiano das regiões, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, ocupando todo o espaço alagoano. Não resta dúvida que o açúcar foi o grande impulsionador na aglomeração e desenvolvimento inicial na formação dos povoamentos. Como bem define Douglas Apratto Tenório (s.d., pp. 22-23), gerando naturalmente oligarquias familiares, plantadas “no verde dos canaviais mais viçosos do Nordeste” firmadas na lavoura da cana, especialmente nos engenhos:

> O açúcar moldou praticamente todos os aspectos da sua sociedade. Os ciclos do couro e do gado têm, é verdade, suas peculiaridades e sua importância, mas foi nos vales úmidos, na “terra garanhona do massapé”, na expressão cunhada por Gilberto Freyre, que surgiu, em torno dos engenhos e das capelas, o verdadeiro ethos do povo alagoano. [...] que gerou uma população mestiça com presença forte na história nacional, uma identidade vigorosa que se firma e se reafirma com o tempo pelos laços da tradição açucareira e costumes comuns. (Tenório, s.d., pp. 22-23).

Formando-se no centro dessas propriedades rurais, território hoje de Alagoas um polo produtivo e uma “sociedade aristocrática, baseada no latifúndio agrícola, e escravocrata”, destaca Dirceu Lindoso (2019, p. 56). Portanto, a presença negra não foi apenas significativa, mas estruturante na sociedade colonial portuguesa na América.

A região doada por Duarte Coelho, a Christóvão Lins[5] compreendia uma extensa faixa territorial do sul da Capitania de Pernambuco, correspondendo hoje aos Municípios de Porto Calvo, Porto de Pedras, Matriz de Camaragibe, Maragogi, Japaratinga, Colônia de Leopoldina, Barra de Santo Antônio e parte de São Luís do Quitunde.

Essa área, que hoje abrange diversos municípios desempenhou um papel relevante durante a colonização portuguesa, na consolidação da religiosidade a partir da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, na invasão holandesa e nas lutas contra o Quilombo dos Palmares. Destacando-se como um centro religioso, político e militar estratégico no contexto colonial.

Christóvão Linz, ao percorrer parte do litoral, ocupar e explorar terras habitadas pelos Caetés, Potiguares, Abacatiares entre outros grupos descendentes dos Tupinambás e Carijós, recebeu honrarias concedidas pelo rei Don João III, de Portugal. Tais títulos foram atribuídos em reconhecimento aos serviços prestados à Coroa, destacando-se sua habilidade administrativa, visão estratégica, atuação militar e capacidade de expansão territorial. Essas qualidades fizeram de Cristóvão Lins – Alcaide-mor e um dos primeiros comerciantes do período colonial – uma figura central na ocupação e no desenvolvimento da região que hoje corresponde à cidade de Porto Calvo. Nesse contexto, desempenhando papel fundamental na estruturação econômica da região, por meio dos investimentos voltados para a agricultura e, sobretudo, a indústria açucareira.

Em favorecer a indústria do açúcar, Cristóvão Lins, desempenhou um papel fundamental, ao iniciar à construção dos primeiros engenhos canavieiros no litoral sul da então Capitania de Pernambuco, dos quais cinco em terras de Porto Calvo, área que hoje corresponde o estado de Alagoas e, dois em terras de Pernambuco, consolidando como a primeira atividade econômica do Brasil colonial. Entre esses engenhos sobrevive ainda hoje o Buenos Ayres e o Escurial em terras porto-calvense.

A atuação de Cristóvão Lins em terras de Porto Calvo foi estratégica na formação do que viria a ser um dos mais importantes polos açucareiros do Nordeste colonial.

> “Instalados, donatários, sesmeiros, fazendeiros e proprietários tinham preocupação especial com a edificação dos templos, com a fé, com os santos padroeiros e com a celebração dos atos litúrgicos. Cada casa possuía um pequeno templo. Os engenhos, as pequenas vilas se desenvolviam com as bênçãos dos seus santos

[5] CRISTÓVÃO LINS [Christoph Linz], n. c. 1529 em Dorndorf, ao sul de Ulm, região de Augsburg, na Alemanha. É a origem dos Lins no Brasil. Em 1602 Cristóvão Lins residia em Porto Calvo, parte da capitania de Pernambuco, hoje em Alagoas, onde provavelmente veio a falecer. (https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=pessoa&idp=16510&ori=&c_palavra=&ver=por).

protetores.” (Tenório, 2006, p. 16).

Nesse contexto de ocupação e conquista territorial, Cristóvão Linz, influenciado por sua profunda devoção religiosa cristã católica, edificou uma Igreja consagrada ao culto da Virgem Maria – a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Essa iniciativa não apenas refletia sua fé pessoal, mas também simbolizava a integração entre a expansão territorial e a consolidação das práticas religiosas na região. A esse respeito, Douglas Apratto Tenório (2006, p. 15), faz a seguinte menção: “Preservar as raízes religiosas e culturais era uma forma importante de consolidar a presença no território conquistado, ensinando o que consideravam sua civilização [...]”, não apenas como expressão de fé e de poder, entre o espiritual e o político, mas também para o reconhecimento e fortalecimento dos colonizadores na região de Porto Calvo.

Entende-se, portanto, que as primeiras construções edificadas no território da Capitania de Pernambuco, mais especificamente nas terras porto-calvenses, foram o forte e a igreja, erguidas em lugares altos e centrais, obedecendo a uma lógica estratégica tanto militar quanto religiosa. Douglas Apratto Tenório (2006, p. 15) comenta que: “A primeira, para assegurar o domínio de El-rei, o segundo, para render devoção a Deus. Um para defender os homens na Terra, o outro para proporcionar a entrada dos homens no céu”, ou seja, do homem com o divino, dando aos nativos uma alma, revelando-a e fazendo-a a imagem e semelhança das de Portugal, católicas, apostólicas, romanas.

A evolução da estrutura eclesiástica no território de Alagoas teve seu marco inicial com a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em território porto-calvense, no ano de 1610, a qual se consolidou como centro irradiador da fé cristã católica e desempenhou papel fundamental na constituição das demais paróquias da região:

- Cidade de Matriz de Camaragibe – Senhor Bom Jesus (1708);
- Povoado de São Bento – São Bento (1718);
- Cidade de Porto de Pedras – Nossa Senhora da Glória (1835);
- Cidade de Passo de Camaragibe – Nossa Senhora da Conceição (1864);
- Cidade de Maragogi – São Bento (1875);
- Cidade de São Luiz de Quitunde – Nossa Senhora da Conceição (1882);
- Cidade de Colônia de Leopoldina – Nossa Senhora do Carmo (1918).

Integrando a estrutura paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, encontra-se também as Capelas de São Sebastião e Capela de São Benedito, além de um

nicho sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, localizado na sede da paroquia[6]. Soma-se a esses espaços devocionais uma série de outras capelas, edificadas pelas antigas fazendas e engenhos em terras porto-calvense, evidenciando o papel central da religiosidade na organização espacial e simbólica da colônia.

Conforme destaca Thomaz do Bom-Fim Espíndola (1871, p. 140), em sua obra *Geographia Alagoana ou Descripção, Política e Histórica da Província das Alagoas,* as formas de representação cristã católica erguidas no território – com menções expressas à construção de capelas e igrejas – constituíram elementos estruturantes do espaço conquistado. Além das capelas já mencionadas, o referido autor também registra as capelas dos engenhos:

- Nossa Senhora da Conceição no engenho Castro;
- Nossa Senhora do Carmo na povoação Leopoldina;
- São Manoel na Cachoeira e
- Sagrada Família no Jenipapo.

Por mais importante que tenha sido a ocupação e a exploração territorial para a organização social, política e eclesiástica da região, os sesmeiros mais notáveis, constituíram um referencial de destaque pelas ações voltadas à preservação as raízes religiosas e culturais no território conquistado. Nessas terras, ergueram senzalas, casas-grandes, engenhos e ermidas particulares, ou seja, pequenas capelas fora do povoado ou pequenas igrejas, conforme descreve o dicionarista alagoano Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Consolidando não apenas o domínio físico, mas também a identidade cultural e espiritual, em espaços de religiosidade católica que os missionários realizaram seus primeiros rituais litúrgicos.

Douglas Apratto Tenório, em *O mundo do açúcar em Alagoas,* destaca a profunda influência dos engenhos na formação histórica da região. (s.d.). Influência que extrapola o campo econômico dos engenhos de açúcar e se estende ao religioso, como demonstrado pela presença constante de capelas nos engenhos, evidenciando o papel central da fé cristã católica no domínio efetivo do território ocupado.

A ação missionária e o entrelaçamento entre fé e poder no contexto da colonização evidenciam a forte presença da religiosidade católica na organização territorial e social da

[6] Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Armário 2, Caixa 19, Pasta 37. Documento identificado com descrição com descrição “Porto Calvo”.

época. Conforme descrito acima, essas capelas, edificadas no contexto dos antigos engenhos e fazendas, desempenhavam um papel central na estruturação do espaço e no cotidiano das comunidades locais. Com o passar do tempo, muitas dessas áreas foram emancipadas e transformadas em núcleos urbanos, o que exemplifica esse processo. A antiga capela de Nossa Senhora da Conceição do engenho Jundiá, corresponde hoje ao município de Jundiá. Da mesma forma, a capela de São Caetano do engenho Jacuípe, deu origem a atual cidade de Jacuípe.

Ainda é possível identificar, dispersas pelos antigos engenhos da região, Capelas que resistiram à expansão colonizadora, atravessaram o período Imperial, adentraram a República e chegaram aos nossos dias. Essas edificações, frequentemente isoladas em meio à paisagem rural, constituem testemunhos silenciosos de uma trajetória histórica marcada pela fé, pelo trabalho e pelas transformações sociais que moldaram o território. Apesar de apresentarem alterações decorrentes da ação antrópica e de intempéries ao longo do tempo, tais edificações resistem como testemunhos históricos dos períodos em que missas, festas em homenagem às padroeiras e outras celebrações religiosas desempenhavam um papel central na consolidação dos vínculos sociais entre os senhores de engenho e o entorno das casas-grandes.

Essas capelas e igrejas eram profundamente marcadas pela devoção particular dos proprietários das fazendas e engenhos, que escolhiam santos padroeiros conforme sua fé pessoal ou tradição familiar. As imagens desses santos não apenas ocupavam posição de destaque nos altares das capelas e igrejas, mas também adornavam oratórios particulares e os quartos das casas-grandes, revelando o caráter íntimo e doméstico, aspectos característicos da época. Carmen Lúcia Dantas (s.d., p. 125), descreve que:

> O quarto dos santos atendia à devoção dos donos da casa nas orações diárias, enquanto a capela era frequentada nas ocasiões mais solenes, nos atos litúrgicos da Semana Santa, nas missas, [nos dias comemorativos dos santos Padroeiros], nos casamentos, batizados e funerais. (Dantas, s.d., p. 125).

Embora os proprietários de fazendas e engenhos adotassem os nomes de seus santos protetores para nomear suas terras, tal prática transcendia a esfera da devoção pessoal – configurando-se como um mecanismo simbólico de poder e de legitimação da autoridade senhorial sobre o território. Ao atribuírem denominações como Fazenda São Gonçalo, Fazenda Nossa Senhora dos Prazeres, e Fazenda Nossa Senhora da Conceição, os senhores de engenho imprimiam uma marca de sacralidade ao território, reafirmando

sua autoridade e reforçando a presença do catolicismo enquanto eixo organizador da vida social e econômica no contexto colonial. Tal costume não apenas reforçava a identidade religiosa da propriedade como também instituía uma relação simbólica de proteção espiritual sobre a terra e seus habitantes, transfigurando o espaço produtivo em um espaço sacralizado e legitimado pela fé.

Construções de igrejas e capelas em fazendas, engenhos e povoados, foi uma prática comum durante o processo de ocupação do território alagoano, refletindo a forte influência do modelo português. Essas edificações muitas vezes imponentes surgiram especialmente nas localidades próximas do território de Porto Calvo. Nesse contexto, destaca-se a importância da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação na formação territorial e eclesiástica na região norte de Alagoas. Ela é um marco histórico e cultural, que reflete as tradições, crenças e a história da região. Tal presença contribuiu significativamente para o fortalecimento do senso de pertencimento, a preservação da memória coletiva e a manutenção da identidade cultural local.

Nesse avanço territorial, já se delineava um cenário urbano nas terras da Capitania de Pernambuco. Esse cenário compunha ruas, praças, casas térreas e assobradadas, além de edificações eclesiásticas e sedes da administração e justiça. Assim a paisagem porto-calvense vai assumindo característica de Vila e nesse contexto Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão (1881, pp. 228-229), procura situar e descrever suas características mais eminentes, destacando que a vila:

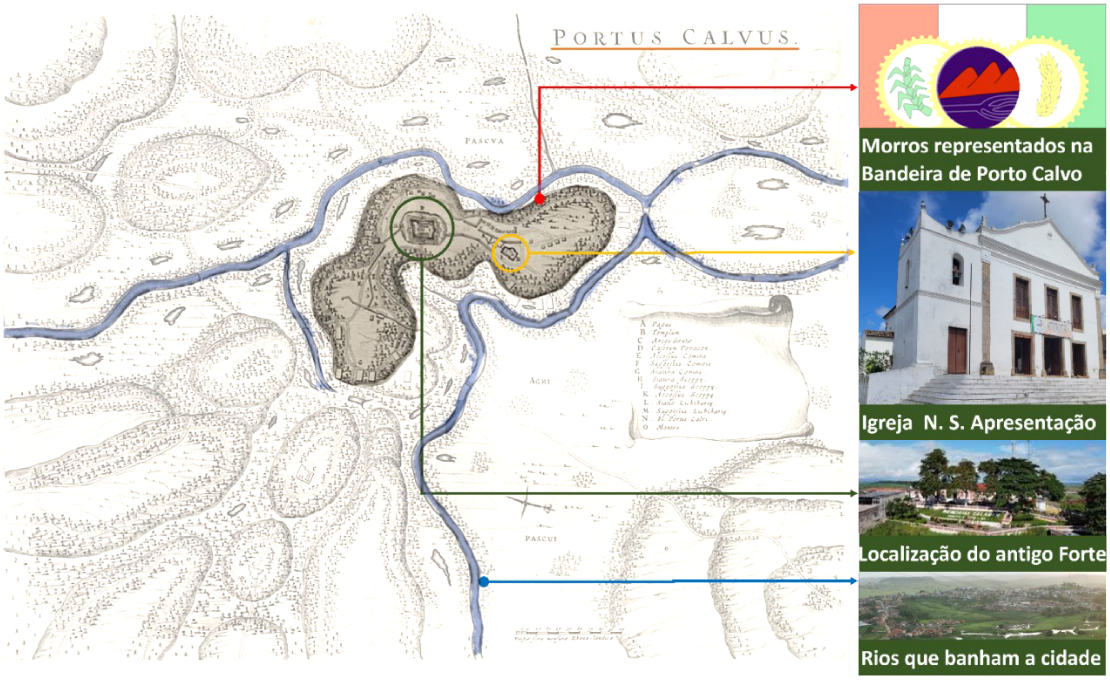
> [...] subindo-se por ladeiras suave, quase toda povoada, é na cabeça do outeiro que está a matriz [Igreja de Nossa Senhora da Apresentação] e também a rua principal, e no elevado dessa cabeça está situada o celebre *alto da força*, antigo local da igreja velha e fortaleza principal, declina depois o monte, formando a rua da Palha, do Martyr S. Sebastião, até encontrar outra vez o Manguaba na atual passagem de Simão Alves, medindo talvez 900 metros desde o Varadouro, aos lados dessa extrema linha regular, que contém as ruas principais da Vila, estão nas quebradas e margens do rio as ruas do Cury, do Rosário, Cafundó, Comandeituba, Carrasco e Rafael. As principais são do Varadouro, Matriz, Commercio, Praça da Estrela e São Sebastião. É essa a Vila de 1635, então povoada, provavelmente, da *igreja nova* (atual matriz) para baixo. Sua edificação é antiga e má, têm sete sobrados particulares, um dos quais, o edificado no ângulo N.E. da praça da Estrela, sérvio em 1860 de paço imperial a S.M. o Snr. D. Pedro II, quando nos dias 3 e 4 de janeiro visitou esta vila, as casas térreas são algumas duzentas. Os edifícios mais salientes são a Matriz, a Cadeia e Casa da Câmara. (Galvão, 1881, pp. 228-229).

Considerando o exposto, o autor aponta as caraterísticas da Vila de Porto Calvo que, de acordo com Dirceu Lindoso (2019, p. 37) as descrições topográficas, mencionadas por Galvão, se assemelham ao modelo das aldeias de Portugal. Essa disposição urbana, com

construções em locais elevados e centrais, reflete a influência do urbanismo português na organização das vilas coloniais. Dirceu Lindoso, descreve com detalhes como o urbanismo português influenciou as organizações das vilas coloniais na região de Alagoas, especificamente Porto Calvo (Figura 02):

> [...] lembra a planta da antiga Coimbra, isto é, o modelo de aldeias erguidas em morros escalvados, e ao pé de um rio ou riacho, no Portugal galego-português, e algumas, como a aldeia de Lindoso, na fronteira com Espanha, cercada por verdadeiro mar de morros que atravessa as duas nações. (Lindoso, 2019, p. 37).

Figura 2: Mapa de Porto Calvo



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org

É nessa exuberância territorial revelada nas pinturas de Franz Post, Albert Eckout e Zacharia Wagener, bem como nas representações cartográficas de Georg Macgraf, que se deve considerar a paisagem alagoana durante o período da ocupação holandesa. Os engenhos de açúcar e a extração da madeira de lei foram fatores preponderantes na ocupação do território, assim como a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, que, além de atuar como marco físico da presença portuguesa, desempenhou um papel central na propagação da fé cristã católica. Por meio de suas práticas religiosas, festas litúrgicas e ações de catequese, a Igreja contribuiu significativamente para a expansão da colonização e para a formação dos primeiros núcleos populacionais da região Norte de Alagoas.

1.1. A Igreja em Devoção a Nossa Senhora da Apresentação.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação é a primeira edificação religiosa cristã católica do Estado de Alagoas, que traz estampada em seu frontispício a data de 1610, como ano de sua conclusão. Sua história está diretamente ligada aos processos iniciais de ocupação do território alagoano e do povoamento da cidade de Porto Calvo, marcada por diversos acontecimentos históricos, desde a colonização portuguesa, invasão holandesa e a restauração, elementos indissociáveis na construção da nossa identidade, cultura, e paisagem histórica.

Ela perpetuou os valores históricos, artísticos e paisagísticos inestimáveis da sociedade porto-calvense, constituindo-se no principal expoente da representação arquitetônica local e preservando traços característicos do período da colonização portuguesa, carregados de memória e simbolismo. Por vezes, essas memórias também evocam aspectos sombrios e violentos da atuação da Igreja Católica durante o período colonial, marcados pela exploração dos povos nativos e dos africanos escravizados no processo de catequese conduzida pelos missionários, revelando as contradições entre fé e dominação. Conforme afirma Carlos Bresciani (1999, p. 224), a Igreja: “Teriam sido cúmplices dos crimes da conquista e colonização do Brasil, contribuído para a desintegração das culturas nativas e fracassado em sua tentativa de evangelização dos indígenas e da sociedade colonial”. Em estreita aliança com o Estado português, a Igreja ocupou territórios estratégicos e colaborou ativamente para a incorporação da mão de obra indígena à economia colonial, legitimando práticas de dominação sob o pretexto da propagação da fé cristã católica. Ainda segundo o referido autor:

> [...] cristianizar os selvagens pressupunha, nessa perspectiva, humanizá-los, por meio da adoção dos costumes e padrões de conduta próprios da civilização cristã. Tratava-se portanto, de comunicar a esses povos primitivos a riqueza incomparável da fé e da cultura, benefício que justificava tanto os sacrifícios ingentes dos missionários como o uso da força sempre que não bastasse a persuasão. Tal era na época o sistema adotado na educação das crianças, às quais os índios eram equiparados. (Bresciani, 1999, p. 224).

Dirceu Lindoso (2019, p. 48), reforça a visão de inferioridade espiritual que justifica a missão civilizatória empreendida pela Igreja, que:

> Segundo o frei Manoel da Ilha, careciam esses índios de lume da fé. Conta esse velho frade, que seus companheiros de doutrina iam por matas e aldeias pregar aos pagãos, batizar as crianças e seduzir os índios dizendo que os batizados não seriam

> escravos ou cativos.

Na imposição de uma fé e religiosidade europeia, os povos nativos eram considerados selvagens, inferiores e sem fé, necessitando da intervenção missionária para sua "salvação". Como aponta Carlos Bresciani (1999, p. 224):

> [...] por meio da sujeição forçada, quando necessário, as condições indispensáveis para a ação missionária. Por outro lado, a inserção ainda que limitada na sociedade colonial expunha os indígenas não só ao contágio dos vícios e doenças, próprias dos portugueses, provocando epidemias que devastaram tribos inteiras, mas sobretudo à sua ambição e sua violência.

Destaca-se ainda, a participação ativa de membros do clero no cultivo da cana-de-açúcar e na sua exportação, atividade diretamente associada à exploração do trabalho escravo. Nesse contexto, sobressai a atuação do padre José de Barros Pimentel, vigário de Porto Calvo no século XVII, cuja presença marcante no território alagoano foi registrada por Álvaro Queiroz (1996, pp. 9-10), revelando o envolvimento direto de representantes da Igreja nos mecanismos econômicos e sociais da colonização:

> [...] prestigiosa liderança política do litoral Norte de nosso território [...] além dos padres senhores de engenho, que detinham grande poder político, destaca-se o Pe. Antônio Ferreira da Costa, do engenho Maçayó, Pe. José de Barros Pimentel, proprietário da região de Porto Calvo [...].

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação constituiu, assim, um testemunho da evolução histórica e da transformação urbana e populacional ocorridas desde os primórdios da formação do povoado até os dias atuais, unindo a história à atualidade como expressão viva da identidade do povo de Porto Calvo.

A escolha da padroeira Nossa Senhora da Apresentação, se deve a devoção promovida por Cristóvão Linz e sua esposa, Adriana de Holanda, a qual manda erguer um templo em homenagem a Santa. Esse gesto revela como líderes fundadores não apenas definiam aspectos administrativos e estruturais da Vila, mas também impregnavam o cotidiano com significados religiosos. A escolha de Nossa Senhora da Apresentação não pode ser vista apenas como uma forma de proteção e benção para os habitantes, mas também como uma referência de fé. A presença da Santa na história da cidade é um exemplo de como a religiosidade pode se tornar um elemento central na construção da identidade coletiva.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação (Figura 03) está estrategicamente assentada em uma elevada colina, de onde se tem ampla visão dos arredores, destaca-se

na paisagem local como um farol espiritual e arquitetônico, com frente para o norte e a rua principal, usufruindo da privilegiada visibilidade, representando a supremacia da fé cristã católica sobre os territórios conquistados, e cuja base da colina é banhada pelo rio Manguaba. A Igreja constituiu um marco no traçado urbano, principal espaço de celebração da fé cristã católica na comunidade.

Ao redor do templo formou-se o núcleo inicial do povoamento, onde as práticas religiosas se entrelaçavam com o cotidiano dos párocos, dos colonos, dos indígenas e dos africanos escravizados presentes na região.

Figura 03: Vista aérea da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: Cauã Gonzaga (2024)

Percebe-se que a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação está edificada em um espaço aberto e livre, cuja volumetria domina visualmente o entorno, conferindo-lhe centralidade e destaque simbólico (Figura 04). O que pode ser visto ao lado esquerdo da Igreja, uma edificação de tipologia tradicional justaposta à Capela do Senhor Morto. Essa por sua vez, integra um conjunto de edificações que forma a Rua dos Mortos, via mencionada em documento do século XIX, de autoria de Aloisio Euzébio de Arrochelas Galvão[7]. Ressalta-se também a presença de edificações descaracterizadas pelo uso de

[7] Memorial Descritivo da Cidade de Porto Calvo, Alagoas [manuscrito]. Disponível para consulta na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

platibandas e varandas acrescentadas, que se estendem sobre a fachada e ocupam indevidamente o passeio público, comprometendo a visibilidade da Igreja e interferindo negativamente na leitura do conjunto arquitetônico e paisagístico do sítio histórico.

Figura 04: Vista aérea da Procissão de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: Cauã Gonzaga (2024)

À frente, encontra-se o adro (Figura 05) com escadarias que elevam e destacam a arquitetura religiosa remanescente dos tempos coloniais, a qual, há mais de quatro séculos, testemunha os acontecimentos que marcaram a evolução histórica da cidade. Sua monumentalidade se impõe na paisagem urbana, ainda que a fachada revele traços de simplicidade, com linhas retas e despojadas, característica do estilo chão português. O adro, espaço onde a comunidade se reúne antes ou após os momentos de oração e celebração, configura-se como um ambiente de convívio, de passagem, de saudação a Nossa Senhora e de expressão da fé cristã católica. É nesse espaço de acesso que o olhar se perde na contemplação tanto da edificação religiosa quanto da paisagem urbana que se descortina à sua frente. Nesse ponto, estabelece-se um diálogo simbólico entre a igreja e a cidade, no qual a arquitetura sacra se integra ao cotidiano da comunidade, reafirmando sua centralidade na vida social e espiritual do lugar.

Figura 05: Vista do Adro da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: O autor (2025)

Ao adentrar a Igreja, deparamos com um ambiente de transição entre o momento de contemplação anterior e a imersão no espaço litúrgico – é o espaço sob o coro (Figura 06), cuja altura contrastante com a amplitude da nave central, bem proporcionada à escala humana. Cujo limite visual prolonga-se pela nave, direcionada ao altar-mor e ao retábulo talhado em madeira, que se destaca como elemento central. A seguir o espaço é descortinado agigantando-se monumental e austero (Figura 07).

O Altar-mor apresenta um retábulo talhado em madeira, cumprindo sua função arquitetônica e litúrgica. Este retábulo atua como um divisor entre o altar e a sacristia, integrando-se de forma harmoniosa ao conjunto do templo. Duas portas laterais, incorporadas à estrutura do retábulo, permitindo o acesso dos coroinhas e demais ministros litúrgicos durante as celebrações eucarísticas, garantindo a fluidez das funções ritualísticas sem romper a unidade estética do espaço sagrado.

Ao nos dirigimos à saída, o olhar é naturalmente atraído pela intensa luz que emana das esquadrias localizadas na área do coro (Figura 08). Essa iluminação, filtrada pelos vãos arquitetônicos, atua não apenas como elemento funcional, mas também como componente estético, participando do jogo de luz e sobra que revela texturas, volumes e detalhes construtivos.

Figura 06: Vista Central da entrada da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: O autor (2025)

Figura 07: Vista da Nave da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: O autor (2025)

Figura 08: Vista do Interior da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: O autor (2025)

De construção simples e características do Estilo Chão Português, a edificação apresenta uma torre sineira e uma nave única, desprovidas de ornamentações exuberantes, valorizando a sobriedade e a funcionalidade.

No período colonial, a Igreja Católica atuou não apenas como uma instituição religiosa, mas também como um poderoso agente estruturador da sociedade em formação. Por meio das ações missionária dos jesuítas[8], destacou-se como uma força promotora de transformação social e cultural, contribuindo significativamente para a consolidação das primeiras instituições de ensino, promovendo a alfabetização e a cristianização dos nativos, dos escravizados e das crianças dos colonos, bem como, na formação da comunidade orientada pelos cânones da fé cristã católica em território colonizado.

O Pe. Serafim Leite (2004, p. 320), em sua monumental obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, (Capítulo II, tópico 9) registra a atuação dos Jesuítas em “Pernambuco ao dar-se a invasão holandesa” destacando o nome do jovem padre “Ir. Estudante Manuel Ferreira, 18 anos, de Azurara. Fez campanha. Foi preso do inimigo. Retirou-se em 1635,

[8] Fundada por Inácio de Loyola em Paris, no ano de 1534, a Companhia de Jesus surgiu com o propósito catequético, atuando como resposta à Reforma Protestante e ao avanço do luteranismo na Europa. Passando a ser conhecida como Companhia de Jesus ou Milicia de Cristo. Relata Fernando Guerra de Souza (2022, p. 125).

com os índios de guerra e distinguiu-se na tomada de Porto Calvo". Neste sentido evidencia a presença constante dos membros da Companhia de Jesus na região, não apenas no desempenho de funções religiosas e educacionais, mas também no contexto dos confrontos territoriais, reafirmando o protagonismo jesuítico na formação e defesa das comunidades locais durante o período colonial.

Nilza Botelho Megale (2001, p.15), em sua obra *Invocações da Virgem Maria no Brasil*, menciona as diversas Ordens e Congregações Religiosas, na propagação dos títulos marianos durante o período colonial:

> [...] os jesuítas propagadores das invocações de Nossa Senhora da Ajuda, da Fé, da Luz, da Natividade, da Candelária, encontram-se em várias partes do território nacional, porém sempre em lugares por onde passaram os padres da Companhia de Jesus. O mesmo aconteceu com os Franciscanos, divulgadores das Senhoras da Conceição, dos Anjos, das Neves; Beneditinos (Montserat, Soledade e Angústia); Agostinianos (Consolação, Correia, Bom Despacho, Boa Hora); Dominicanos (Rosário e Terço); Salesianos (Auxiliadora) [...].

Nessa diversidade de título vocacionais mariano, Nilza Botelho Megale, identificou 112 devoções à Virgem Maria no Brasil. Essas invocações foram difundidas por diversas Ordens Religiosas, como jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas, promoveram a veneração a diferentes títulos de Maria. As Irmandades leigas desempenharam um papel crucial na manutenção e expansão dessas devoções, organizando festas, procissões e edificando igrejas e capelas. Essas confrarias estavam associadas a grupos étnicos específicos, como os negros e os mestiços, fundamentais na incorporação da devoção mariana na cultura popular brasileira.

O Padre José da Frota Gentil (1940, p. 43), em suas reflexões sobre o IV Centenário da Companhia de Jesus, menciona a atuação dos jesuítas como uma das mais significativas e que "a parte mais importante desse cerco espiritual tenha sido a missão do Brasil, para sempre famosa pelos Nobrega, Anchieta, Vieira". Manoel da Nobrega, como o primeiro provincial da Companhia de Jesus no Brasil, liderou a fundação de colégios e aldeamentos, estabelecendo as bases para a educação e catequese dos indígenas e colonos. José de Anchieta contribuiu para a consolidação e evangelização dos povos nativos e Antônio Vieira, destacou-se por sua oratória e defesa dos direitos dos indígenas, atuando tanto no campo religioso quanto político.

As Igrejas e Capelas construídas em várias regiões se tornaram centros de vida comunitária, servindo não apenas como local de cerimônias religiosas, mas também como

espaço de eventos sociais, políticos e culturais. O clero, muitas vezes, atuava como mediador entre os colonizadores e os indígenas, exercendo poder e influência significativa nas decisões locais.

No entanto, por absoluta necessidade e compreensão do espaço como elemento fundamental na missão evangelizadora, a edificação jesuítica da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, como bem analisa Beatriz Santos de Oliveira, na sua obra *Espaço e estratégia:* considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil (1988, p. 41): "estava a serviço do Estado, mas ao mesmo tempo em que atendia aos propósitos de Portugal estavam também atendendo aos seus próprios". Certamente, os habitantes necessitavam de um lugar de fortificação e refúgio, e aqui recorro ao título do artigo de Douglas Apratto Tenório, *A Fé, a Capela, os Santos:* Alagoas e a influência sacra em sua formação histórica. O referido autor (2006, p. 17), faz o seguinte comentário:

> "Por isso a importância das capelas e das igrejas quando construíam as primeiras habitações, os engenhos, [as senzalas], as casas grandes. O lugar de refúgios, mais que as fortificações. Eram junto aos santos, tão próximos, e tão disponíveis para ouvir suas súplicas, que retemperava, invariavelmente as forças e afastavam o desanimo. Aquelas figuras tão eloquentes no seu silêncio que nunca diziam não aos pecadores, mas que os amparavam e protegiam".

Ao tratar dos aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos, sociais, dentre outros sobre o Brasil, o Nordeste e Alagoas, o autor se debruça especificamente nos dois últimos –, político e social –, como descreve Antônio Filipe Pereira Caetano e Janaína Cardoso de Mello (2006, p.9): "Douglas Apratto Tenório nos apresentará de que maneira a formação histórica no Estado de Alagoas fora permeada por elementos religiosos como a fé, os santos e a capela".

Constituindo-se, assim, as primeiras edificações religiosas e militares no Brasil Colônia. É necessário considerar também, conforme Fernando Guerra de Souza (2022, p. 146) que para uma edificação com estrutura satisfatória, eram necessários profissionais capacitados dados à complexidade técnica e simbólica dessas obras:

> [...] essas comitivas de religiosos das ordens e mesmo entre elas, chegaram inúmeros habilidosos profissionais e artistas, como arquitetos, mestre-de-obras, carpinteiro, pedreiro, caieiros, oleiros e tantos outros mestres de ofício, os quais nos legaram as primeiras obras na colônia.

Trata-se de um território que Craveiro Costa (2020, p. 35), descreve como sendo terras que: "Levantaram-se os engenhos de açúcar e a fé católica construiu as ermidas".

Edificações erguidas no período da dominação portuguesa, disseminadas nos povoados, vilas e cidades, não apenas serviram para abrigar e cultuar os santos católicos, mas também funcionando como marco de ocupação territorial e instrumento da catequese, promovendo a interiorização da religiosidade europeia nas terras colonizadas.

Nilza Botelho Megale nos faz lembrar que a primeira paróquia dedicada à Nossa Senhora da Apresentação no Brasil colônia, foi edificada na cidade de Natal[9], no final do século XVI (1599). No primeiro decênio do século XVII, mais especificamente em 1610, foi erigida na cidade de Porto Calvo, em Alagoas, sob o mesmo título mariano, Nossa Senhora da Apresentação, evidenciando a difusão precoce e significativa dessa devoção no território colonial. Em seguida a imagem de nossa Senhora da Apresentação passa a ser venerada como padroeira da Igreja Matriz da Freguesia de Irajá, no município da Corte de São Sebastião do Rio de Janeiro, o que vem reforçar o papel dessa invocação mariana na consolidação da religiosidade e na formação das primeiras comunidades paroquiais no Brasil. E com elas surgiram as congregações e apostolados.

De acordo com o documento encontrado no arquivo da Cúria Diocesana de Maceió[10] diz que: “Nesta paroquia existe o apostolado do Sagrado Coração de Jesus, o mais prospero das paroquias do norte deste arcebispado. O presidente deste apostolado, é um verdadeiro apostolo, o seu zeloso vigário”. Conforme descrito por Queiroz (2022, p.105), no livro comemorativo do centenário da Arquidiocese de Maceió, descreve que:

> A congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, fundada pelo Pe. João Dehon, atuou de forma marcante na Arquidiocese. D. Antônio Brandão confiou à Congregação as paróquias de S. José, no município de S. José da Laje, e de N. Sra. Da Apresentação, em Porto Calvo, respectivamente, nos anos de 1904 e 1907. [...] Entre tantos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus que perlustraram na gleba alagoana, os anais conservaram os nomes dos padres: José Theus e, Expedito Barbosa, pároco de Porto Calvo por muitos anos.

Padre Expedito Barbosa Macedo[11], foi uma figura de grande relevância para Porto Calvo, contribuindo nas esferas religiosa, educacional e cultural do município. Como

---

[9] Segundo o site da Arquidiocese de Natal, a Igreja dedicada a invocação a Virgem Maria “[...] mesmo sem ter aqui uma imagem, Nossa Senhora da Apresentação é a padroeira desde os primórdios da vida cristã da comunidade natalense.” A imagem encontrada por pescadores em 1753, era a imagem de Maria com o menino Jesus nos braços com as mãos estendidas. Características de Nossa Senhora do Rosário que na paróquia recebe o título de Apresentação por ser encontrada no dia 21 de novembro, dia em que se celebra na Igreja Católica Nossa Senhora da Apresentação. https://www.arquidiocesedenatal.org.br/padroeira

[10] Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Armário 2, Caixa 19, Pasta 37. Documento identificado com descrição “Porto Calvo”.

[11] Pe. Expedito Barbosa de Macedo (1926 – 2016), foi uma das figuras mais influentes na vida educacional e cultural de Porto Calvo, Alagoas, ao longo do século XX. Seu compromisso com a formação da juventude

sacerdote da Congregação do Sagrado Coração de Jesus[12], Pe. Expedito atuou por vários anos como pároco da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, desempenhando papel central na vida espiritual da comunidade. Sua dedicação à fé e à cultura local manifestou-se também na composição de dois importantes Hinos: o da Padroeira de Porto Calvo e o do Município de Porto Calvo. Além de fundador do Colégio Estadual Nossa Senhora da Apresentação, nomeando a instituição em homenagem à padroeira da cidade. Como professor, demostrou seu compromisso com a educação e o desenvolvimento da juventude de Porto Calvo. Sua partida foi amplamente sentida pela comunidade, que o reconhece como um dos filhos mais ilustres. Seu legado permanece vivo nas instituições que fundou, nas músicas que compôs e na memória coletiva dos habitantes da cidade, por sua dedicação a paróquia e sua devoção a Virgem Maria.

O culto religioso à Virgem Maria, floresceu nos séculos XII e XIII tornando-se fonte de inspiração na arte e na literatura da época. Escultores, santeiros e, escritores exaltavam não apenas o sacrifício, mais também a pureza da Mãe de Jesus. Por meio dos trabalhos hagiológicos e representações artísticas dos tempos medievais, atingindo seu apogeu e alcançando seu maior esplendor e influência na cultura religiosa da época.

Período em que os portugueses acompanhados com a comunidade católica, estavam desembarcando na costa do nordeste do Brasil, inicialmente numa área até então restrita, a costa litorânea, posteriormente penetrando pelo interior do país, trazendo e espalhando o culto das invocações a Mãe Santíssima, fazendo surgir ao longo dos tempos diversas formas de devoção, instituindo-se a base da fé Católica Romana, àquela que chamamos de Nossa Senhora, sob diversas invocações, foi amplamente difundida, tornando-se um dos principais pilares da religiosidade no Brasil. Megale (1980, p. 16), esclarece que os:

> [...] propagadores das invocações de Nossa Senhora da Ajuda, da Fé, da Luz, da Natividade, da Candelária, [da Apresentação], encontradas em várias partes do território nacional, porém sempre em lugares por onde passaram os padres da Companhia de Jesus [ou mesmo de outras Ordens religiosas, Franciscanas,

manifestou-se por meio da criação de diversas iniciativas de caráter pedagógico, artístico e cívico, entre os quais se destacam o Clube Juvenil Dom Bosco, o Grêmio Pedro Valeriano, o Jornal O Brasinha, o Grupo Experimental Porto Calvense de Arte – GEPA, e o Coral Santa Cecília. No exercício do magistério, lecionou: Frances, Inglês, Português e História, demonstrando ampla versatilidade intelectual. Era bacharel em Anglo-Germânico, formação que aliava sólido conhecimento linguísticos a uma consistente base de cultura humanística. Sua atuação revela uma compreensão abrangente da educação como instrumento de transformação social e preservação cultural. (Fonte: Jornal O Brasinha – 08 de março de 2016).

[12] No calendário litúrgico da Igreja Católica no Brasil, o mês de junho é tradicionalmente dedicado às solenidades em honra ao Sagrado Coração de Jesus, expressão de um apostolado devocional consolidado ao longo dos séculos. (noticias.cancaonova.com).

Carmelitas, Dominicanas e Salesianas].

Como se sabe, há inúmeras referências às diversas invocações marianas. Tal característica interpretativa acarretou o campo de estudo da Mariologia, não é por acaso que existem várias invocações a Nossa Senhora no Brasil. Dentro do contexto de descrição imagética da Mãe Santíssima, elas podem ser apresentadas na sua origem por três naturezas, a Litúrgica, a Histórica e a Popular. A museóloga Nilza Botelho Megale (1980, p. 12), em seu livro *Cento e Sete Invocações da Virgem Maria no Brasil*, assim descreve:

> As Litúrgicas foram criadas pela Igreja e são relacionadas à liturgia católica – Conceição, Ó, Guia, Assunção, [Apresentação] entre outras; as Históricas referem-se aos títulos criados durante o surgimento ao longo da história do cristianismo, geralmente reporta aos lugares onde determinado culto da Virgem Maria foi iniciado, – Lourdes, Nazaré, Penha de França, Guadalupe e, as de natureza Popular são as de denominação dadas espontaneamente pelos devotos, conforme os rituais usados ou as necessidades do momento – Boa Viagem, Bom Parto, Brotas entre outras.

Na Iconografia Mariana, classifica-se a imagem de Nossa Senhora da Apresentação[13] na fase da sua natureza litúrgica – a Infância, que de acordo com Megale (1980, p. 15), a Virgem:

> [...] se apresenta ainda jovem, com as mãos unidas junto ao peito de cabelo solto ou com véu; Na Encarnação, referindo-se a Encarnação do Verbo de Deus e vão desde a saudação ao Anjo Gabriel até o nascimento de Jesus; Porém a Virgem Mãe são as grandes maiorias da invocação de Maria, nas quais ela se apresenta com o Menino Jesus no braço; A Paixão são as iconografias ligadas aos sofrimentos de Nossa Senhora durante a Paixão e Morte de Jesus e a Glória reporta a glorificação de Maria após a sua morte e coroação no céu.

Ao descrever as tradições dos santos católicos na sua hagiografia, há mais de um título devocional da Virgem Maria – Nossa Senhora da Apresentação –, se apresenta como o padroado, desta edificação no Povoado de Porto Calvo, reverenciada como padroeira dos porto-calvenses. Bem verdade que as inúmeras capelas, paroquias e igrejas dedicam a

[13] Edilton Mascarenhas Gomes, em sua dissertação de mestrado, descreve a passagem de Nossa Senhora da Apresentação – Menina. A Sagrada Escritura oferece poucos detalhes sobre a infância de Maria, no entanto, segundo a tradição, ela era filha de Joaquim, natural de Nazaré na Galileia, e de Ana, de Belém. O casal, sem gerar descendentes, vivia uma condição considerada vergonhosa à luz da cultura judaica da época. Joaquim, ofendido publicamente por sua infertilidade, recebe a visita de um anjo que lhe anuncia que sua esposa Ana, apesar da idade avançada, conceberia e daria à luz uma filha a quem chamaria Maria. Após o período de convivência com os pais, Maria atingiu a idade apropriada para ingressar no Templo de Jerusalém, onde passa a residir com outras jovens de sua faixa etária. Ali, recebeu formação religiosa e permanece completar quatorze anos. Mais detalhes consultar: GOMES, Edilton Mascarenhas. *Aspectos Identitários do Culto a Nossa Senhora da Conceição da Feira- Ba* (2021). Ver também Nilza Botelho Megale em seu livro *Cento e Sete Invocações da Virgem Maria no Brasil*. (1980).

Virgem Maria o que declara uma forte influência da religiosidade portuguesa desde o período do Brasil colônia.

As festividades da Apresentação de Nossa Senhora no Templo são celebradas no Oriente desde o século VII, no dia 21 de novembro, aniversário da Dedicação da Igreja de Santa Maria Nova em Jerusalém, fato que também ocorre na cidade de Porto Calvo em Alagoas, onde é marcado o calendário da maior manifestação religiosa e popular dos porto-calvense.

Na representação iconográfica da imagem de Nossa Senhora da Apresentação de Porto Calvo (Figura 09), é uma escultura em Madeira policromada que representa a Virgem Maria jovem, de pé, em posição frontal. Seus cabelos escuros são partidos ao meio na testa e caem sobre os ombros em mechas para ambos os lados. A cabeça e os olhos estão inclinados para a esquerda, transmitindo serenidade e contemplação, a cabeça aparentemente coberta sob um manto branco que repousa sobre as costas, deixando orelhas aparentes. Em suas vestes veem-se as cores brancas e azuis, elementos cromáticos que simbolizam a pureza, santidade, proteção, e a virgindade o que fazem alusão às cores da Virgem Maria jovem. O manto azul é um dos mais antigos símbolos de proteção, sob o qual “todos aqueles que recorriam à sua proteção se abrigavam: papas, cardeais, ordens religiosas, cidades, diversas comunidades”. As mãos cruzadas sobre o peito solenemente em atitude de oração, humildade e confiança, expressando adoração. A imagem repousa sobre um bloco de nuvens, com a perna esquerda levemente flexionada, os pés calçados com sapatos pretos. Cinco querubins alados em tons azul e vermelho que contornam frontalmente a base, reforçando sua natureza celestial.

Figura 09: Imagem de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: O autor (2025)

As representações da Virgem Maria no contexto colonial brasileiro apresentavam variações iconográficas significativas, refletindo tanto influências europeias quanto adaptações locais. No caso específico da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte (Figura 10), embora a devoção oficial esteja centrada em Nossa Senhora da Apresentação – tida como padroeira da cidade –, há registro que apontam que a imagem encontrada nas águas do rio Potengi, em 1753, era, na verdade, Nossa Senhora do Rosário. Essa discrepância entre o culto institucional e o objeto devocional encontrado revela o fenômeno comum no catolicismo popular colonial: a ressignificação de imagens e títulos marianos conforme as necessidades simbólicas e institucionais da época. Há de se notar que em outras representações descritas da Virgem, podem apresentar com pequenas variações, como foi constatado na iconografia de Nossa Senhora da Apresentação do bairro de Irajá/RJ (Figura 11). Essa diversidade reforça a ideia de que o mesmo título mariano pode assumir diferentes formas visuais, conforme o contexto cultural e histórico das comunidades que o cultuam.

Figura 10: N. S. da Apresentação de Natal



Fonte: Thiago Varela (Arquidiocese de Natal)

Figura 11: N. S. da Apresentação de Irajá



Fonte: https://apresentacao.org/ (Irajá/RJ)

Outro momento alusivo à Nossa Senhora da Apresentação, ressoa na letra do Hino da Padroeira, composto pelo Padre Expedito Barbosa Macedo. Em seus versos, o sacerdote não apenas dirige súplica à Virgem Maria, rogando por clemência e proteção ao povo porto-

calvense, como também entrelaça elementos históricos, simbólicos, teológicos e culturais. Ressalta-se, na letra do hino, a missão divina de Maria como mãe de Jesus, reforçando o dogma da Encarnação e seu papel central na história da salvação. A invocação mariana assume, assim, um caráter não apenas devocional, mas também histórico e simbólico, funcionando como súplica por proteção diante das adversidades enfrentadas pelo povo porto-calvense. Tais adversidades podem remeter a período como a invasão holandesa, guerras ou calamidades que marcaram a trajetória local, sendo a figura de Maria evocada como fonte de amparo e esperança coletiva.

A forma como o povo recorre a Maria “com hinos e prantos” evidência uma religiosidade popular fortemente emocional e devocional. Essa relação de súplica reforça o papel da padroeira como intercessora, muito comum nas práticas católicas coloniais. Ao chamá-la de “altaneira”, altiva e elevada, a letra do hino reforça o papel da Santa como Padroeira, símbolo de unidade e devoção popular, perpetuando a fé ao longo da história local. Em tom poético, o Hino da Padroeira expressa um profundo sentimento religioso entrelaçado à memória histórica de Porto Calvo. Ao rememorar passagens da vida de Maria e reforçar dogmas mariano, retratando a dor coletiva do povo e apresentando a Padroeira como figura protetora diante das adversidades. Desta forma o hino convida toda a cidade a participar da fé e da tradição. Vejamos:

Ó senhora bendita celeste,
Que tivestes do céu a missão
De ser mãe de Jesus Salvador,
Redentor da humana geração
Carinhosa escuta esse povo,
Sofredor de constantes tormentos
Que te pede entre hinos e prantos,
Tua benção e tua proteção

Coro X 2
Porto Calvo, cidade altaneira,
Canta e reza com muita devoção
Para honrar sua excelsa padroeira,
Nossa Senhora da Apresentação

Uma linda e santa menina,
Apresentam seus pais ao senhor
E ela fica no templo morando,
Trabalhando no santo labor
Quando um dia um anjo anuncia,

Ave cheia de graça e luz
És bendita entre todas as mulheres,
E bendito é teu filho Jesus

Coro X 2
Porto Calvo, cidade altaneira,
Canta e reza com muita devoção
Para honrar sua excelsa padroeira,
Nossa Senhora da Apresentação.

Assim, o hino não apenas celebra a figura de Maria, mas também atua como um instrumento de coesão social e de preservação da identidade cultural e religiosa da comunidade, reafirmando a continuidade de uma tradição enraizada desde os tempos coloniais até os dias atuais.

Essa persistência da fé mariana se tornaria ainda mais significativa diante dos conflitos e tensões do período holandês em Porto Calvo, quando a presença católica foi posta à prova e a devoção popular assumiu novos contornos de resistência e identidade.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na cidade de Porto Calvo, integra a historiografia local, desde o período de sua formação até os dias atuais, desempenhando papel ativo na evolução histórica eclesiástica, na formação territorial da região norte de Alagoas, nas celebrações religiosas e festividades populares. Reconhecida por seu valor histórico e cultural, a igreja é tombada como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como bem cultural, que segundo Ulpiano (2012, p. 28) “[...] o “bem cultural” é, antes de mais nada, um *bem*, quer dizer, coisa boa. Boa de conhecer, de ver, de sentir, de experimentar como vínculo pessoal e comunitário e, finalmente, boa de usar, de praticar – pragmaticamente é um bom lugar para rezar”. Hoje a Igreja, sua fachada e o adro à sua frente são atuantes e participativos nas realizações das celebrações religiosas, atividades populares, bem como o uso da fachada para contar a história da cidade e região reunindo toda a comunidade em um local que relembra o início do povoamento.

1.2 Porto Calvo Sob o Olhar Holandês

Sabedor que o período da ocupação dos holandeses na Capitania de Pernambuco se estendeu de 1630 a 1654, o que não impede em determinado momento avançamos ou

recuarmos, neste campo de ocupação sob o comando de Mauricio de Nassau. Como recorda Álvaro Queiroz em sua obra *Episódio da História de Alagoas* (1999, p. 48), os holandeses empreenderam suas tentativas de fixação em território brasileiro:

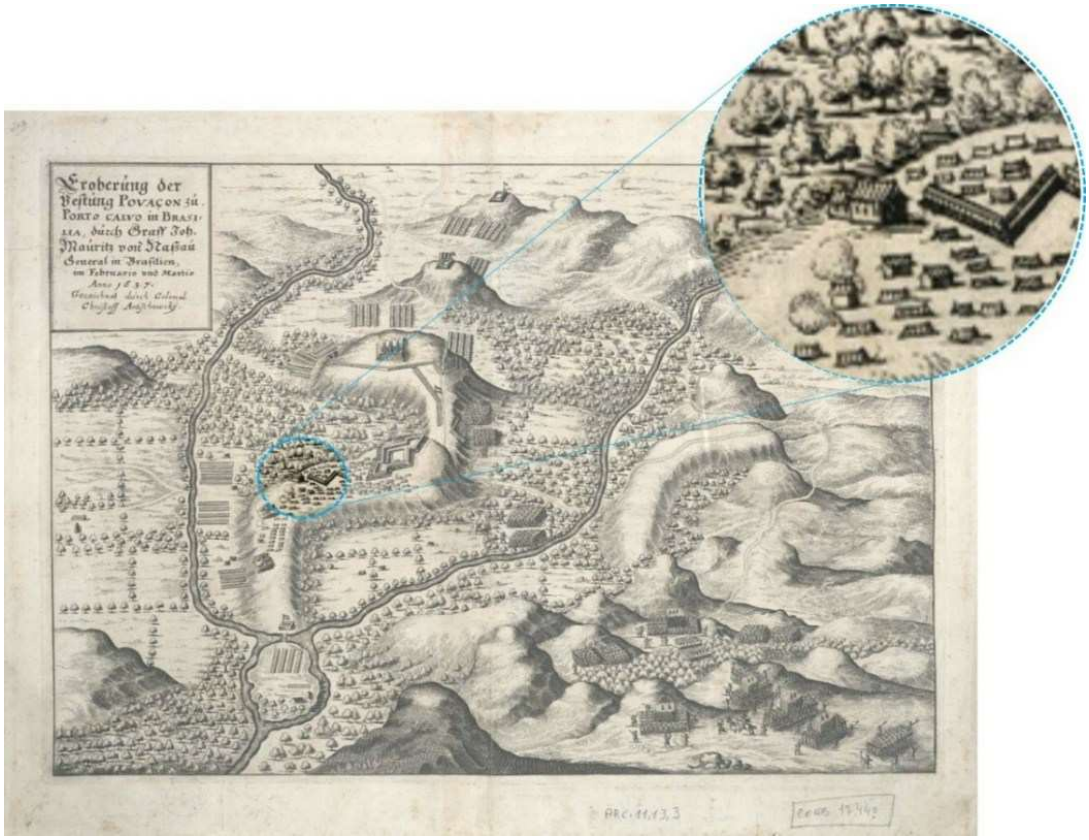
> [...] primeiro na Bahia, no ano de 1624, não tendo sucesso a incursão. Pela segunda vez em 1630, em Pernambuco, onde estabeleceram o seu domínio por cerca de 24 anos [...] naquela época, a terra das Alagoas[14] era parte integrante da Capitania de Pernambuco.

Esse processo de invasão não apenas reconfigurou o espaço político e militar no Nordeste, como também impactou profundamente a organização social, econômica e religiosa da região. Período dos primeiros registros visuais da arquitetura na paisagem geográfica do Nordeste Holandês, do século XVII, são obras produzidas por artistas e cartógrafos que integraram a comitiva de Maurício de Nassau, durante sua administração em Pernambuco. Descritos no conjunto de trabalhos em quadros, pinturas avulsas, estudos e desenhos dos artistas seiscentistas, Franz Post, Albert Eckhout e Zacharias Wagner. O primeiro se destacou por sua paisagem, o segundo retratando os indígenas, africanos e mestiços, além de naturezas-mortas com frutas tropicais e Zacharias Wagner contribuiu com ilustrações da flora, fauna e costumes locais.

Na cartografia de George Marcgraf, e Willem Piso, que ilustraram essa Geografia do Brasil Holandês, que nos dizeres de Luís da Câmara Cascudo (1956, pp. 87-88), “Marcgraf ficou sendo uma referência. A maior [...]. Esses mapas não foram apenas os mais completos do seu tempo. Foram os mais elogiados na Europa”. Desta forma, podemos vislumbrar as extensões hidrográficas com seus rios e riachos, as fortificações, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação (Figura 12), numa paisagem ainda bucólica de um povoamento em formação. Essas produções foram fundamentais para documentar e divulgar a realidade do Brasil Holandês na Europa, oferecendo uma abrangência da diversidade cultural e natural da colônia.

[14] Politicamente, a história de Alagoas pode ser divide em quatro fases distintas. A primeira corresponde ao período em que o território integrava a Comarca de Pernambuco, entre 1706 a 1817. Nesse intervalo, possuía autonomia administrativa, estando subordinada ao Governo Pernambucano. Essa condição perdurou até o dia 16 de setembro de 1817, quando por Decreto de Dom João VI, Alagoas foi elevada à condição de Capitania autônoma, desvinculando-se de Pernambuco e iniciando um novo ciclo como Capitania de Alagoas (Álvaro Queiroz - *Episódio da História de Alagoas*, 1999).

Figura 12: Mapa do Cerco e Conquista de Porto Calvo



Fonte: BNDIGITAL[15]

O olhar dos artistas holandeses seiscentistas no Brasil Colônia permitiu paralisar no tempo um período de intensos conflitos territoriais, ilustrado através das cores vibrantes, dos elementos tropicais, da riqueza de detalhes da natureza, das batalhas navais e terrestres, dos povoados, vilas, cidades, engenhos, casas-grandes, fortes e igrejas. Esses registros foram documentados em uma série de paisagens pintadas a óleo sobre madeira, durante o período da ocupação territorial holandesa na Capitania de Pernambuco[16]. Vejamos o que diz Leonardo Dantas Silva (2011, p. 254):

> [...] a produção desse período retrata, bem uma documentação iconográfica de maior importância, registrando a arquitetura civil e religiosa, como também a militar, a flora

[15] MERIAN, Matthaeus. Eroberung der Vestung Pavaçon zu Porto Calvo in Brasília, durch groff Joh. Mauritz von Nassau General in Brasilien, im februario und martio anno 1637. Amsterdam [Países Baixos], 1637. 1 mapa, 27 x 35,3cm em f. 32,8 x 39,1 cm.
Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart354227/cart354227.jpg. Acesso em: 23 jun. 2025.

[16] Outras produções de Frans Post são atribuidas à sua segunda fase artistica compreendida entre 1645 e 1660, a terceira fase, entre 1661 e 1669, período no qual o artista já havia retornado à sua terra natal, os países baixos. No artigo Casas-Grandes, do livro *Caminhos do Açúcar*: Engenhos e Casas-grandes das Alagoas (s.d. p. 80) Carmem Lúcia Dantas menciona que: "[...] vários estudos aqui produzidos que serviram de base para seus quadros e desenhos posteriores. Infelizmente, porém esses estudos nunca foram encontrados".

> e a fauna, tipos humanos e elementos outros da maior importância para a compreensão da paisagem seiscentista do Nordeste".

A tela intitulada *Paisagem ao redor de Porto Calvo no Brasil, com uma figueira em primeiro plano,* medindo 0,63m de altura e 0,89m de largura. Atualmente encontra-se em exposição no Museu do Louvre, localizada no Quarto 838, Ala Richelieu, Nível 2.

Na (Figura 13), destacam-se duas importantes edificações do povoado: o Forte e a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. A obra datada de 1639, constitui o único registro iconográfico conhecido da referida Igreja. Por meio desta obra é possível constatar que a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação já se fazia presente em terras porto-calvense, naquele período.

Figura 13: Paisagem ao redor de Porto Calvo no Brasil



Fonte: musée du Louvre

Podemos observar na imagem que, além do Forte situado na parte mais alta do povoado, destaca-se a presença marcante da Igreja, ambos conectados pela formação do casario, evidenciando a geografia e a natureza local. Esses aspectos também foram descritos por Dirceu Lindoso (2019, pp. 37-38) em analisar e vislumbrar a produção pictórica de Frans Post, registrando suas impressões:

> É reveladora a pintura que da Porto Calvo setecentista fez o pintor Frans Post: uma colina escavada com um burgo fortificado do cimo, onde se vê um casario quase invisível ao pé da fortaleza. Isto faz a peculiaridade de Porto Calvo: uma colina fortificada numa mesopotâmia de vários rios, afluentes e brejos alagados, e com um mar de morros que lhe corre a poente [...]. O modelo porto-calvense é formado por um grande círculo de sentido centrípeto, que aglutina os diversos pontos de colonização espalhado numa morraria de matas e extensões baixas de brejos alagados em torno da colina fortificada.

As paisagens reproduzidas por Franz Post servem como testemunhos visuais da riqueza natural do nordeste brasileiro e das transformações provocadas pela presença europeia seiscentista. Suas obras também permitem refletir sobre o olhar holandês dirigido a terra e aos seus habitantes. A respeito dos feitos da comitiva do Conde Maurício de Nassau, Leonardo Dantas Silva (2011, p. 146), comenta que um dos objetivos era:

> [...] preservar em telas a paisagem e topografia da conquista, bem como os feitos militares e a arquitetura civil do Brasil Holandês, o Conde de Nassau contou com os serviços do pintor Frans Post [...] o pioneiro no registro da paisagem em terras da América, o primeiro pintor acadêmico a documentar em cores o panorama brasileiro [...]. De sua produção intensa, são hoje conhecidos pouco mais de 160 trabalhos. No Brasil, o jovem pintor tornou-se a memória visual do governador, transformando-se numa espécie de cronista da paisagem [...] vale lembrar que, já no final da vida, quando de carta dirigida ao Rei Luís XIV, de França, na qual faz oferta de seus *presentes brasileiros* [...].

Carla Mary da Silva Oliveira (2006, p. 123) informa que a obra de Franz Post: "está intrinsicamente ligada ao cenário histórico em que viveu e às características da arte neerlandesa do século XVII, onde a pintura de paisagem era um gênero comum e de mercado garantido [...]". (Oliveira, 2013, p. 22, *apud*, Oliveira 2006, p. 123). Corroborando com o pensamento de Oliveira (2006, p. 123), Francisco Isaac Dantas de Oliveira (2014, p. 167) menciona que: "Hoje, a maior herança da ocupação holandesa para o Brasil são essas imagens como resquícios de sua breve passagem. Dentre elas, as paisagens de Frans Post possuem um valor fundamental", para a compreensão daquele período histórico.

Como se sabe, as obras de Frans Post[17] revelam uma ambientação cuidadosamente atribuída à paisagem, com traços de uma natureza aprazível, como constatamos no Instituto

[17] Como parte da comitiva do Conde Mauricio de Nassau, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, destacou-se o Alemão Zacharias Wagener, que estando no Brasil entre 1634 e 1641. Durante sua permanência, produziu 110 aquarelas reunidas sob o título *Livro dos Animais,* um álbum de grande relevância para os estudos sobre da arte do Brasil holandês. Além dele, merece destaque Albert Eckout, encarregado de retratar figuras humanas, além da flora e da fauna, trabalhos voltados principalmente à divulgação cientifica, que o tornaram um valioso documentarista do grupo de artistas vinculado à Comitiva de Nassau. Outro nome importante é do astrônomo George Mackgraf, notável por sua contribuição à cartografia e por seu envolvimento em diversos campos do saber. Para mais detalhes consultar: Leonardo Dantas Silva na sua obra *Holandeses em Pernambuco 1630/1654* (2011).

Ricardo Brennand em Recife, Pernambuco. A exposição de 20 óleos do artista, realizada em 2023, a referida Instituição reúne uma das mais importantes coleções de quadros de Frans Post do período holandês além de gravuras aquareladas retratando a paisagem brasileira.

As paisagens dos trópicos seiscentistas do Nordeste brasileiro, retratadas pelos artistas da época, são analisadas pictoricamente por Joaquim de Souza Leão (apud Leonardo Dantas Silva, 2011, p. 254), que investiga a maneira como esses artistas retratavam a natureza, a vegetação exuberante e a paisagem brasileira, com ênfase no uso das cores, da luz e das pinceladas. Joaquim de Souza Leão menciona que:

> Post pintava com pinceladas ligeiras. Só as folhas destacam-se recortadas com um pouco mais de empastas. Irradiam em todas as direções, subtraídas à ação do vento. É certo que ele preferia representar no primeiro plano as ramagens duras da flora da catinga. As folhas dos mamoeiros são as que melhor lhe saem: empastadas, reluzentes, em relevo sobre o resto da vegetação. A preparação da madeira era feita com pincel fino e a camada preliminar nem sempre branca, o que concorreu para escurecer com o tempo muitos quadros. Alguns parecem pintada diretamente sobre a madeira, tão ligeira era essa camada, que lhe deixa ver os veios. Tal foi, aliás, a maneira de pintar do tempo – o apogeu da arte holandesa – que assegurava a regularidade da superfície, uma das exigências acadêmicas. (Silva, 2011, p. 254).

Finalmente, o que se segue ao período de Mauricio de Nassau nas terras nordestina ficou registrado pela participação de outros artistas e cientistas holandeses, que contribuíram significativamente para o registro e a compreensão da região. Conforme destaca Cicero Péricles de Carvalho (2021, p. 77), esses profissionais desempenharam um papel crucial na documentação geográfica das terras que ocuparam por 24 anos, evidenciando o vasto conhecimento que possuía sobre a região:

> Os registros e os estudos do território ocupado foram tantas e de tanta qualidade que, sem a presença de Maurício de Nassau e sua corte, a história do Brasil holandês seria outra. Um desses cientistas, o cartógrafo Georg Marcgraf, desenhou o primeiro mapa detalhado de Alagoas, incluída no sul de “Pernambuco Pas Meridionalis” [Figura 14]. Esse mapa de 1643 faz um levantamento minucioso dos rios e lagoas da costa alagoana, assim como os engenhos e portos existentes na área ocupada pelos holandeses. (Carvalho, 2021, p. 77).

Figura 14: "Pernambuco Pas Meridionalis"



Fonte: www.brasilianaiconografica.art.br

Os registros de Georg Marcgraf, nesse período do Brasil Colônia, se somam às pesquisas que evidenciam a importância do Sul da Capitania de Pernambuco durante a presença holandesa em Alagoas. De fato, a relevância dos registros cartográficos de Georg Marcgraf, foi uma contribuição significativa para o entendimento geográfico e científico do Nordeste brasileiro durante o período da ocupação holandesa no século XVII.

Cícero Péricles de Carvalho (2021, p. 86) questiona “O que ficou de holandês depois de duas décadas de ocupação?”. Em resposta a sua indagação, o autor recorre às obras de quatro escritores alagoanos que, ao longo das suas trajetórias, pesquisaram aspectos relevantes do território alagoano na historiografia brasileira. Revisitando e reproduzindo as informações textuais de Lêdo Ivo, Abelardo Duarte, Guedes de Miranda e Mário Marroquim, Cícero Péricles de Carvalho nos oferece uma visão ampla e detalhada daquilo que permaneceram como vestígios da presença holandesa durante o período de ocupação territorial:

O escritor Lêdo Ivo comenta:

> [...] o caráter efêmero e predatório, da colonização holandesa, diante da ação de permanência da colonização luso-brasileira, pode ser surpreendido na extraordinária rapidez com que desapareceram os sinais da presença do flamengo [...]. Destruído

> o Forte Maurício em Penedo, restaurados os engenhos, a Holanda sumiu por completo da paisagem alagoana. É como se a ocupação flamenga tivesse sido um pesadelo – uma sucessão de imagens funestas mas sem materialidade.

O Jornalista, Escritor e Médico Abelardo Duarte menciona:

> Sem um projeto de colonização, a passagem holandesa no distante território de alagoas foi tão efêmera que, de sua presença física, não ficaram vestígios tangíveis: os quatro fortes foram destruídos sem deixar traço algum.

O porto-calvense Guedes de Miranda é taxativo:

> [...] não ficou de sua passagem nenhum traço de trabalho construtivo. Nenhum vestígio de atividade fecunda e criadora. Nenhuma obra de arte".

O Antropólogo, Jurista e Músico Mário Maroquim analisa:

> Na toponímia inexiste marca holandesa e, da língua do invasor, somente a palavra "brood", que significa "pão", ficou presente em dois vocábulos regionais nordestinos: "brote", espécie de farinha extraída do ouricuri e "broa", um biscoito regional.

Segundo Cicero Péricles de Carvalho (2021), os registros sobre esse período histórico não se preservaram amplamente por meio de documentação oficial portuguesa ou de outras fontes sistematizadas, restando à posteridade apenas as lembranças cristalizadas no imaginário popular e as descrições contidas nos mapas e relatórios produzidos pelos holandeses durante sua ocupação no Nordeste.

Ao considerarmos nas qualidades intelectuais dessas fontes preciosas para a construção de informações sobre a presença holandesa em Alagoas, é necessário refletir também sobre o que pode não está restrito à ideia de devastação nas abordagens presentes nas documentações consultadas.

Pautados em repertório temático resistente, o território de Alagoas é retratado nas obras pictóricas de Frans Post, identificadas e interpretadas de forma descritiva, evidenciando a exuberante paisagem tropical em perspectiva histórica. Na cartografia de Georg Marcgraf, encontra-se preciosas fontes de informações, com seus desenhos detalhados que amplia nossa compreensão dos espaços da Geografia Holandesa das Alagoas. A essas representações somam-se as narrativas dos alagoanos Lêdo Ivo, Abelardo Duarte, Guedes de Miranda e Mário Marroquim, que registraram importantes informações sobre os acontecimentos ocorrido durante a breve passagem da ocupação holandesa na Capitania de Pernambuco, entre (1630 – 1654), refletindo também no território que hoje corresponde ao Estado de Alagoas.

1.2.1 A Igreja Fortificada

Durante a retomada do território porto-calvense pelos portugueses, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi fortificada. No momento em que o Forte foi dominado, o governador holandês Alexandre Picard, juntamente com Domingos Fernandez Calabar[18] (Figura 15) e seus soldados, bateram em retirada, buscando abrigo na edificação religiosa. Conforme descreve Olímpio Euzébio de Arrochelas Galvão (1881, p. 28): “Os holandeses, porém, não se entregam de todo: procuram novo refúgio na trincheira da Igreja matriz, a poucos metros de distância do Forte, e em duas casas fortes”. Acuados por aproximadamente sete dias, Picard decidiu, então, negociar a rendição holandesa, impondo como condição levar consigo Domingos Fernandes Calabar. O General Mathias de Albuquerque, recusou o acordo, exigindo que Calabar ficasse na qualidade de prisioneiro.

Entre os dias 20 e 22 de julho de 1635 ocorreram os últimos dias de vida do mulato Domingos Fernandez Calabar, nascido naquela Paroquia, segundo Galvão (1881, p. 29):

> Mathias de Albuquerque, general del Rey no exército e guerra representava sua pessoa: e assim, o condenaria [Calabar] a morrer, enforcado e esquartejado, por traidor e aleivoso, e pôr os muitos males, agravos, furtos e extorsões, que havia feito, e foi causa de se fazerem aos moradores de Pernambuco. [...] É chamado para confessá-lo e prepará-lo a bem morrer o padre Frei Manoel do Salvador, que residia em Porto Calvo.

Figura 15: Domingos Fernandes Calabar



Fonte: G1/AL (2018)

[18] Domingos Fernandes Calabar, natural da cidade de Porto Calvo, filho de Ângela Alves e pai português desconhecido. Personagem importante e decisivo nos combates territoriais entre os portugueses e holandeses.

A Igreja por intermédio do pároco Frei Manoel do Salvador, participou de um momento histórico da cidade de Porto Calvo, lembrado e questionado, até os dias atuais, a rendição e morte cruel do porto-calvense Domingos Fernandes Calabar. Reconhecido pela população local como herói, Calabar é lembrado por seus feitos em favor de mudança na colonização portuguesa na região.

Interrogado pelo ouvidor João Soares de Almeida, tendo como escrivão Vicente Gomes da Rocha, o condenado Calabar respondeu: “muito sei, mas são as mais abatidas do povo os culpados, tomarei conselho com o padre, vi e posso declarar, na hora da morte falarei”. Galvão (1881, p. 29). O prisioneiro preferiu levar consigo ao túmulo todas as informações importantes que poderia ter auxiliado os portugueses em um possível contra-ataque dos holandeses, e: “Assistido do Sacerdote, padeceu a morte em 22 de julho de 1635, enforcado num esteio, foram a cabeça e partes do tronco fincadas nas estacas das trincheiras e na rua da povoação”. Galvão (1881, p. 30).

Após a retirada de Mathias de Albuquerque com sua tropa para o Sul da capitania chegou a Porto Calvo o General Segismundo, que: “[...] encontrando profanado os despojos de Calabar, fez tributarem-se-lhes todas as honras fúnebres, mandando enterrá-lo com pompa na Igreja Matriz, e convocando por bando os moradores”. Galvão (1881, p. 31).

Novamente, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, participou desse momento final da história de Calabar. No entanto, até hoje, não sabemos ao certo em que local da Igreja estaria à sepultura do herói popular, considerado também traidor na colônia portuguesa.

Ainda segundo Galvão (1881, p. 43): “Argumentando, porém o receio de futuros assaltos, porque constava a vinda de reforços para o inimigo, o conde de Bangnuolo empenhou-se na conclusão das obras do Forte de Porto Calvo e fazendo cercas de trincheiras com seus traveses a Igreja”.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação surge agora como uma possibilidade de ser fortificada, dessa vez pelos portugueses, temendo uma retaliação por parte dos holandeses que foram expulsos do território porto-calvense.

1.2.2 Lendas porto-calvense

No contexto das expressões populares, destaca-se a publicação de Jayme de Altavila, intitulada *O Tesouro Holandês de Porto Calvo* (1961), a qual, em seu VII capítulo,

apresenta *O Roteiro de Porto Calvo.* Este roteiro elaborado por Guedes de Miranda ainda em sua fase de estudante secundarista do Colégio Liceu. Guedes leu diversas revistas, folhetos, e narrativas disponíveis no Instituto Histórico. No entanto, conforme observa o autor (1961, p. 51): “mas tudo de modo impreciso”. Ainda nos dias atuais, persistem crenças populares de fabulosos tesouros que teriam sido lançados no fundo dos rios e em subterrâneos pelos vencidos em fuga. Seguindo a jornada de Guedes de Miranda, na busca por documentos reveladores sobre a ocupação holandesa na região de Porto Calvo, o autor apoia-se em diversas publicações que oferecem importantes esclarecimentos:

> [...] rumo à biblioteca Pública, à cata de publicações antigas [referenciando a fase holandesa], aqueles livros novos, visto pelo dorso, não aparece guardar nenhum “segredo” do passado [...] não é nele que iremos “fincar” a picareta de nossas investigações. Nós iremos “cavar” é no arquivo da biblioteca, onde há muitos folhetos de publicação remota, sobre causas regionais. (Altavila, 1961, pp. 49-50).

Foram essas narrativas que, desde a infância, marcaram minha memória, quando meus avós reuniam os netos e as crianças da vizinhança para contar histórias sobre a cidade de Porto Calvo. Com veemência, afirmava a existência de túneis subterrâneos utilizados como rota de fuga pelos holandeses durante os períodos de batalhas territoriais, em uma época em que a cidade ainda constituía como um povoamento. A lenda da Serpente; O sino de ouro e as botijas. Segundo Guedes de Miranda (1961, p.13):

> O tesouro holandês obcecava-me onde estaria ele escondido? Por que não o desenterravam? Em que local estaria situado o caminho secreto por onde fugiu o Conde de Bagnuolo? Sonhei muitas noites sentados sobre montões de florins de ouro. Créso de uma fabulosa fortuna. O sino do ouro também me deslumbrava. Mergulhei muitas vezes à sua procura com perigo de vida no poço do seu Nicolau, onde diziam ele se havia submergido.

Trata-se de uma história contada e recontada até os dias de hoje, não só pela comunidade local, mais também registrada em livro didático intitulado *Porto Calvo: cidade da gente: estudos regionais,* de autoria da Professora Claudia Cunha. Nesse contexto, destacam-se os feitos de Domingos Fernandes Calabar, cuja trajetória inclui as idas e vindas pelos caminhos subterrâneos que, segundo a tradição, uniam a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação ao Forte e ao rio Manguaba. Segundo relatos orais, o acesso a Igreja se localizava na sacristia. Informações disponíveis indicam que o Padre Expedito teria solicitado o fechamento do acesso ao túnel, providenciando a construção de uma laje de concreto sobre o local.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação continua a ser objeto de curiosidade para os visitantes. Virgílio José Teixeira Rocha, guia da Igreja, aponta pequenas aberturas na parte posterior do retábulo (Figura 16), entre a sacristia e o altar-mor. Segundo seu relato, em determinado horário do dia é possível perceber uma corrente de ar proveniente do solo no vazio do retábulo, o que é interpretado como possível vestígio do antigo acesso ao “túnel” subterrâneo.

Figura 16: Lado posterior do retábulo



Fonte: O autor (2025)

Outras narrativas são preservadas pelos antigos moradores da região. Uma das lendas mais recorrentes refere-se à existência de uma Serpente que habitaria os caminhos subterrâneos que ligam a Igreja, o Forte e o Rio. De acordo com a tradição, essa Serpente seria guardiã dos tesouros deixados pelos holandeses durante sua fuga (1636). Conta-se que sua cauda estaria localizada no acesso ao túnel próximo ao rio Manguaba, enquanto a sua cabeça permaneceria no acesso ao túnel existente na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Segundo relatos da comunidade, a Serpente mover-se-ia entre os túneis existentes.

Recorrendo a Jayme de Altavila, *O Tesouro Holandês de Porto Calvo* (1961), constata-se a existência de inúmeras outras tantas lendas que, transmitidas oralmente, continuam a ser compartilhadas pela comunidade até os dias atuais. Vejamos:

- Uma das lendas remonta à figura de um padre holandês, de nome Paulo, que teria deixado a Igreja fechada e, durante vários dias, realizado escavações na nave, no altar-mor e no terreno do entorno da Igreja, em busca das botijas supostamente deixadas pelos holandeses durante a fuga. Segundo as histórias contadas, o que ele encontrou foram diversos objetos, porém nada foi registrado em documentos oficiais. O que se sabe, de acordo com relatos locais, é que, quando moradores decidem demolir casas antigas ou construir em determinadas áreas, é comum o surgimento de objetos utilizados no período colonial (moedas, utensílios de uso doméstico, balas de canhão), alimentando ainda mais as crenças em tesouros enterrados.
- A lenda do sino de ouro. Conta a história que os holandeses no período da invasão, roubou o sino da Igreja e jogou no rio manguaba, e em noites de lua cheia a população ouvia o badalar do sino, e há quem diga que algumas pessoas foram procurar o tesouro nas águas turvas daquele rio.

Essas manifestações fazem parte do vasto repertório da literatura oral brasileira, que reflete uma mistura de elementos culturais e religiosos. As histórias do tesouro enterrado são comuns em várias regiões do Brasil.

Hoje, sabe-se que os holandeses, além de ocuparem todo o território de Porto Calvo, exploraram amplamente os recursos naturais disponíveis e se beneficiaram do comercio do açúcar. Recentemente, uma importante descoberta arqueológica sobre o período colonial no contexto do domínio holandês na cidade de Porto Calvo foi feita, o Fortim Bass (Figura 17). Segundo informações divulgadas pelo site do IPHAN, a descoberta revela que:

> O **Fortim Bass**, localizado em Porto Calvo (AL), pode elevar a história do período colonial do Brasil a um contexto internacional. Encontrado em 2015 durante pesquisa arqueológica coordenada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o monumento trouxe à tona vestígios importantes da ocupação holandesa no norte alagoano e é a mais íntegra fortificação do século XVII. Mantendo as características originais da época (IPHAN, 2019).

A importância histórica da descoberta arqueológica do Fortim Bass, destacando-o como um elemento chave para compreensão do período holandês em Porto Calvo, não se limita a sua função como fortificação militar, mas também como testemunho material da presença holandesa na região. O texto também menciona que a fortificação preserva "as características originais da época", o que reforça sua relevância para a reconstrução histórica e a análise do contexto colonial na área.

Figura 17: Fortim Bass



Fonte: IPHAN

1.3 As Festividades Religiosas em Comemoração à Nossa Senhora da Apresentação da Cidade de Porto Calvo: entre o sagrado e o popular.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação é um elo que conecta a comunidade a sua história presente e passada, proporcionando um senso de pertencimento e continuidade. Além disso, o patrimônio cultural desempenha um papel crucial no fortalecimento da diversidade cultural, permitindo que diferentes grupos da sociedade compartilhem o seu saber, conhecimento, suas experiências em relação ao objeto patrimonial. Ela carrega em si a memória coletiva de gerações. Segundo Françoise Choay, (2014, p. 25): “O monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo.” A igreja, portanto, pode ser entendida como um documento histórico em camadas, no qual se sobrepõem a experiência religiosa, a formação territorial, as práticas sociais, as relações de poder e memória.

Neste contexto, é imprescindível reconhecer e valorizar esses bens culturais, promovendo sua conservação e difusão, não apenas como um dever ético, mas também como um investimento para as gerações futuras. Leonardo Castriota (2009, p. 107), admite que: “Para se decidir, portanto, o que é patrimônio e para se manter os bens materiais por si mesmos [...] os valores neles incorporados, torna-se necessário examinar sempre porquê e como o patrimônio é valorizado, e por quem”. Nesse sentido a valorização do patrimônio é um processo participativo de vários agentes, seja pela gestão pública, privada ou pela

comunidade local, em diferentes contextos de valor histórico, social e das necessidades de conservação e preservação do bem cultural na contemporaneidade. Assim, é de fundamental importância identificar quem são os agentes responsáveis pela valorização do patrimônio cultural da cidade de Porto Calvo – a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, aparece no cenário cultural local por meio das festividades religiosas comemorativas, ao dia da Padroeira da cidade – 21 de novembro (Figura 18) e, tão esperada quanto a da padroeira é a do Co Padroeiro São Sebastião[19] – 20 de janeiro (Figura 19). No contexto eclesiástico a padroeira juntamente com o Co Padroeiro, intercede por uma determinada localidade ou grupo de pessoas. A crença no poder da Padroeira e do Co Padroeiro faz com que eles sejam coletivamente festejados através de uma combinação de modos diversos de cultos e homenagens, tanto religiosas como populares. A cidade reúne em suas ruas e praças os habitantes, os moradores das fazendas e engenhos e pessoas vindas de cidades vizinhas, constituindo-se um dos mais importantes núcleos das devoções da religiosidade popular no Brasil. Como menciona Douglas Apratto Tenório (2006, p. 16): “As populações vizinhas passavam a frequentar as festas e as celebrações religiosas, atraídas pela fama dos favores e as notícias dos milagres dos santos de cada lugar”.

A igreja também é destaque em datas oficiais como o aniversário da cidade – 12 de abril –, e no mês mariano dedicado a Virgem Maria, além de eventos sociais como batizados e casamentos, onde podemos constatar a presença e participação de toda a comunidade católica e não católica nas festas e celebrações populares da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, tornando-se um costume tradicional de uma ação da Igreja Católica em que se celebra Nossa Senhora Menina. Para os moradores representa a passagem de Nossa Senhora da infância à fase adulta.

[19] São Sebastião figura como Co padroeiro da paróquia da cidade de Porto Calvo. Segundo relato do Pe. José Aparecido, sua escolha possivelmente se deve à crença em sua proteção contra as epidemias que afetavam a região durante o período colonial. A devoção ao Santo é profundamente enraizada na comunidade local, consolidando-se como parte essencial da religiosidade popular. No contexto da colonização portuguesa, São Sebastião foi amplamente cultuado no Brasil, especialmente por sua reputação como intercessor contra a peste e outras doenças contagiosas.

Figura 18: Procissão de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: Jesca Soares da Silva (2024)

Figura 19: Procissão do Co padroeiro São Sebastião



Fonte: Instagram da Paróquia

Como manifestação secular, o culto, e as celebrações em comemoração as festividades de Nossa Senhora da Apresentação, alinha-se aos tempos coloniais com o desenvolvimento do catolicismo no Brasil, da elevação da Vila e da fé lusitana para as terras do Novo Mundo.

As ações em comemoração as celebrações ao seu dia – 21 de novembro – são extensas, o padre apresenta a programação que se inicia com o hasteamento da Bandeira, seguida da Santa Missa de abertura do novenário onde a comunidade se encontra em orações e celebração a padroeira. É o momento de adoração a Deus, a Virgem Maria, anjos e santos, perseveram na fé e exercitam a esperança. De acordo com Dom Carmo João Rhoden, Bispo Emérito de Taubaté/SP, em seu artigo *Significado das Novenas*, detalha que o novenário: “[...] trata-se de uma série de orações, ou exercícios espirituais, realizados durante nove dias consecutivos, visando a celebração mais consciente do padroeiro(a). As novenas se fazem, também, para obtenção de uma graça (especial): saúde, por exemplo”. (Rhoden, 2023).

Além das missas procissões em ritual de saudação ao Cristo crucificado, é possível presenciar outras atividades incorporadas nos festejos em comemoração à Nossa Senhora da Apresentação. É nesse espaço religioso que se observam as formas de relação entre os fiéis e o povo em geral. A organização dos festejos religiosos e populares conta com a participação ativa da comunidade local, que se envolve de diferentes formas, seja por meio da oferta de trabalho voluntário, da colaboração direta na realização das celebrações ou do financiamento de elementos que integram os rituais festivos, como a confecção da bandeira, a preparação do andor da Santa para procissão e a ornamentação do altar. Essa participação evidencia o envolvimento da comunidade na manutenção e na continuidade dessas práticas religiosas e culturais. A crença do poder da Mãe de Deus faz com que ela seja coletivamente festejada através de uma combinação de modos diversos de culto e homenagens, tanto religiosos como populares.

A esse animado ciclo festivo tradicional de caráter religioso e popular que se realiza em Porto Calvo, acrescenta-se o elemento propiciador da divisão e do lazer da população que o frequenta, com a presença de banda de música, dos grupos de danças populares, das festas de rua. Manifestações que aparecem nas festividades religiosas e datas santificadas, para mostrar que a devoção vem antes do divertimento ou do objetivo de exibição.

A programação para as festividades em celebração ao dia de Nossa Senhora da Apresentação e as comemorações aos 415 anos da Igreja sob o padroado da referida Santa, são inseridas na programação do ano Jubilar, que celebra 2025 anos do nascimento de Cristo.

A paróquia de Porto Calvo divulgou as programações aos festejos religiosos em comemoração ao dia da Santa e aos 415 anos da Igreja, com solenidade especial que tem início nove dias antes, ou seja, 12 de novembro, iniciando com:

- **Procissão da Bandeira de Nossa Senhora da Apresentação –** O rito do hasteamento da Bandeira, acompanhado pela queima de fogos de artificio e por uma procissão percorrendo as principais ruas da cidade, configuram-se como expressão simbólica “para honrar sua excelsa padroeira”, Nossa Senhora da Apresentação. Tal prática ritualística reafirma os valores espirituais, que sustenta a devoção e a fé cristã católica, ao mesmo tempo em que marca, de forma solene e pública, os festejos religiosos. Trata-se de um momento de confluência entre o sagrado e o espaço urbano, em que se manifesta, de modo coletivo e sensorial, a permanência das tradições litúrgicas e identitárias da coletividade.

  A Bandeira, símbolo devocional de significativa relevância no contexto dos festejos religiosos, parti de um fiel católico previamente escolhido – por meio de candidatura no ano anterior – para exercer a função de “Guardião da Bandeira”. A esse devoto cabe a responsabilidade de zelar pela Bandeira ao longo de um ano, podendo mantê-la exposta em local de destaque, como a sala de sua residência, em sinal de devoção, ou preservá-la em espaço reservado, conforme sua prática e fé. Ao término das festividades, a Bandeira é solenemente conduzida à morada de uma nova família que profecia a fé católica, também voluntariamente candidata à função de “Guardião da Bandeira”, a fim de perpetuar o gesto de fé e fortalecer os vínculos espirituais com Deus, por meio da intercessão de Maria Santíssima. Tal dinâmica ritualística reafirma a continuidade das tradições religiosas e a centralidade da figura mariana na vivência da espiritualidade popular.

- **Novenário –** O novenário dedicado à Nossa Senhora da Apresentação constitui uma prática devocional tradicional no contexto do catolicismo lusófono, especialmente em comunidade que preserva os costumes herdados da colonização portuguesa. É

nesse período de nove dias, que os fiéis se reúnem na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação em oração, reflexão e agradecimento pelas graças alcançadas, por intercessão da Virgem Maria. Essa prática reforça os laços comunitários e a continuidade das tradições religiosas, sendo um marco significativo na vivência da fé católica. Segundo o Cardeal Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro/RJ, em seu artigo *Novena de Nossa Senhora Aparecida*, descreve que:

> Rezar a novena em preparação a festa de um santo é como preparar a nossa casa para receber familiares e amigos para uma festa, deixar tudo organizado, enfeitar e limpar. E no dia da festa se alegrar com todos que chegam, no dia da festa do Santo o nosso coração se alegra por ter se preparado bem para aquele momento, e com certeza o Santo lá do céu se alegra conosco. (Tempesta, 2024).

A prática da novena não se limita a uma sequência de orações; ela representa um processo de preparação espiritual que envolve tanto o ambiente físico quanto o espiritual do fiel, vista como um convite a purificar nosso coração e mente, de modo a estar verdadeiramente preparados espiritualmente, e em comunhão com o divino. Ao se preparar com seriedade e alegria resulta não apenas em uma festa, mas também em um encontro sincero e prazeroso com o sagrado.

- **Procissão de Nossa Senhora da Apresentação –** O início da procissão é marcado pelo repicar dos sinos, que sinaliza a comunidade o momento da saída. Atualmente, a imagem da Santa não é mais conduzida em um andor carregado nos ombros dos fiéis, como era tradição. Hoje é conduzida pelas mãos de alguns devotos e, em seguida, posicionada sobre um carro ornamentado, que percorre as principais ruas da cidade, num ritual de descida e subida das ladeiras da histórica cidade de Porto Calvo, reafirmando a continuidade das tradições religiosas, ao mesmo tempo em que adapta a festividade às novas dinâmicas da vida urbana. A Banda de música acompanha todo o trajeto, conferindo solenidade e identidade sonora ao ritual. Como forma de evangelizar, e convidar toda a comunidade a participar das comemorações das festividades em homenagem a Nossa Senhora da Apresentação. Os católicos enfileirados seguem em procissão, entoando cânticos a sua ‘excelsa padroeira’, os nãos católicos aguardam a passagem da Virgem Maria, contemplando das suas janelas, nas varandas de suas residências, sentados nas calçadas das casas e nos bancos das praças. No seu término com um gesto de humildade e gratidão a Santa protetora, marcado pela fé e devoção dos fiéis, entre palmas, vivas e cânticos de

louvores, os presentes emocionados salva a Rainha Mãe do Céu, e ela retorna ao seu altar. Marília Castro (2019, p. 84), no seu artigo *Manifestações religiosas processionais. Passado e presente na tradição brigantina*. Comenta:

> Tradicionalmente reconhecidas como uma forma pública de demonstração da religiosidade dos povos católicos, as procissões assumiram através dos tempos como sinais exteriorizados de louvor, bem como, de súplica, penitência, mas também de agradecimento, avocando-se como um conjunto de ações devocionais impregnadas de ritualidade e simbologia. Neste cerimonial processional identifica-se "por um lado uma homenagem e deferência para com Deus e, por outro, a sua exaltação", arcando esta última com "variadas dimensões inerentes às diferenciações sociais da festa religiosa dando origem a determinadas formas de sociabilidade". (Castro, 2019, p.84 a*pud* Gouveia, 2001, p. 67).

Aqui podemos compreender a estrutura ritualística da procissão como um elemento central das festividades religiosas, que articula espaço, tempo e fé em uma prática simbólica coletiva. Marilia Castro (2019, p. 108) recorre a Gouveia (2001, p. 72), que menciona:

> A procissão é uma forma de representação dos poderes em presença, o de Deus que a Igreja manifesta e que o povo dos fiéis participa, venera e aplaudi, o da Igreja, capaz de configurar a memória realizando festa-comemoração, (...) de diferentes maneiras e com diferentes proximidades do palio, dos objectos processionais, andores e estandartes, ou que se fazem esquecer no préstito do qual se alheiam, ou no qual participam com autoridades em representação de instituições e procurando mostrar aceitação e respeito pelas instituições, neste caso pela Igreja Católica que consegue culturalmente, (...), congregar populações. (Castro, 2019, p.108, apud Gouveia, 2001, p. 72).

Ao presenciar a passagem de Nossa Senhora da Apresentação, concordamos com Lima (2000, pp. 254-259), ao compreender que esse momento transcende a dimensão ritual e se inscreve como expressão viva da memória e da fé católica. Conforme Marilia Castro comenta:

> [...] os "santos, estáticos nos andores, protagonizam um movimento ao interior das próprias coisas, dando ao tempo mais do uma dimensão sagrada, um peso de eternidade" e "a procissão como encenação integradora de uma comunidade" através dessa ritualidade versus sensibilidade, apresenta esse "patrimônio que faz aliança com a memória da comunidade. (Castro, 2019, p. 87, apud Lima, 2000, pp. 254 - 259).

As festividades litúrgicas em honra a Nossa Senhora da Apresentação, padroeira de Porto Calvo, transcende os limites dos ritos eclesiásticos ao incorporar expressões das manifestações populares da localidade, que irão permear todo o percurso da produção dos festejos religiosos, com certa fusão entre o religioso e o popular, e aqui destacamos:

- **Pastoril** – Como representação expressão dramática, é um dos pontos culminantes das festividades em Porto Calvo, especialmente durante as celebrações da padroeira da cidade. Introduzido no Brasil pelos Jesuítas no século XVI, o pastoril (Figura 20) se propagou ao longo dos séculos, incorporando elementos da cultura local e adaptando-se as tradições regionais.

Figura 20: Pastoril Rosas de Ouro



Fonte: www.youtube.com (2017)

- **Cambidas** (Figura 21) – Constitui uma manifestação cultural de dança de cortejo, desprovida de enredo ou dramatização. Tais cantigas, por sua vez, remetem a aspectos do cotidiano e a elementos do catolicismo, como, exemplo, São Benedito. Curiosamente, embora haja uma vinculação com o Santo os cânticos não fazem menção direta ao seu nome. Evidenciando um sincretismo sutil entre o religioso e o popular.

Figura 21: Cambindas



Fonte: https://boibumbarte.blogspot.com/2013/

- **Coco** – A dança do coco (Figura 22) é uma manifestação cultural tradicional do Nordeste brasileiro, com raízes profundas nas culturas africanas e indígenas. Caracteriza-se por sua musicalidade percussiva e por movimentos coreográficos que podem ser executados em roda, fileiras ou duplas. É comum sua presença em celebrações como casamento, batizado, aniversário e, especialmente, durante as festividades juninas e eventos religiosos católicos. Durante as comemorações em honra a Nossa Senhora da Apresentação, padroeira da cidade, o coco integra as manifestações culturais que acompanham os ritos religiosos, evidenciando a fusão entre o sagrado e o popular nas tradições locais.

Figura 22: Coco de Roda



Fonte: https://boibumbarte.blogspot.com/2013/

No ano de 2017 a fachada da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, foi cenário para narrar sua história, através do Projeto: *Narrativas em Movimento*[20] (Figura 23), baseado na ideia de projeção mapeada na busca do fortalecimento, valorização e reconhecimento do patrimônio cultural. De acordo com Werner Salles, documentarista integrante do grupo Núcleo Zero[21], comenta que: "O principal critério era a força das histórias que as cidades possuem" (itaucultural.org.). Neste contexto a história oral, desempenhou um papel significativo que contribuiu acerca dos fatos ocorridos na evolução histórica da Igreja e da cidade de Porto Calvo.

[20] Versão contemporânea das caravanas circenses. Uma Kombi adaptada para abrigar um miniestúdio audiovisual, com projetores e equipamentos de som acoplados na parte externa, viaja e apresenta um espetáculo visual construído a partir de conceitos e tecnologias modernas, com recursos como holografia, projeção mapeada e técnicas de animação. As apresentações acontecerão em espaços públicos de seis cidades alagoanas: Penedo, Marechal Deodoro, Piranhas, Coqueiro Seco, União dos Palmares e Porto Calvo. (https://www.itaucultural.org.br/rumos.).

[21] Grupo Zero de audiovisual, dedicado à experimentação em novas mídias e suas possíveis convergências, o conjunto desenvolveu um projeto itinerante baseado na ideia da projeção mapeada, que além de unir diversas técnicas possui forte caráter de intervenção urbana. Narrativas em Movimento foi um dos 117 selecionados do programa Rumos Itaú Cultural 2015-2016. (https://www.itaucultural.org.br/rumos).

Figura 23: Narrativas em Movimento



Fonte: www.youtube.com

1.3.1 Ano Jubilar

Em 2025, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, localizada em Porto Calvo, Alagoas, celebra dois marcos históricos significativos: os 415 anos de sua fundação e os 70 anos de seu tombamento ocorrido em 17 de janeiro de 1955, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para preservar os remanescentes da antiga vila colonial da cidade de Porto Calvo, reconhecendo seu valor histórico e cultural, coincidindo com o Ano Jubilar da Igreja Católica (Figura 24).

No ano em que a Igreja Católica celebra o Jubileu Ordinário, com o tema ‘Peregrinos da Esperança’, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi escolhida como uma das três Paróquias para viver intensamente este Ano Santo. De acordo com o Arcebispo Don Carlos Alberto Breis Pereira, a escolha foi decorrente da importância de a Igreja ser o marco religioso do estado de Alagoas. Com a responsabilidade de vivenciar o Jubileu e promover os valores cristãos na região. Segundo o site da Arquidiocese de Brasília:

> A igreja de peregrinação jubilar é um espaço sagrado destinado ao culto e à peregrinação durante o Ano Santo. Nela, os fiéis que as visitarem podem receber indulgências, desde que cumpram determinadas condições, como a confissão sacramental, a comunhão eucarística e a oração pelas intenções do Papa, detalha Dom João Justino. (ARQBRASILIA, 2024).

Com o tema “Pelegrino da Esperança”, proclamado pelo Papa Francisco, as igrejas designadas desempenham um papel fundamental na jornada espiritual dos fiéis, promovendo uma experiência de fé e penitência durante o ‘Ano Santo’. Dom João Justino explica para a Arquidiocese de Brasília que: “[...] os símbolos, as preces e os ritos jubilares “servem como prelúdio para uma rica experiência de graça, de misericórdia e de perdão””. Assim, vivenciar o jubileu é fazer parte de um tempo de graça”[22], conferindo ordem e significado à vida religiosa da comunidade, integrando fé, cultura e tradição.

Figura 24: Peregrinação Jubilar à Igreja de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: Instagram da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação (2025)

CAPÍTULO 2 – O TOMBAMENTO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: conservação e restauro.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação constitui um dos marcos mais significativo da formação histórica, religiosa e urbana da cidade de Porto Calvo, configurando-se não apenas como espaço de devoção, mas como testemunho material dos processos da ocupação portuguesa, consolidação territorial e firmação do poder religioso

[22] Arquidiocese Brasília, 2025. Artigo do Jubileu: https://www.cnbb.org.br/somos-peregrinos-da-esperanca-2/

no período colonial e pós-colonial. Sua permanência na paisagem urbana local ultrapassa a dimensão estritamente arquitetônica, inserindo o edifício no campo dos bens culturais cuja preservação se vincula à construção da identidade e da continuidade histórica da comunidade.

Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo analisar o processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, ocorrido na década de 1950. Para tanto, discute-se inicialmente o reconhecimento oficial do valor do monumento, abordando as circunstâncias e os fundamentos que levaram à sua inscrição no Livro do Tombo Histórico.

A compreensão desse processo exige, contudo, um retorno ao período anterior ao tombamento. Nesse sentido, examina-se a Lei nº 1.618 “A” de 06 de junho de 1952, que antecede o ato de tombo, bem como a emenda proposta por Medeiros Neto, que reforça o reconhecimento do valor histórico e artístico do bem. Ao mesmo tempo analisa-se, ainda, a atuação do Deputado Pedro Firman Neto, cujo voto em separado, apresentado antes do parecer da Comissão da Educação e Cultura, solicita vistas ao Projeto nº118-51. Soma-se a esse conjunto documental o parecer técnico elaborado por Ayrton Carvalho, cuja análise se mostra favorável ao tombo da Igreja e contrária à demarcação dos remanescentes da antiga vila colonial.

Para além da dimensão jurídico-administrativa, o capítulo também aborda as ações de preservação material realizada no bem cultural ao longo do tempo. São discutidos os restauros e intervenções promovidos na edificação, destacando-se a fase de prospecção, fundamental para o conhecimento das camadas construtivas e das transformações sofridas pelo monumento; a formulação da proposta de restauro, orientada por princípios técnicos e teóricos da conservação; e, por fim, as ações de conservação e restauração da imaginária sacra existente na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Dessa forma, este capítulo articula a dimensão legal, histórica e técnica da preservação, demonstrando que o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação representa a salvaguarda e valorização de um patrimônio que sintetiza a fé, a memória e a identidade da população de Porto-calvense.

2.1 O tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação nos anos 1950.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação encontra-se, desde 17 de janeiro de 1955, registrada no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sob o nº 307, à folha 51 do Livro do Tombo de número 2. A inscrição destaca como objeto do tombamento a obra: Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação e inclui todo o acervo da Igreja Matriz. O processo de tombamento é o de número 515T-52, tendo como proprietária a Municipalidade e outros. O caráter do tombamento é *ex ofício* (ou compulsório), isto é, um ato administrativo unilateral pelo qual o Poder Público protege bens de valor histórico, cultural ou ambiental sem a necessidade de anuência do proprietário.

O tombamento reúne os bens culturais de reconhecido valor histórico, artístico e cultural, considerados fundamentais para a preservação da memória nacional por concentrarem significados sociais e culturais essenciais à compreensão do processo de formação histórica do Brasil e sua identidade.

Esse instrumento constitui um ato administrativo e jurídico destinado à proteção e à preservação do patrimônio cultural brasileiro, incidindo, exclusivamente sobre bens de natureza material, sejam eles bens móveis ou imóveis. O tombamento configura-se como o primeiro instrumento institucional no Brasil visando o acautelamento dos bens patrimoniais, estabelecido a partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e define os efeitos jurídicos aplicáveis aos bens reconhecidos como de interesse patrimonial.

O Decreto-Lei nº 25/37 é um marco institucional de um processo de patrimonialização cultural no Brasil. Essa proteção nasce da inquietação dos intelectuais modernistas, em busca de uma identidade nacionalista e valorização simbólica, para só depois se transformar em categoria jurídica. Contudo em meados do século XVIII já havia manifestação em relação à proteção do monumento histórico, conforme mencionado na publicação do Sphan de número 31, intitulado: *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*: uma trajetória (1980, p. 9), onde descreve que: “D. André de Melo e Castro, Conde das Galveias, Vice-rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, ao tomar conhecimento das intenções do Governador de Pernambuco a respeito de construções ali deixadas pelos holandeses,

escreveu-lhe uma carta[23] [...]". Na carta, o Vice-Rei demonstra preocupação em transformar o Palácio das Duas Torres em quartel militar. Reconhecendo o edifício como importante marco arquitetônico do período holandês em Recife, construído por Mauricio de Nassau, recomendando que, em vez de modificar a edificação existente para fins militares, fossem construídos novos quartéis. Dessa forma, defende-se a preservação do Palácio como um monumento histórico representativo do período da ocupação holandesa no território da capitania de Pernambuco.

O Decreto-Lei nº 25/37 em seu artigo 1º, estabelece que:

> Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

O artigo 1º do Decreto-Lei nº 25/37 estabelece como critério fundamental para o tombamento, o interesse coletivo do bem, associado à sua relevância histórica e ao conjunto de valores que representam. Tal dispositivo reforça o papel do Estado, em articulação com a sociedade, na proteção e valorização desses bens, assegurando que as gerações futuras possam conhecer, compreender e aprender com esse legado. Essa proteção, pode ser exercida pelos entes federativos – União, Estado e Município – por meio de instrumentos legais que visam impedir a destruição, a descaracterização ou a perda dos valores patrimoniais dos bens tombados.

O Decreto-Lei nº 25/37 em seu artigo 1º institui ainda no "§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo [...]", que são assim definidos no Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Esse parágrafo evidencia que o tombamento, enquanto ato administrativo, possui natureza constitutivo, e não meramente declaratório ou simbólica. Assim, embora o valor cultural do bem possa existir previamente ou independentemente ao ato formal, os efeitos jurídicos específicos da proteção — como as limitações administrativas

[23] O referido documento encontra-se na publicação *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*: uma trajetória, no Anexo I: Trecho da carta enviada em 5 de abril de 1742 pelo Conde das Galveias ao Governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade. (1980, p. 31). Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/932>.

relativas à conservação, ao uso e à necessidade de autorização prévia para intervenções — somente passam a incidir a partir de sua inscrição em um dos Livros do Tombo.

De acordo com Sonia Rabello (2009, p. 59) “[...] a própria norma legal estabeleceu, de maneira clara e objetiva, o momento a partir do qual o bem passa a constituir definitivamente parte do patrimônio cultural, decorrendo então daí os efeitos legais do tombamento”. Sonia Rabello (2015, p. 2), em seu artigo intitulado *O Tombamento,* chama atenção para o fato de que:

> O principal efeito da imposição do tombamento é conservar os bens materiais, coisas móveis ou imóveis que são reconhecidas como portadoras de valores culturais. Com a imposição do tombamento, são criadas obrigações para os proprietários de bens tombados, para o poder público, como para a sociedade em geral, de manter e conservar o bem cultural.

Nesse sentido, o tombamento gera obrigações específicas tanto para os proprietários quanto para o poder público, além de impor restrições às intervenções realizadas sobre o bem. Ao enfatizar que os efeitos do tombamento decorrem automaticamente da inscrição do bem em um dos Livros do Tombo, evidencia-se o caráter imediato da proteção do patrimônio, que passa a impor limites às intervenções, as quais ficam condicionadas à autorização prévia do órgão competente.

Para Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (2008, p.67):

> Procura-se através da medida evitar que o proprietário faça alterações, ou mesmo destrua a coisa, eliminando vestígios de fatos, épocas, do interesse da sociedade, ou ainda as áreas de interesse paisagístico. É importante destacar que as restrições administrativas ao direito de propriedade não se direcionam apenas ao imóvel tombado, mas podem atingir sua vizinhança, a fim de permitir que o entorno não fique descaracterizado.

Dando continuidade à reflexão do autor ao afirmar que o tombamento busca evitar que o proprietário “faça alterações ou mesmo destrua a coisa”, o texto evidencia a prevalência do interesse público sobre a liberdade plena do proprietário. Tal limitação justifica-se pelo fato de que determinados bens – objetos, edifícios ou áreas com relevância histórica ou artística – não pertencem exclusivamente ao indivíduo, mas à coletividade. Isto é, mesmo que de propriedade privada, esses bens têm seu valor e interesse para toda a coletividade, que detém o direito à preservação da memória e dos valores culturais que esses bens representam e materializam. Dessa forma, deve-se esclarecer que o

tombamento não incide sobre o direito de propriedade, porém limita seu exercício, condicionado ao interesse coletivo que se sobrepõe ao individual.

Outro ponto relevante diz respeito ao fato de que as restrições decorrentes do tombamento não se limitarem ao imóvel tombado em si, mas se estendem também a sua vizinhança. Essa observação é fundamental para a compreensão da lógica do tombamento, uma vez que a preservação não se restringe ao interior do bem, mas abrange o seu contexto espacial e paisagístico, ou seja, às condições de fruição do bem tombado. O entorno elemento indissociável do valor cultural do bem tombado, de modo que sua descaracterização pode comprometer a própria razão de ser da proteção administrativa.

No artigo 19 do Decreto-Lei nº 25/37 esclarece que, em caso da necessidade de obras de restauro no bem tombado:

> O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa. (BRASIL, 1937).

Esse dispositivo evidencia a responsabilidade compartilhada entre o proprietário do bem tombado e o poder público. Ao mesmo tempo, impõe ao particular o dever jurídico de realizar as obras de conservação e reparação necessárias para a preservação do patrimônio tombado. Ressalta-se que o tombamento não retira a propriedade do bem, mas cria limitações e obrigações específicas com o objetivo de garantir à proteção e a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Caso o proprietário não disponha de recursos financeiros para custear as obras de conservação e reparação, o artigo determina que ele deve comunicar formalmente ao IPHAN. Essa comunicação funciona como um mecanismo de preservação à deterioração do bem; permitindo que o Estado avalie a situação e, se necessário, execute ou financie as intervenções. Além disso, registra a diligência do proprietário no cumprimento do seu dever de proteger o patrimônio.

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 216 vai tratar do patrimônio cultural, estabelecendo que:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

> I – as formas de expressão;
> II – os modos de criar, fazer e viver;
> III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, art. 216).

É a partir da Constituição Federal de 1988, que se passa a trabalhar de forma efetiva a diversidade cultural nacional, incluindo a proteção e preservação do patrimônio imaterial como os modos de fazer e criar, os saberes, bem como as manifestações populares e religiosas. A Constituição também reconhece o papel ativo da sociedade na identificação, valorização e fiscalização desses bens, reforçando a ideia de democracia cultural e de gestão compartilhada do patrimônio, por meio de instrumentos como inventários, registros, tombamento, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A preservação do patrimônio cultural é fundamental para construção e a afirmação da identidade de um povo, na medida em que funciona como testemunho material e simbólico de sua história, de suas tradições e de seus valores. Esse patrimônio, encerra a memória coletiva de diferentes gerações, constituindo-se como elemento essencial para a compreensão do passado, a vivência do presente e a projeção do futuro.

A Constituição Brasileira de 1988 atribui competência não apenas ao órgão federal, mas também aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal no que se refere à proteção do patrimônio cultural. Tal competência encontra respaldo nos artigos 24, inciso VII e 30, incisos II e IX que estabelecem:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
> VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico
> Art. 30. Compete aos Municípios:
> II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
> IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (Brasil, 1988, art. 24, inciso VII e art. 30 incisos II e IX).

O artigo 30, incisos II e IX da Constituição Federal de 1988 fortalece a autonomia municipal ao conferir aos municípios a competência para legislar suplementarmente, desde

que respeitando o arcabouço normativo federal e estadual, especialmente no que se refere à proteção e à preservação do patrimônio cultural, assim como a sua “ação fiscalizadora”.

Segundo Rabello (2015, p.5), menciona que os munícipios:

> [...] poderão exercer a competência executiva de proteção do patrimônio cultural no âmbito do seu território tão somente baseados na norma nacional, no DL 25/37 e/ou na norma de tombamento que seu estado houver aprovado, desde que preveja, no âmbito da administração municipal, qual o órgão competente para o exercício dessa competência e a forma de fazê-lo; ou seja, o procedimento administrativo no âmbito da administração pública municipal.

Nesse sentido, a gestão municipal detém competência para a proteção do patrimônio cultural local, respeitando as normas federais e/ou estaduais a qual o bem é efetivamente tombado. Ainda de acordo com Rabello (2015, pp. 5-6):

> Isso significa dizer que qualquer dos entes da federação poderá, ou melhor, deverá proteger, o patrimônio que for atribuído de significado cultural. Na esfera municipal ou estadual bastará, como já mencionado, dotar a sua administração de órgão competente, regulando apenas o procedimento administrativo respectivo, com a observância das normas nacional e/ou estadual sobre o assunto.

Nesse sentido, é essencial que a prefeitura municipal da cidade de Porto Calvo atue para que o patrimônio cultural seja protegido de forma adequada, pois é no âmbito local que esse patrimônio existe, é vivido pela população e sofre impactos diretos do desenvolvimento urbano, social, econômico e turístico.

2.2 Antes do tombamento, a Lei nº 1.618 “A” de 6 de junho de 1952.

Antes de sua inscrição no Livro do Tombo Histórico, pelo IPHAN, os remanescentes da vila colonial de Porto Calvo já haviam sido reconhecidos como monumento nacional por meio de instrumento legal específico. Trata-se da Lei nº 1.618 “A”, que considera monumento nacional os edifícios e logradouros remanescentes das antigas vilas coloniais que, respectivamente, deram origem as atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Porto Calvo, no Estado de Alagoas.

Ao declarar esses edifícios e logradouros como monumentos nacionais, o legislador reconhece que tais espaços representam marcos fundamentais na formação histórica do país.

A Lei demonstra como o Estado constrói, seleciona e legitima certas narrativas históricas como constitutivas da identidade cultural brasileira. As antigas vilas simbolizam:

o início da urbanização colonial; as primeiras formas de organização administrativa do território; processos sociais, econômicos e religiosos que marcaram o período colonial.

Ao transformar esses espaços em monumentos nacionais, a legislação reforça que o patrimônio cultural não pertence apenas aos moradores locais, mas à coletividade. Ele se torna: instrumento de educação histórica; base para políticas culturais e potencial atrativo turístico sustentável.

Porto Calvo desempenhou papel relevante no desenvolvimento colonial no Nordeste, testemunho da ocupação portuguesa, cenário de disputas territoriais, especialmente no contexto da invasão holandesa, bem como a exploração agro açucareira e a extração de madeiras nobres.

A seguir abordaremos o destaque da cidade de Porto Calvo como monumento nacional pela Lei 1.618 de autoria do Deputado Federal Antônio Feliciano da cidade de Santos/SP, emendada pelo Deputado alagoano Medeiros Neto, que enaltece os atributos históricos da cidade de Porto Calvo em sua justificativa, resultando em reconhecimento nacional não apenas os remanescentes da vila colonial da atual cidade de Porto Calvo, mas também o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a edificação religiosa cristã católica mais antiga do Estado de Alagoas, com feições do estilo chão português, bem como marco estruturante do território e formação central da vila.

2.2.1 A Emenda de Medeiros Neto[24]

Medeiros Neto (Figura 25), expressa a relevância da cidade de Porto Calvo como Patrimônio a ser preservado em decorrência da sua contribuição na historiografia do período colonial brasileiro.

[24] Pe. Luís de Meneses Medeiros Neto (1914 – 1992), natural de Traipu, Alagoas, estudou Humanidades e Teologia Pastoral no Seminário Arquiepiscopal de Maceió e no Seminário Diocesano de Aracaju, Filosofia e Letras, foi ordenando presbítero em novembro de 1935. Realizou estágio de estudos pastorais na paróquia de Marília, São Paulo. Entre 1941 e 1945, atuou como Interventor Federal dos Departamentos de Educação e Cultura e das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo de Alagoas. Foi uma das personalidades decisivas na criação da Universidade Federal de Alagoas, professor catedrático do Instituto da Educação de Maceió e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, ocupando a cadeira de 11º, tornando-se Presidente da referida Instituição entre os anos de 1983 e 1992. Também integrou à Associação Alagoana de Imprensa e à Academia Alagoana de Letras. Liderou a bancada e integrante da Comissão especial da Bacia do São Francisco, tornando-se vice-presidente da Comissão Permanente do Serviço Público Civil da Câmara. Em 1971, o Papa Paulo VI concordou com sua “Reductio Ad Statum Laicum”, casado com a professora Andréa Maria Coelho da Paz de Medeiros Neto. (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 242)

Figura 25: Retrato de Medeiros Neto



Fonte: IHGAL

O Deputado Medeiros Neto, fundamentou sua solicitação de reconhecimento da importância histórica e artística da Vila Colonial seiscentista de Porto Calvo, referenciada no Projeto de Lei de nº 118-A, de 1951, de autoria do Deputado Federal Antônio Ezequiel Feliciano da Silva[25], encaminhando a Câmara dos Deputados para apreciação e análise.

A Câmara dos Deputados na abertura do Projeto de Nº 118-A/1951, apresenta em seu resumo o seguinte texto:

> Erige em monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de São Vicente, no Estado de São Paulo; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura com substitutivo ao projeto emendado em pauta e voto em separado do Sr. Pedro Firman Neto.

No que se refere ao Projeto de Nº 118-A/1951, vejamos o Parecer do Congresso Nacional na sua (fl. 1), que decreta:

> Art. 1º O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de São Vicente, no Estado de São Paulo é erigido em monumento nacional.

---

[25] Antônio Ezequiel Feliciano da Silva, nascido em Paraibuna/SP em 1899, graduado em Direito na Faculdade do Largo São Francisco, na capital paulista em 1919, especializando-se na área penal, constituindo sua carreira na advocacia e na política, na cidade de Santos no litoral de São Paulo e na capital do Estado. Exerceu cargo de Vereador na cidade de Santos em 1926/1928 e 1936/1937; Deputado Estadual por São Paulo em 1928/1930 e Deputado Federal em 1946/1950, 1951/1953, 1959/1962, 1963/1966 e 1967/1970. Assume a Prefeitura de Santos/SP em 1953/1957. Além de assumir outros cargos na área política e administrativa, tanto em capital do Estado como em Santos, sempre atuando em defesa dos interesses da cidade de Santos e São Vicente. Ao fim da sua legislatura, assume a cadeira de direito penal na Faculdade Católica de Direito de Santos, é eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Mais detalhes sobre vida e obra do referido Deputado Federal, disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Ezequiel_Feliciano_da_Silva#:~:text=Em%201950%20reelegeu%2Dse%20deputado,eleito%20na%20legenda%20do%20PSD>.

> Art. 2º O Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério da Educação e Saúde, providenciará na esfera da sua competência e de acordo com a legislação vigente, a fim de que a presente lei tenha completa e urgente execução.
>
> Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Na Sala das Sessões em 12 de abril de 1951, o Deputado Federal Antônio Ezequiel Feliciano da Silva, em seu discurso, procura situar e destacar a relevância da cidade de São Vicente/SP, sinalizando a importância que a cidade deteve desde os tempos das Capitanias Hereditárias, ou seja, como "marco zero da fundação da nacionalidade brasileira", conforme consta na sua exposição e defesa do Projeto de Nº 118-A/1951 (fl.1), que depois de lido segue para impressão:

> JUSTIFICATIVA: A legislação vigente, regulando ou definindo os casos em que se verifica a utilidade pública, incluiu a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos valiosos ou característicos, e, ainda a proteção das paisagens e local particularmente dotados pela natureza. Considera também sob o ponto de vista da mesma utilidade "a preservação e a conservação" adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico. Ainda é da legislação vigente a declaração de "que constituiu patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer possuía vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excecional valor arquitetônico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".
>
> Nenhuma cidade poderá melhor ser colocada dentro dessas exigências legais do que a de São Vicente, que foi o marco zero da fundação da nacionalidade brasileira, ou seu primeiro núcleo de aglomeração humana. Fundamentar como outras justificativas seria quase uma injuria ao saber histórico do Congresso Nacional, que, certamente, não demorará em transformar este projeto em lei vigente. [...]
>
> Acrescente-se, onde convier:
>
> "Fica também considerado monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Porto Calvo, no Estado de Alagoas".
>
> Sala das Sessões, em 16 de abril de 1951 – Medeiros Neto.

Pela compreensão da expressão "Acrescente-se onde convier", o Congresso Nacional decreta (fl.1) que "Fica também considerado monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Porto Calvo, no Estado de Alagoas". Nesse cenário, o Deputado Federal Medeiros Neto delineia como objeto de interesse, de que tenha reconhecimento de relevância histórica e artística da Vila Colonial seiscentista de Porto Calvo, em Alagoas, em propor uma emenda ao Projeto de Nº 118-A/1951, de autoria do Deputado Federal Antônio Feliciano, que por meio dela, Medeiros Neto expõem seus argumentos no sentido de pontuar as razões que justificam o reconhecimento de Porto Calvo ser considerado monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade

(fls.1,2), em reunião em 16 de abril de 1951, na Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, Medeiros Neto apresenta sua proposição:

> JUSTIFICATIVA: Foi a cidade de Porto Calvo, máxime na vigência do domínio holandês, o centro das grandes afirmações do heroísmo nacional. Não foi a traição de Calabar que empanou o brilho das epopeias, que se desenharam nas cercanias e no próprio reduto desta cidade. Na colina, em que se ergueu esta cidade, consolidou o Brasil, com o sangue generoso de seus filhos, a obra lusitana da unidade territorial do Brasil colônia. O episódio de Domingos Fernandes Calabar apenas serviu para fixar nos anais da história do Brasil o valor do espírito da raça luso-brasileira, rebelada até contra os próprios irmãos que lhe traiam a fé e negavam-lhe o direito de cimentar a harmonia da terra e da civilização dos seus maiores. É Porto Calvo a cidade que, em todo o Nordeste, mais alto fala da nossa grandeza histórica. Tudo, nesta cidade, faz evocar os dias memoráveis da colonização, o período das entradas, as lutas dos nativos, as campanhas pela liberdade, os fatos mais palpitantes da civilização nordestina. Não são muitas as cidades do país que tem, na sua formação e desenvolvimento, fases tão agudas, decisivas como Porto Calvo.
>
> Parece a qualquer historiador que Porto Calvo foi a estação de parada obrigatória para todos os movimentos cívicos do país. É a cidade que fala da nossa história até pelas suas pedras, pelos seus rios, pelos seus campanários, pelas suas vielas e caminhos. Todo o Brasil, na sua evolução e marcha histórica, se retrata e espelha nas águas do Rio de Porto Calvo, ou seja, o Manguaba. Não compreendemos, por isso, a razão de ainda não ser considerada monumento nacional está venerada cidade alagoana. Esta emenda será o instrumento da justiça histórica; o prêmio à cidade que tanto viveu a vida quadrissecular do Brasil.

O Deputado Medeiros Neto, traça a memória e história de Porto Calvo e faz em sua defesa, expressar as ideias e sentimentos, expondo suas motivações possíveis de preservação, na medida em que apresenta valores de diversas ordens elencados à esfera histórica, geográfica, econômica, política, afetiva de uma cidade “quadrissecular”. Por esse entendimento, Medeiros Neto situa no tempo e no espaço, aquela que “faz evocar os dias memoráveis da colonização, o período das entradas, as lutas dos nativos, as campanhas pela liberdade” como bem mencionam o Deputado, em justificar a importância da cidade que foi palco de disputas territoriais e da construção da primeira edificação religiosa cristã católica do atual Estado de Alagoas, sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação.

Em 22 de maio de 1951, Dr. Canedo Magalhães na condição de assessor técnico da Comissão de Educação e Cultura, divulga o Relatório (fl. 2), referenciando ao Projeto de Nº. 118-A de 1951, de autoria do Deputado Antônio Ezequiel Feliciano da Silva, que em seguida apresenta o Parecer (fls. 2,3):

> RELATÓRIO: Ao estudo da Comissão de Educação e Cultura vem o Projeto número 118-51, de autoria do Sr. Deputado Antônio Feliciano, que erige em monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanismo de São Vicente, em São Paulo.
>
> Ao processo está junta uma emenda do Sr. Deputado Medeiros Neto, que estende

a medida pleiteada pelo projeto ao conjunto arquitetônico de Porto Calvo, em Alagoas.

O processo foi informado, em virtude de deliberação espontânea da Presidência desta Comissão, pelo assessor técnico da mesma, Dr. Canedo Magalhães.

Isto posto:

PARECER: Não nos parece conveniente, sob nenhum ponto de vista, que cidades inteiras sejam erigidas em monumento nacional. Como é bem de ver-se, por maiores que sejam as suas características históricas, nenhuma cidade brasileira, já agora, é composta totalmente de edifícios ou de bens outros históricos. Sempre existiram nelas prédios modernos, ou mesmo edifícios velhos, mas que não oferecem interesse nenhum à defesa do patrimônio histórico e artístico do país.

Ora, os bens considerados em leis como monumentos nacionais ficam sobre a proteção da Diretória do Patrimônio Histórico e Artístico sendo ali tombados, conforme a sua natureza, em um dos 4 livros criados por lei. Feito o tombamento, nenhuma alteração ou movimentação no bem histórico, por menor que seja, pode ser feita sem conhecimento da Diretória do P.H.A. No caso das cidades erigidas em Monumento Nacional, tombadas elas, nenhum reparo em seus prédios (mesmo simples limpezas) ou em suas ruas e praças podem ser feito sem a autorização previa da Diretória do P.H.A. Até a construção de prédios novos somente pode ser consentida se não prejudicar a visibilidade e a posição das edificações históricas e isso mediante previa autorização daquela Diretoria.

É isso que estabelece – entre várias outras providências restritivas – o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que “Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. No seu Capítulo III – dos Efeitos do Tombamento – prever o citado diploma legal punições rigorosas, para aqueles que, desrespeitando as suas exigências, prejudiquem, intencionalmente ou não, a conservação, a beleza ou a existência dos bens tombados como patrimônio histórico ou artístico.

Em face do exposto, considerada uma cidade “monumento nacional” teremos nela uma verdadeira intervenção branca do Poder Central, visto como ao próprio Prefeito, sem autorização prévia da Diretória do P.H.A., não é permitido fazer quaisquer obras em praças ou logradouros públicos, assim como demolições ou alterações de qualquer traçado em ruas novas ou velhas. Construções novas não podem ser autorizadas pela respectiva Prefeitura, se não depois da autorização da Diretoria do P.H.A.

É bem de ver-se, em face dessas considerações, bancadas no exame do Decreto-Lei nº 25, que o erigir-se uma cidade inteira em monumento nacional, sobre ser uma medida cuja utilidade é discutível sob o ponto de vista da defesa do patrimônio histórico nacional, é inconveniente para ela e para o seu povo, pois pode até prejudicar a sua própria sobrevivência, matando-a lentamente.

Assim, compete ao legislador ter cautela no exame dos casos desta natureza para que as medidas propostas com o objetivo de proteção ao patrimônio artístico e histórico da Nação não tenham efeito contraproducente, prejudicando-o antes de favorecê-lo.

No caso de São Vicente, não há como negar-se a sua importância histórica “como marco zero, que foi da fundação da nacionalidade brasileira, ou seu primeiro núcleo de aglomeração humana”.

De Porto Calvo, também, não é possível negar a significação histórica como cidade que “faz evocar os dias memoráveis da colonização, o período das entradas, as lutas dos nativos, as campanhas pela Liberdade, os fatos mais palpáveis da civilização nordestina”.

Por isso, entendemos de conveniência adotar uma providência intermediaria, que concilie os elevados propósitos dos autores do projeto e da emenda com os interesses das cidades referidas e da própria Diretória do Patrimônio Histórico e Artístico. Para isso, propomos que sejam considerados monumentos nacionais apenas os seus remanescentes, históricos providenciando a Diretória do P.H.A. o tombamento, para os efeitos da lei, daqueles bens, públicos ou particulares, que

> interessarem a história e a arte brasileiras.
>
> Assim, a Comissão de Educação e Cultura é de parecer que seja aprovado o seguinte Projeto de Lei:
>
> “Considera monumentos nacionais os remanescentes históricos das cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Porto Calvo, no de Alagoas”.

O Relatório destaca o tombamento como elemento central de preservação, ao tratar seus efeitos, ao afirmar que: “Feito o tombamento, nenhuma alteração ou movimentação no bem histórico, por menor que seja, pode ser feita sem conhecimento da Diretória do P.H.A.”, ressaltando a necessidade de equilíbrio entre preservação do patrimônio e qualidade de vida da população. O relatório destaca ainda a relevância da cidade de Porto Calvo como um espaço de memória coletiva ligado a momentos fundamentais da história brasileira, especialmente do Nordeste. Nesse sentido propõe-se o tombamento apenas dos remanescentes da antiga vila colonial de Porto Calvo.

De acordo com o Relatório e Parecer da Comissão de Educação e Cultura, na Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 22 de maio de 1951, o Congresso Nacional (fl. 3) decreta através do seu Relator, o parlamentar Adahil Barreto os seguintes artigos:

> Art. 1º Os edifícios e logradouros das cidades de São Vicente, em São Paulo e Porto Calvo, em Alagoas, que forem remanescentes das respectivas vilas coloniais são convertidos em monumento nacional.
>
> Art. 2º A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional providenciara, dentro no prazo de 60 dias, a designação e demarcação dos edifícios e logradouros de que trata o artigo anterior, aplicando-se lhes, daí por diante, as disposições do Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937.
>
> Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário a esta Lei, que entrara em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Educação e Cultura em se reunir na Sala “Carlos Peixoto Filho” em 28 de junho de 1951, em seu Parecer, rejeitar o voto do Senhor Deputado Federal Pedro Firman Neto (fl. 3), ao Projeto Nº 118, de 1951, opinando sua aprovação. Vejamos:

> A Comissão de Educação e Cultura, rejeitando o voto do Deputado Firman Neto aos Projetos nºs 118 e 183, de 1951, adota os termos do Parecer do Relator, Deputado Adahil Barreto, ao Projeto nº 118, de 1951, opinando por sua aprovação. Eurico Salles – Presidente, Adahil Barreto – Relator, Mario Palmerio, Carlo Valadares, Coelho de Souza, Antônio Peixoto, Paulo Maranhão, Joel Presidio e Oscar Santos.

Ocorrido na Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 19 de junho de 1951 verifica-se em separado o voto do Senhor Deputado Pedro Firman Neto (fls. 3, 4), antes do Parecer da Comissão de Educação e Cultura:

> Solicitei vista dos Projetos números 118-51 e 183-51, de que são autores, respectivamente, os nobres Deputados Senhores Antônio Feliciano e Pessoa Guerra, porque os ilustres relatores, Adahil Barreto e Antônio Peixoto, trouxeram em plenário desta Comissão duas opiniões ou dois pontos de vista, que aparentemente se chocam, porém na verdade, se completam de vez que salientam aspectos distintos, mas inseparáveis, o da definição, caracterização, declaração e extensão do que seja patrimônio histórico e artístico nacional, já resolvidas em lei geral (Decreto-lei número 25 de 30 de novembro de 1937), e a execução da mesma lei, incontestavelmente a cargo do Executivo, cujo critério se pretende alterar ou melhorar no terreno prático, e bem assim assessorar a execução por meio da lei especial.
>
> Sou, preliminarmente, pela tese sustentada pelo Senhor Deputado Antônio Peixoto, pois, se, por um lado, realmente são excepcionais as cidades que, no seu todo, possam ser tomadas como monumentos nacionais, sempre com sérios gravames ao seu desenvolvimento urbanístico e econômico, por outro lado, não há fugir a verdade da asserção de que os Projetos e também a solução proposta pelo nobre relator Adahil Barreto, implicariam numa tumultuação de normas, aplicadas pelo Executivo, expedindo decretos executórios como aquele citado pelo Senhor Deputado Antônio Peixoto, e pelo Legislativo, determinando a execução da mesma lei, por meio de um processo de exceção.
>
> Como se está vendo, não cabe mais ao Legislativo a tarefa da declaração específica dos monumentos históricos desde que já os declarou no sentido geral, confiando ao Executivo a descriminação particular e demais medidas.
>
> “Comporta a função legislativa, na espécie acolher-se a proposta do Senhor Adahil Barreto, para se evitar que o “histórico” ou “artístico” absorva o “econômico” ou o “social”, isto porém, em proposição que vise exclusivamente a revisão do critério do Decreto-lei número 25, sem estar eivada do intuito de interferir na execução, em determinados casos concreto de sua aplicação, conferida ao Executivo.
>
> Nessas condições, estou em que: 1º - é o caso de se negar a aprovação a ambos os Projetos, pelos motivos expostos; 2º - é de proceder ao estudo revisionista do Decreto-lei número 25, citado, e ninguém melhor se desincumbira dessa tarefa do que os ilustres relatores dos Projetos.
>
> É o que me ocorreu à proposito da matéria. E nesse sentido é o meu voto. - Pedro Firman Neto.

Nesse sentido o voto em separado do Deputado Pedro Firman Neto, reflete sobre a competência do Legislativo na “[...] definição, caracterização, declaração e extensão do que seja patrimônio histórico [...]” uma vez que, a definição fica a cargo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), responsável pela lei de tombamento o Decreto-Lei 25/37. Embora reconhecendo o valor histórico das cidades, tal posicionamento poderá impor entraves ao desenvolvimento urbano, econômico e social local, e que “[...] não cabe ao Legislativo a tarefa da declaração específica dos monumentos históricos desde que já os declarou no sentido geral, confiando ao Executivo a descriminação particular e demais medidas. [...]”. Devendo levar em consideração o devido processo legal e análise do conselho consultivo do SPHAN.

2.2.2 A Parecer Técnico de Ayrton Carvalho

Em atendimento a solicitação do chefe da S.H. dirigido ao Sr. Ayrton Carvalho, então chefe do 1º Distrito do Sphan com sede na cidade do Recife, no estado de Pernambuco, foi requerido que este se deslocasse à cidade de Porto Calvo com a finalidade de proceder às demarcações dos edifícios e logradouros remanescentes da antiga vila colonial, conforme estabelecido na Lei nº 1618 A, de 06 de junho de 1952. De acordo com o Relatório e Parecer da Comissão de Educação e Cultura, “art. 2º A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional providenciara, dentro no prazo de 60 dias, a designação e demarcação dos edifícios e logradouros”. Determinou-se, ainda, que a inscrição fosse realizada exclusivamente como: “Remanescentes da antiga vila colonial”. O tombamento foi efetivado em 17 de janeiro de 1955, sob o nº 307, à folha 51 do Livro do Tombo Histórico.

No Ofício nº 57 de 20 de abril de 1955, o Sr. Ayrton Carvalho inicia sua resposta justificando o atraso em atendimento à solicitação, em razão da indisponibilidade de viatura, que se encontrava em conserto, havia vários meses. Informa, ainda, que, por motivos de doença, não acompanhou a visita técnica o historiador José Antônio Gonsalves de Mello. A documentação fotográfica ficou a cargo do fotografo francês Marcel Gautherot, a qual, entretanto, foi prejudicada pelas “chuvas copiosas” que “caiam na cidade alagoana” impossibilitando a realização de uma “melhor documentação fotográfica”. Das fotografias da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, produzidas por Marcel Gautherot, encontra-se atualmente arquivadas no IPHAN, uma da fachada frontal da Igreja (Figura 26), onde mostra a escadaria de acesso ao adro e a simplicidade da fachada e ao lado esquerdo mostra as casas com platibanda, conforme relata o Sr. Ayrton Carvalho e, outra da parte interna em frente ao retábulo do altar-mor (Figura 27), ponto focal, de estilo rococó, apresenta o arco cruzeiro e dois nichos laterais. Em relação aos edifícios e logradouros remanescentes, não existem registros fotográficos, impossibilitando desta forma uma análise mais detalhada.

Figura 26: Fachada principal da Igreja



Fonte: Arquivo IPHAN/PE
Fotografia de Marcel Gautherot

Figura 27: Vista do Retábulo



Fonte: Arquivo IPHAN/PE
Fotografia de Marcel Gautherot

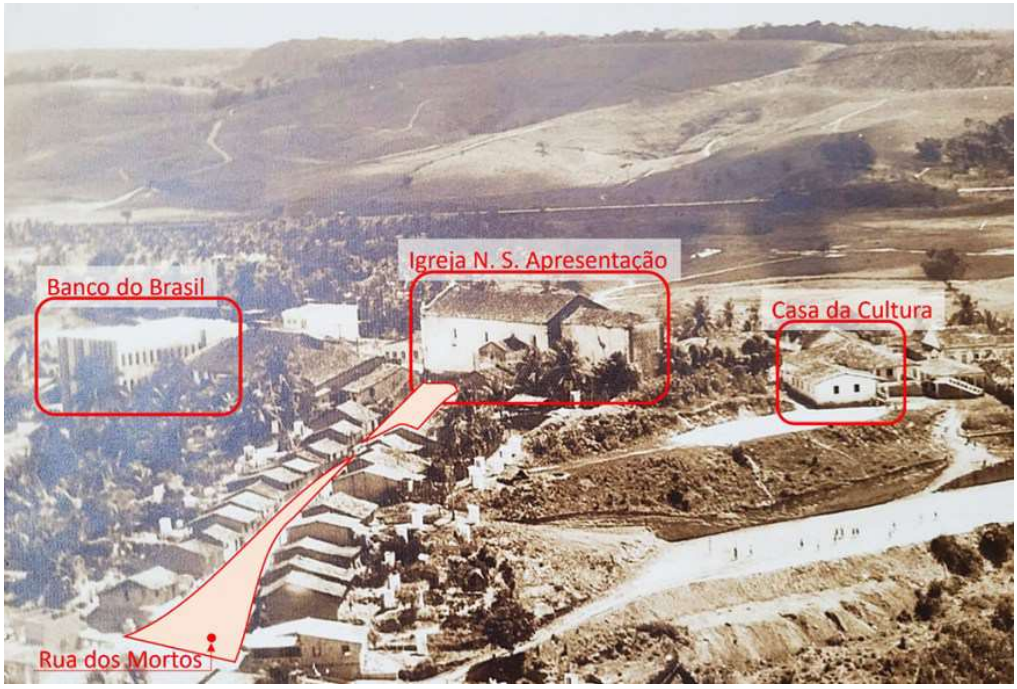
Segundo relato do Sr. Ayrton Carvalho em Ofício de nº057/55:

> Não conseguimos encontrar remanescente da vila colonial e o pior é que a cidade atual não oferece, sequer, o menor interesse aos fins visados pela Lei nº 1.618, de 6-6-1952. Assim sendo, torna-se difícil cumprir o que fixa a Lei, podendo-se, talvez, tombar a Matriz, já muito descaracterizada visando contornar a situação.

O relator Ayrton Carvalho evidencia, de forma contundente, o desencontro entre a intenção normativa expressa na Lei nº 1.618, de 6 de junho de 1952, e a realidade urbana e arquitetônica encontrada na cidade Porto Calvo no momento das vistorias técnicas. Nesse contexto, a sugestão de tombamento da Igreja Matriz, ainda que reconhecidamente “descaracterizada”, surge como uma solução pragmática, quase compensatória, destinada mais a atender formalmente às exigências legais do que a de proteção do conjunto urbano.

Nesse sentido, no que se refere aos possíveis remanescentes da antiga vila colonial, observa-se em fotografia aérea (Figura 28), sem data – possivelmente de uma data posterior à visita técnica realizada por Ayrton Carvalho –, localizada no acervo do IPHAN/PE, que a configuração urbana da rua situada ao lado da fachada oeste da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, conhecida como Rua dos Mortos. Na imagem identifica-se a tipologia predominante de casas térreas, construídas em taipa e cobertas por telhados de duas águas, com queda tanto para a rua quanto para o fundo dos lotes. Destacam-se, ainda, na composição da paisagem urbana registrada, o edifício do Banco do Brasil, de construção posterior a visita técnica, à esquerda da fotografia e a casa da cultura, à direita, elementos que evidenciam intervenções e permanências na malha urbana ao longo do tempo.

Figura 28: Vista aérea da Igreja com destaque para a rua dos mortos



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Na fotografia (Figura 29) abaixo, sem data, observa-se a presença do então governador do Estado de Alagoas o Sr. Divaldo Suruagy, que exerceu mandatos nos períodos de 1975 a 1978 e de 1983 a 1986, acompanhado do prefeito à época o Sr. Dr. Zaronir Ramalho de Freitas, cujo exercício administrativo compreendeu os períodos de 1977 a 1982 e de 1989 a 1992. A imagem registra uma visita oficial à Rua do Varadouro, onde é possível identificar a permanência de uma ocupação urbana caracterizada por edificações de tipologias simples, predominantemente térreas, com coberturas em duas águas e sistema construtivo em taipa, bem como a presença das portas holandesa – o tipo de porta que divide em duas partes, a inferior fica sempre fechada e a parte superior abre-se para a ventilação da casa – comum nas cidades do interior do nordeste. Considerando a sobreposição cronológica dos mandatos do governador e do prefeito, a fotografia pode ser situada provavelmente na década de 1970, evidenciando a manutenção de padrões construtivos tradicionais no tecido urbano local durante esse período.

Figura 29: Visita do Governador Divaldo Suruagy a cidade de Porto Calvo



Fonte: Arquivo fotográfico do Sr. Francisco Lasse Tavares de Oliveira.

Dessa forma, o que o Sr. Ayrton Carvalho expõe em seu relatório não corresponde à realidade urbana da cidade de Porto Calvo à época de sua visita. Ainda que se possa discutir a existência – ou não – de remanescentes coloniais, o que se constata, a partir da análise das imagens e demais registros documentais, é que o relato apresentado não se coaduna com a configuração urbana efetivamente observada em Porto Calvo. Segundo descreve o superintendente do Sphan Sr. Ayrton Carvalho: “Não conseguimos encontrar remanescentes da antiga vila colonial e o pior é que a cidade atual não oferece, sequer, o menor interesse aos fins visados pela Lei nº 1.618, de 6-6-1952.” Nesse contexto, diante das fotografias posteriores a sua visita, fica claro que o Sr. Ayrton Carvalho esteve apenas na rua principal da cidade, sem interesse no registro dos possíveis remanescentes da antiga vila colonial, que como ele descreve: “Na administração do Prefeito João Pino (1945-1946), foi determinada a eliminação de todos os beirais de madeira, típicos, com evidente prejuízo para o aspecto da cidade.” E dessa forma a rua principal ganhou um estilo mais moderno. Assim sendo “[...] podendo-se, talvez tombar a matriz, já muito descaracterizada, visando contornar a situação.”

Ayrton Carvalho, imaginava encontrar na cidade de Porto Calvo uma arquitetura do período colonial que à época já se encontrava muito descaracterizada na rua principal da

cidade, mas que no período da sua visita, seria possível o cumprimento do Projeto de Lei nº 1.618 “A”, por meio da demarcação dos possíveis edifícios e logradouros remanescentes da antiga vila colonial, como foi observado nas fotografias (Figura 27 e 28), os logradouros existentes, bem como as casas térreas que eram construídas de forma simples, atendiam aos fins visados por lei. Segundo Lilian Louise Fabre dos Santos, em sua dissertação de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, intitulado: *Diálogos entre preservação e urbanismo*: o tombamento e a gestão do conjunto histórico e paisagístico de Antonina-PR (2014, p. 32), comenta que para os arquitetos pertencentes ao grupo inicial do Sphan:

> A apreensão da cidade como um monumento, uma obra de arte de época, remetia a uma preservação global do objeto urbano por entendê-la como um todo fechado, onde não se concebia o seu crescimento territorial, e quando muito a expansão ou modificação jamais poderia ocorrer de forma orgânica em seu próprio âmbito. Além desse modelo de expansão, a concepção da área urbana-patrimônio como cidade-monumento informava também os critérios para a projetação de obras novas no interior do núcleo tombado, que deveriam seguir o mesmo “espírito” das antigas, ou seja, tirar partido da utilização dos materiais característicos da região e do sistema construtivo tradicional, sem, entretanto copiar o estilo.

Ayrton Carvalho é elucidativo ao revelar a lógica intervencionista adotada pela administração municipal no período, orientada por um ideário de modernização que desconsiderou os valores históricos, construtivos e paisagístico do tecido urbano tradicional. A supressão generalizada dos beirais de madeira – elemento característico da arquitetura local – implicou um dano significativo ao conjunto urbano, promovendo – na visão de Ayrton Carvalho – uma ruptura visual e cultural com a ambiência história da rua principal que recebia o nome de Dr. Bráulio Cavalcanti, atual rua Dr. Antônio Dorta. Cabe destacar que a substituição dos beirais por platibanda, ainda que denote “ares de modernidade”, em nada modifica a relação das edificações entre si e com o arruamento, que permanece com o traçado original, emoldurado pelas construções baixas e alinhadas, sem recuos frontais ou laterais, conforme se vê nas fotografias.

Em sua descrição sobre o templo religioso, Ayrton Carvalho relata que o vigário à época era o Pe. Paulo Punt, e que a frente da Igreja existe um pequeno adro, com um “frontispício pobre, simples e já tendo sofrido alterações”, com uma torre a direita, de “Nave única, retangular, iluminada por seis altas seteiras”, o púlpito com acesso interno. Capela mor “retangular, mais ou menos profunda” com dois degraus de cantaria, o “altar é de feição popular em talha de madeira, estando pintado a cal”. A sacristia “está em ruína. Abandonada, nada tem que interesse”.

Ayrton Carvalho, conclui que:

> Pelo exposto, se vê, que a Matriz de Porto Calvo, é construção de feição muito simples e pobre, cujo aspecto simplório, vem sendo prejudicado pela introdução de elementos novos, impróprios. O vigário atual manifestou-se a respeito dos serviços que deseja realizar em benefício do templo, como sejam: a substituição do piso de tijolo e assentamento de forro na nave e restauro do altar-mor. Dos serviços pretendidos, tão só se justifica, o conserto do altar-mor; os demais, contribuirão para destruir, irremediavelmente, o caráter arquitetônico da construção já tão prejudicado.

Nesse contexto, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação é descrita na visita técnica de Ayrton Carvalho como uma edificação sem representação de valores patrimoniais, nem histórico, nem tampouco arquitetônico, por ser uma “construção de feição muito simples e pobre” e de “aspecto simplório”, bem como por ter sofrido alterações ao longo dos anos, descaracterizando o seu estilo arquitetônico original.

Ayrton Carvalho explicita uma concepção de patrimônio fortemente ancorada na preservação da imagem arquitetônica considerada original. Tal posicionamento desconsidera que a própria simplicidade formal da Matriz, é expressão de condições históricas e sociais especificas, bem como de sucessivas adaptações ao longo do tempo.

Mesmo sem a devida demarcação dos remanescentes da antiga vila colonial da atual cidade de Porto Calvo, sem registros fotográficos do conjunto urbano e contando com apenas duas fotografias da Igreja no momento da visita técnica de Ayrton Carvalho, denotando o desinteresse do técnico do Sphan em realizar o que preconiza o artigo 2º do Decreto-Lei nº 1.618 “A” de 6 de junho de 1952. Ainda assim os edifícios e logradouros remanescentes da antiga Vila Colonial vieram a ser inscritos no Livro do Tombo Histórico, em particular a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, conforme estabelecido no respectivo Decreto-Lei.

2.3 Restauros e Intervenções no Bem Cultural

Os restauros e intervenções realizados na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na cidade de Porto Calvo, em Alagoas, os primeiros registros encontram-se inscritos na parede do coro da Igreja (Figura 30). Conforme essa inscrição, a segunda intervenção ocorreu em 1918, relacionada à cobertura da edificação, enquanto a terceira data de 1985, período em que foi realizada a restauração do templo religioso pelo Iphan/Pró-memória, conforme o arquivo encontrado no IPHAN/PE que apresenta as plantas baixas e plantas de restauros, os estudos de prospecção, a proposta de restauro, cópia da

lei 1.618 “A” e o certificado de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Já no arquivo do IPHAN/AL, foram localizados o Inventário dos Bens Móveis e Integrados da Igreja, datado de 2004, além do Relatório de Restauração e Conservação da Imaginária, referente ao acervo sacro, elaborado em 2008.

Figura 30: Inscrição na parede do coro



Fonte: O autor.

Inserida no Programa de Cidades Históricas – PCH[26], a primeira restauração da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, ocorreu no ano de 1985. Os estudos de análises técnicas iniciadas no ano de 1978, aprovada pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Programa das Cidades Históricas. Conforme a ficha técnica do Projeto, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação “enquadra-se no programa das cidades históricas por se tratar de restauração e consolidação de bem imóvel de valor

[26] O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) com vistas à recuperação das cidades históricas da região Nordeste do Brasil. Além disso, buscava a descentralização da política de preservação cultural por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos nessa área. [...] O principal objetivo do Programa era preservar os monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso e, com isso, gerar renda advinda da atividade turística. A ideia era criar um círculo virtuoso de autossustentação econômica, ou seja, após os investimentos iniciais do Programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos. (http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch. Acesso em: 19 dez. 2025.).

cultural, agenciamento de seu entorno e cadastramento de bens móveis pertencentes ao seu recheio". A "restauração" do templo religioso, aliado ao ordenamento de seu entorno e ao cadastramento dos bens móveis que compõe seu acervo, demonstra uma abordagem integrada de conservação. Essa perspectiva amplia o alcance do projeto, ao considerar não apenas a edificação em si, mas também o contexto em que se inseri, bem como os elementos que reforçam o seu valor cultural.

O restauro tem como principal objetivo a recuperação do imóvel e sua reintegração a comunidade porto-calvense, assegurando o pleno exercício de sua função religiosa. As obras na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foram realizadas em caráter de urgência, em razão do avançado estado de má conservação, do edifício, agravado pela presença de formigueiros no terreno, que ocasionaram danos estruturais ao templo. Diante dessa situação, tornou-se necessária a antecipação de recursos por parte do Estado, considerados como adiantamento da contrapartida financeira.

Em relatório do Escritório Técnico de Estruturas – ETEC[27], endereçado à Diretora da SERVEAL, a Dra. Zélia Maia Nobre[28], datado de 30 de junho de 1977, referente à visita técnica realizada à Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, registra-se que o templo apresenta "estilo despojado e primitivo" e "encontra-se em estado de total abandono". O documento relata ainda que:

> A Igreja está seriamente danificada em sua estrutura com rachaduras da ordem de centímetros na sacristia ao Sul e na ala leste à esquerda da capela-mor. A análise dos danos mostra que as paredes externas dessas dependências sofreram movimento para fora, deslocando a coberta e o altar mor de madeira na direção dos fundos (Sul), onde há uma encosta com vários cortes. As aberturas das rachaduras começam todas de cima para baixo e o piso da sacristia mostra também fissura paralela ao lado Sul. Há paredes com desaprumo e forte distorção angular.

[27] Arquivo do IPHAN/PE, caixa nº PCH 2, Alagoas/Porto Calvo, Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, Projeto de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

[28] Zélia Maia Nobre, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco em 1954, migrou para Alagoas, onde desenvolveu uma produção arquitetônica de linguagem moderna, marcada por influências da escola pernambucana. Em 1958 foi convidada a integrar o Departamento de Obras Públicas do Estado, posteriormente denominado SERVEAL e, atualmente SEPLAG, exercendo o cargo de diretora da Divisão Técnica. Nesse contexto, atuou na elaboração de projetos e no acompanhamento de obras públicas, tanto em Maceió quanto em cidade do interior alagoano. Foi uma das fundadoras do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, criado em 1973, onde atuou como professora na área de projetos por vários anos, contribuindo de forma decisiva para a formação de gerações de arquitetos no estado. Mais detalhes consultar: SILVA, Fernanda Araújo Félix da. **Onde estão as mulheres e onde estão as mulheres arquitetas maceioenses?**: um levantamento sobre o pioneirismo da produção arquitetônica feminina em Maceió. Maceió: Edufal, 2019.

Neste contexto, foi sugerida a realização de prospecção preliminar do terreno, com o objetivo de identificar os fatores que estariam comprometendo a estrutura do edifício e ocasionando as rachaduras nas paredes. Essa prospecção seria constituída de:

> a - 7 (sete) furos de sondagens sendo 2 (dois) paralelos ao lado sul, 2 (dois) furos paralelos al lado W, e 3 (três) furos ao lado E, junto as paredes.
> b – Abertura de um poço de inspeção junto à fachada W danificada para verificar a presença de “panelas” de formigas abaixo da fundação.

As áreas mais afetadas pelas rachaduras localizavam-se na parte sul da Igreja, por se tratar do trecho assentada na porção mais íngreme do terreno, onde se situam o altar-mor, a galeria e a sacristia.

As fotografias apresentadas a seguir integram o relatório do ETEC, encaminhado à diretora da SERVEAL, Dra. Zélia Maia Nobre. O altar-mor, conforme ilustrado (Figuras 31 e 32), apresentam rachaduras de grande porte, em sentido vertical, mais abertas na parte superior e tornando-se progressivamente mais estreitas à medida que se estendem para baixo.

Figura 31: Altar mor



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Figura 32: Lado externo do altar mor



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Na galeria, conforme ilustrado (Figuras 33 e 34), observa-se que as rachaduras se estendem por toda extensão vertical da parede externa, localizada no lado leste da Igreja. Necessitando de escoramento, devido ao seu mau estado de conservação, recomendado pela equipe técnica responsável pela visita, visando evitar acidentes no local.

Figura 33: Galeria



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Figura 34: Galeria



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Na sacristia, conforme indicado nas (Figuras 35 e 36), apresenta a área mais severamente afetada pelas rachaduras, por estar mais próxima a encosta dos fundos do lote da Igreja. Essa região também recebe escoramento de acordo com a recomendação da equipe técnica.

Figura 35: Sacristia lado interno



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

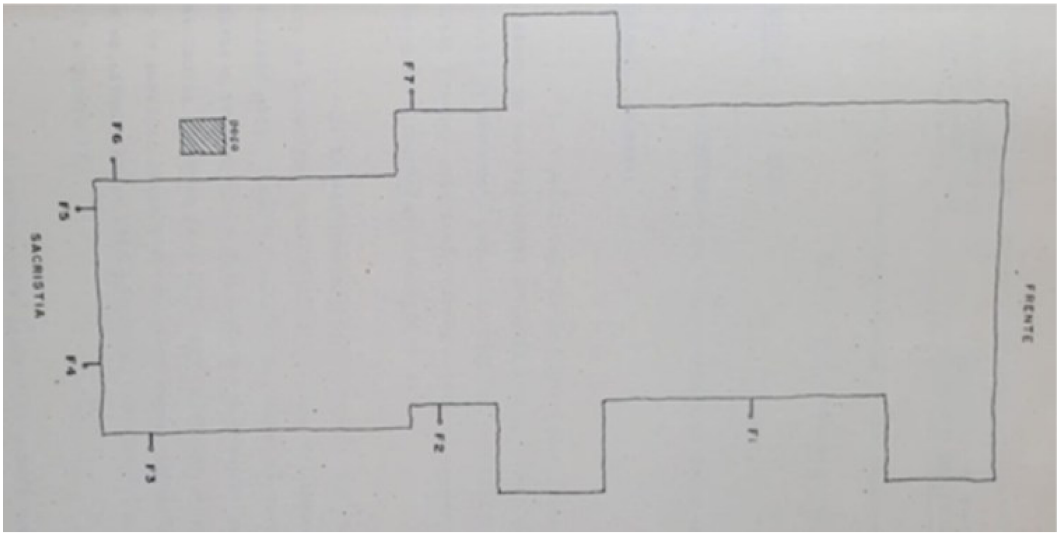
Figura 36: Sacristia lado externo



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

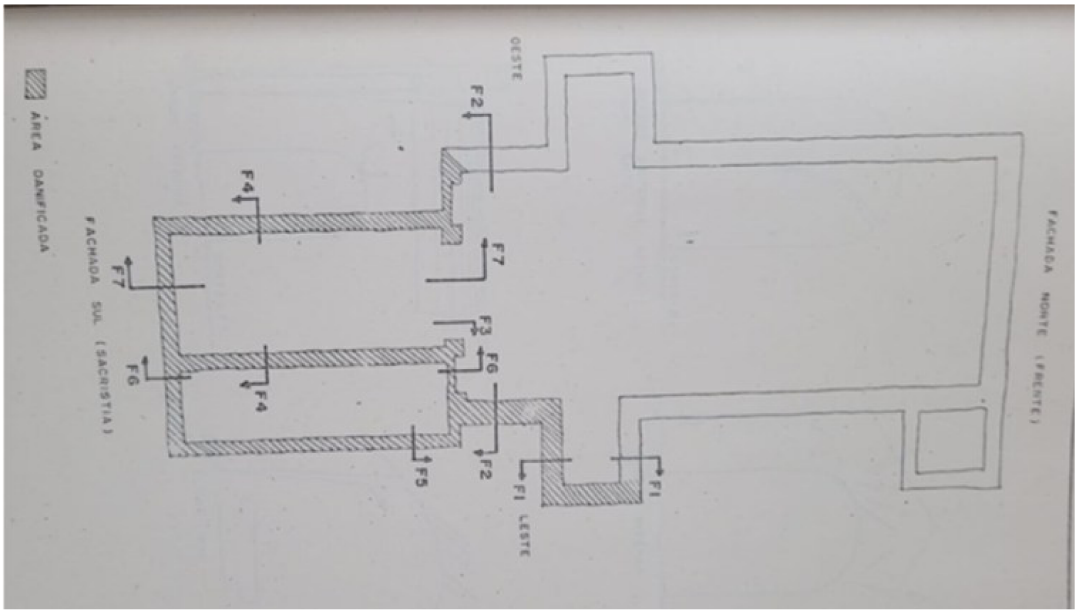
Em 23 de janeiro de 1978, a empresa Consultoria, Projetos e Engenharia LTDA – COPE, apresentou por meio de Ofício de nº 024/78 os resultados da prospecção realizada no terreno da Igreja (Figuras 37 e 38). Segundo o documento, “Foi encontrado ossos de esqueleto humano, fazendo-nos crer na existência de um cemitério na área.”, bem como “[...] dois formigueiros na trincheira, sendo que na profundidade de 1,30m.”

Figura 37: Croqui dos furos de sondagem



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Figura 38: Área danificada



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Segundo o Parecer 02/78 da SERVEAL, as panelas dos formigueiros, por si só, não seriam capazes de causar os danos estruturais observados. Contudo, conforme assinala o documento “[...] neste processo a infiltração de água através dos formigueiros consiste sem dúvida uma causa agravante.” Nesse sentido, os formigueiros teriam contribuído indiretamente para a movimentação do solo na parte posterior da Igreja, ocasionando o surgimento de rachaduras nas paredes.

No Diário Oficial do Estado de Alagoas, datado de 13 de novembro de 1984 p.2, consta um pronunciamento do Diretor Regional da SPHAN – Representante Regional da Fundação Nacional Pró-Memória, Ayrton de Almeida Carvalho. Vejamos o que diz o engenheiro:

> É com a mais viva satisfação que sempre volto à amável terra das Alagoas. Aqui vivi vários anos, os melhores da minha mocidade. Aqui me prende memórias de pessoas e paisagens, as mais lindas que encontrei na minha longa vida, enriquecida pela distância e por terem ocorrido na adolescência, em anos que já nos são saudosos.
>
> Venho, agora, assinar um documento que, para mim, tem um significado especial, pois me prende, através do cargo que exerço, à meritória obra, a recuperação de um valioso monumento, nesta terra que muito estimo.
>
> **A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação**, que já sofreu obras de restauro incompletas, na verdade, vai, agora, merecer da compreensão e da dedicação que o governador Divaldo Suruagy vota no Estado das Alagoas, ser objeto de amplas obras de restauro, que reporão o monumento em sua feição essencial, obra que será realizada com o carinho e empenho que a nossa Diretoria Regional sabe dedicar aos trabalhos que lhe são confiados.
>
> Assinamos um Convênio entre a Fundação Nacional Pró-Memória, o Governo do Estado de Alagoas e a Secretária Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento e Preservação Cultural, com a interveniência da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Arquidiocese de Maceió e da Prefeitura de Porto Calvo, todos irmanados na obra de interesse comum, que é a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.
>
> De nossa parte, asseguro, neste momento, o empenho, o esforço, a dedicação, de técnicos e serventuários de nossa Regional, para realizar uma obra que não decai do nível de outros trabalhos já completados, neste Estado, em Pernambuco e na Paraíba, um motivo de nosso justo orgulho, objetos de tão lisonjeiras e envolventes referências do público em geral e de nossos superiores, a reconhecerem o padrão de nosso trabalho. Agradeço a colaboração decisiva do Governador Suruagy, que liga o seu governo a uma obra de inestimável valor, tanto material, como pelo que representa como manifestação da fé de um sofrido povo, nunca distante das coisas do espírito. Devemos aos nossos antepassados, aos que fizeram esta igreja, com coragem e sacrifício, repô-la em suas linhas originais, tanto quanto possível, uma pequena achega a tanto que fizeram.
>
> Estamos certos de que não nos faltará, na realização dos trabalhos, o necessário apoio da Arquidiocese de Maceió, representado por Dom Miguel Fenelon Câmara, meu amigo, e de Antônio Carlos da Silva, esforçado prefeito deste Município. (Diário Oficial do Estado de Alagoas - 13.11.1984, p. 2).

2.3.1 RESTAURO: FASE DE PROSPECÇÃO

De acordo com a prospecção realizada no ano de 1979 pela SERVEAL, observa-se que a Igreja, ao longo de mais de quatro séculos de existência, recebeu influências de diferentes estilos arquitetônicos, bem como incorporou uma variedade de materiais, conforme as distintas fases de construção ou reforma. O Relatório aponta ainda que, com o passar do tempo, à edificação religiosa foram acrescentados alguns espaços, enquanto outros foram suprimidos, resultando, na arquitetura que encontramos hoje, uma construção remanescente do período colonial que, contudo, carrega em suas transformações volumétricas a identidade e a participação da comunidade local.

No que diz respeito aos materiais empregados, foi observado durante a fase de prospecção uma variedade enorme deles, o que nos deu subsídios para atribuições das diferentes épocas de construção.

> NAVE
>
> - As paredes são em alvenaria mista (pedra e tijolo) ocorrendo uma predominância de arenito grosseiro ferruginoso.
>
> - O arco cruzeiro e os arcos de acesso as capelas laterais são em arenito calcário em serviço de cantaria.
>
> - Os altares colaterais são em alvenaria de tijolos.
>
> - Todas as aberturas das seteiras são em alvenaria de tijolo com vergas em pedras, e apresentam os arcos de descargas em tijolo cozido.
>
> - O coro apresenta balaustrada em madeira de lei trabalhada. O acesso atual é feito através de uma escada localizada na torre sineira, tendo sido encontrado vestígios da escada original na ilharga da nave.
>
> As colunas de sustentação do coro são de alvenaria de tijolos cozidos de forma circular.
>
> - Os nichos laterais são de alvenaria de tijolo revestidos internamente com pedras, em trabalho de cantaria.
>
> - O púlpito em madeira de lei assentado a meia altura da ilharga da nave, apresentando uma porta com arco de descarga e com cercadura, em pedra.
>
> CAPELA MOR
>
> - As paredes são em alvenaria mista de pedra e tijolo com predominância de arenito ferruginoso.
>
> - Na parede lateral esquerda existe uma porta com cercadura em pedra, que dá acesso à galeria, e seu respectivo arco de descarga.
>
> CAPELAS COLATERAIS
>
> - Direita: capela pouco profunda com alvenaria mista (pedra e tijolo). Apresenta altar em alvenaria de tijolo posterior a sua fase de construção. Empena que esconde a coberta. Aparecimento de uma seteira na parte lateral esquerda.
>
> - A parede lateral direita está sem amarração proveniente de uma lesão ainda não identificada.
>
> - Esquerda: capela pouco profunda em alvenaria de tijolo, sem amarração nas ilhargas da nave. Em sua parede posterior durante a prospecção aparecem duas aberturas em forma de arco ogival.

> O espaço original encontra-se bastante alterado impedido a leitura correta do espaço interno. As paredes foram reconstruídas em espessura inferior à antiga, ampliando um pouco a dimensão do ambiente alterando consequentemente sua proporção.
>
> TORRE SINEIRA
>
> - Em alvenaria de tijolo, não apresenta nenhuma amarração na ilharga da nave. Contém a escada de uso atual para acesso ao coro. Durante a prospecção surgiu um vão de porta entaipado em sua parede posterior de acesso externo. Sua porta principal apresenta cercadura em massa e verga em concreto. No todo a torre é de proporções pesadas, sem nenhuma expressão para o conjunto.
>
> GALERIA E SACRISTIA
>
> - Foram reconstruídas durante a fase de Estabilização.
>
> FACHADAS
>
> Principal
>
> - As portas desta fachada apresentam cercadura e verga em pedra arenito calcário com exceção da portada central, no que diz respeito a verga que apresenta-se em madeira.
>
> - As esquadrias superiores apresentam verga e cercadura em pedra arenito calcário até a altura mediana, sendo o restante completado por alvenaria de tijolos.
>
> - Frontão em alvenaria mista de pedra e tijolo, encimada p/ alvenaria de tijolo.
>
> - Cunhais em pedra arenito calcário, c/ serviços de cantaria.
>
> Posterior:
>
> Reconstruída durante a fase de estabilização.

2.3.2 Proposta de Restauração

A restauração proposta no Relatório realizado pela SERVEAL, no ano de 1979, foi centrada no “monumento, suas características, e sua volumetria”, respeitando a análise de prospecção realizada, a qual permitiu avaliar as modificações ocorridas ao longo do tempo e orientando-se pelos princípios da “Carta de Veneza”, que tem como finalidade “A conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”. Contido em seu art. 3º. (CARTA DE VENEZA, 1964, p.2).

A Carta de Veneza define monumento histórico como:

> Art. 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964, pp.1-2).

Ao ressaltar a relação entre patrimônio e testemunho histórico, afirma que monumentos são portadores de evidências materiais de civilizações, processos evolutivos e acontecimentos históricos. Essa concepção reforça o papel do patrimônio como

documento histórico, cuja preservação é essencial para a compreensão do passado e para a construção de identidades culturais no presente. A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação carrega ao longo do tempo esse testemunho do início do povoamento da colonização portuguesa no Estado de Alagoas.

A Carta de Veneza (1964, p. 1), relata ainda que os monumentos históricos são:

> Portadores de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

Nesse sentido a Carta de Veneza afirma a importância da preservação do patrimônio cultural, pois à medida que a “humanidade” reconhece os valores humanos e passa a “considerar um patrimônio comum”, a conservação passa a ser de responsabilidade coletiva, destacando o dever ético de transmitir esse patrimônio às futuras gerações, mantendo sua autenticidade histórica e cultural.

Conforme a Carta de Veneza (1964, p. 2), documento de referência internacional para a conservação e o restauro do patrimônio histórico e artístico, declara:

> Art. 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamentar-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

O Artigo 9º estabelece princípios fundamentais da teoria contemporânea da restauração, ao definir a restauração como uma intervenção excepcional, e não rotineira. Essa diretriz reforça a ideia de que o monumento histórico deve ser preservado prioritariamente por meio da conservação, recorrendo-se à restauração apenas quando estritamente necessária, de modo a evitar intervenções excessivas ou arbitrárias.

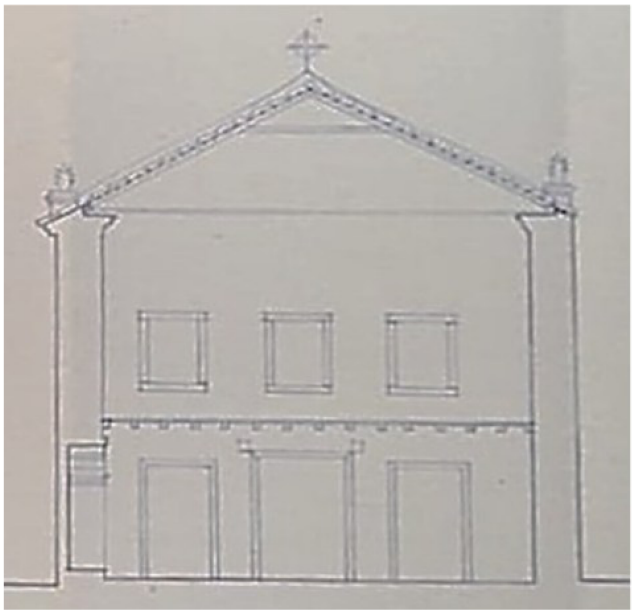
O objetivo central da restauração é conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, o que evidencia uma compreensão do patrimônio como portador de múltiplas dimensões de valor.

A proposta elaborada em 1979 pela SERVEAL, para o restauro da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi considerada a subtração da torre sineira (Figura 39), sob a

justificativa de que tal elemento arquitetônico não apresentaria, conforme exposto no documento, “nenhuma expressão para o conjunto” edificado.

> - A retirada da torre sineira devido notar-se a falta de amarração com a ilharga da nave e o material empregado na construção (alvenaria de tijolo), não condizente com a fábrica da nave e capela-mor, desintegrada do conjunto, como também o aparecimento na ilharga da nave de uma marca de escada dando acesso ao coro.
> - Quanto a fachada principal, excluindo a torre, serão mantidos os elementos que a compõe com exceção das esquadrias do pavimento superior totalmente modificado com a eliminação do peitoril.
>
> Ficarão aparente todas as cercaduras e cunhais.
>
> As esquadrias serão em ficha de madeira com exceção da portada principal que continuará em almofada.

Figura 39: Subtração da torre sineira



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Nesse sentido, impõem-se alguns questionamentos: a que período histórico pertence a torre sineira? Onde passariam a ser instalados os sinos após a supressão da torre sineira? E sobretudo, por que retirar esse elemento arquitetônico, uma vez que ele já se encontrava incorporado não apenas à arquitetura religiosa, mas também à malha urbana e ao imaginário coletivo da população? Para refletir sobre essas questões recorro ao artigo 11º da Carta de Veneza, que estabelece princípios relacionados à preservação das diferentes contribuições de épocas distintas presentes em um monumento, bem como o Documento de Nara sobre Valores e Autenticidade, particularmente em seu item 9, que aborda a diversidade de valores e fontes de informação para a avaliação da autenticidade do patrimônio cultural.

> Art. 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento de valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto. (CARTA DE VENEZA, 1964, p.3).

> Item 9 - A conservação do património cultural, sob todas as formas e de todas as épocas históricas, justifica-se pelos valores atribuídos a esse património. A exata percepção desses valores depende, nomeadamente, da credibilidade das fontes de informação a seu respeito. O conhecimento, a compreensão e a interpretação das fontes de informação, relativamente às características originais e subsequentes do património, ao seu devir histórico e ao seu significado, são requisitos básicos para avaliar a autenticidade de uma obra, tanto nos seus aspetos formais, como físicos. (DOCUMENTO DE NARA, 1994, p. 2).

Nesse contexto, a eliminação da torre sineira não se justifica, uma vez que este elemento constitui parte integrante do conjunto arquitetônico da Igreja, encontrando-se plenamente inserido no cenário urbano da cidade de Porto Calvo e consolidado como referência da memória e identidade local.

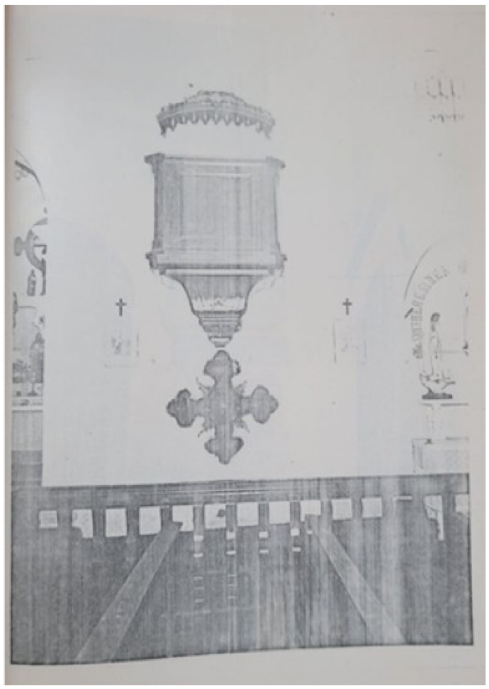
As capelas laterais tanto da esquerda quanto da direita da nave seguem sem modificações significantes. A capela lateral esquerda do Santíssimo Sacramento, segundo o relato “O material empregado [...] não condiz com a época da construção da nave, nem o seu espaço atual”, porém as “fundações e o arco de acesso” são contemporâneos da construção da época. Nesse sentido foi proposto a sua manutenção. Eliminação das aberturas em arco ogival na parte posterior da capela.

A capela lateral direita do Senhor Morto, segundo o Relatório “[...] mantem o mesmo tipo de alvenaria do corpo da nave”. Devendo ser retirado os altares que apresentam construção em alvenaria de tijolo. Mantendo-se, portanto, a seteira descoberta em sua parede lateral.

Outro espaço a ser subtraído foi o púlpito, de acordo com a proposta: “Por não existir nenhum vestígio de acesso à porta do púlpito, deverá permanecer entaipada devendo aparecer apenas a cercadura.” Atualmente no espaço do púlpito está exposta uma imagem de Nossa Senhora do Rosário. Podemos ainda observar na imagem (Figura 40), onde aparece o púlpito e a direita da fotografia a capela do senhor morto e ao lado esquerdo um nicho, já na imagem atual (Figura 41) observamos que o púlpito foi retirado e ao lado direito da fotografia aparece a capela do senhor morto e ao lado esquerdo no lugar do nicho aparece agora uma abertura de acesso lateral. Mesmo constando na proposta que “Os

nichos laterais deverão permanecer inalterados, consertando-se a cercadura que aparece na parte externa da ilharga direita da nave.”

Figura 40: Púlpito



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Figura 41: Cercadura do púlpito



Fonte: O próprio autor

De acordo com os princípios estabelecidos pela Carta de Veneza (1964, p. 2), especialmente no que se refere às intervenções em bens de valor histórico e artístico, destaca-se:

> Art. 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, **toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.**

Em relação a eliminação do púlpito, não foi observado o art. 6º da Carta de Veneza, a qual o relatório menciona está centrado, visto que pela imagem (Figura 39), o elemento necessitava apenas do restauro para manter a sua conservação. Nesse caso seria necessária uma investigação mais aprofundada na identificação do acesso ao púlpito ou que se conserve no estado o qual foi encontrado.

Conforme estabelece o artigo 8º da Carta de Veneza (1964, p. 2), ao tratar da proteção dos elementos integrantes do monumento, recomenda-se que:

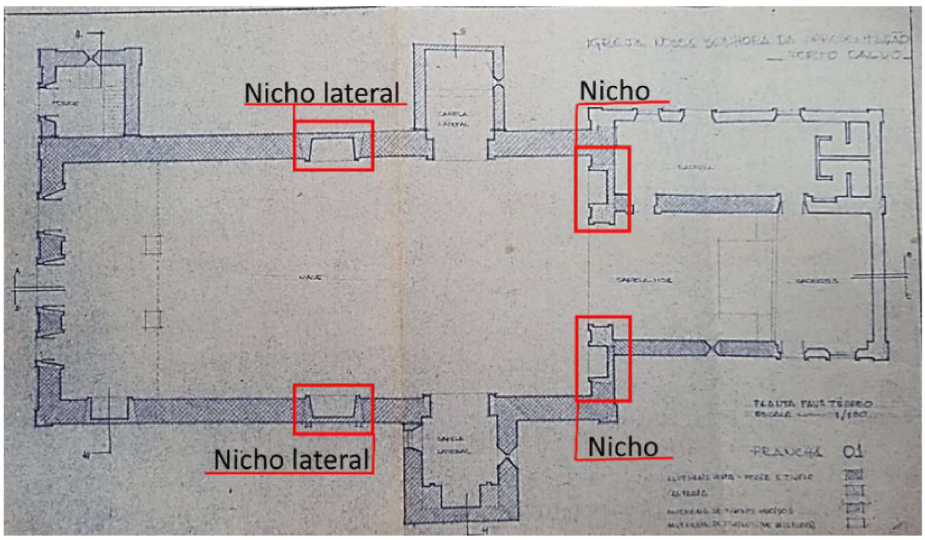
> Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única

capaz de assegurar a sua conservação.

A Capela-mor, manteve-se sua integridade, restaurando-se o altar-mor e o forro, conservando as características originais.

Dois dos quatros nichos foram subtraídos (Figuras 42 e 43), dando lugar à dois acessos laterais, um na parede esquerda e o outro na parede direta da nave. A alteração na configuração da planta baixa, contudo, não é justificada no relatório.

Figura 42: P. Baixa da subtração de dois nichos laterais



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

Figura 43: Fotografia da subtração dos nichos laterais



Fonte: Arquivo IPHAN/PE

De acordo com o artigo 7º da Carta de Veneza (1964, p. 2), relata que:

> O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Nesse sentido, a remoção de um elemento arquitetônico, como um nicho, implica a perda de um testemunho material do passado, alterando a leitura histórica, tipológica e simbólica do edifício.

Intervenções desse tipo só se justificam quando estritamente necessárias, devendo respeitar critérios como: mínima intervenção, reversibilidade (quando possível), e fundamentação em estudos técnicos e históricos rigorosos.

A modificação de uma parede histórica e a supressão de um nicho para abertura de acesso devem ser avaliadas à luz das recomendações das cartas patrimoniais, pois afetam diretamente o valor cultural do bem e sua capacidade de transmitir, de forma íntegra, o testemunho histórico que lhe dá significado.

A Carta de Veneza (1964, p. 3) ressalta, ainda, a importância de que:

> Art. 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

No caso da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, observa-se que na restauração realizada no templo religioso, as partes faltantes dos elementos substituídos, ou mesmos os subtraídos – como os nichos laterais e outros componentes arquitetônicos – não se distinguem das porções originais, seja pelos materiais empregados, seja pelas cores adotadas. Essa ausência de diferenciação compromete a leitura histórica do bem, produzindo uma impressão visual de continuidade absoluta, como se tais elementos jamais tivessem sido subtraídos ou objeto de intervenção restaurativa.

2.3.3. Conservação e Restauração da Imaginária Sacra na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

O Relatório Final de Restauração das Imagens da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, da cidade de Porto Calvo, Alagoas, realizado no período de 10 a 28 de janeiro de 2008 (acervo do IPHAN/AL), apresenta-se como documento essencial para o

registro, a análise e a compreensão das intervenções realizadas, ao mesmo tempo em que contribui para a salvaguarda do patrimônio sacro local. Ao reunir informações sobre o estado de conservação, os procedimentos adotados e os critérios técnicos empregados, o referido relatório constitui importante fonte para estudos patrimoniais, históricos e artístico, além de subsidiar futuras ações de preservação e gestão do bem cultural.

O documento refere-se à execução de serviços de restauração em sete imagens sacras – Senhor Morto, Senhor da Pedra Fria, Senhor dos Passos, Senhor Atado, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Apresentação e Nossa Senhora do Rosário – bem como às ações de conservação e preservação de outras três imagens, a saber: Cristo Crucificado, Santo Amaro e Santo Antônio. Sabedor que ao longo dos séculos, essas obras foram submetidas a condições ambientais adversas, manuseios frequentes, intervenções sem critérios técnicos e à ação de agentes biológicos, fatores que contribuíram para processos progressivos de degradação material. Dentre os principais danos observados destacam-se os ataques de insetos xilófagos, responsáveis pelo comprometimento estrutural da madeira, além de perdas cromática, fissuras, lacunas e fragilização dos suportes.

> A imaginária encontrava em avançado estado de degradação devido ao ataque de insetos xilófagos subterrâneos, causando verdadeiros danos. Foi detectada grandes galerias de cupim causando verdadeiras perdas e assim houve a necessidade de aplicar diversas próteses.
>
> Outro problema encontrado foi às intervenções anteriores resultando em repinturas e utilização de materiais inadequados, assim como o excesso de umidade presente no monumento o que causou o enfraquecimento da camada pictórica.

O estado avançado de degradação da imaginária evidencia a fragilidade do acervo diante da ação de agentes biológicos e reforça a importância da adoção de medidas preventivas contínuas, aliadas a intervenções técnicas criteriosas, como forma de garantir a preservação e a transmissão desse patrimônio às futuras gerações. O Relatório também recomenda que:

> [...] sejam realizadas vistorias e manutenções num período de seis em seis meses a fim de detectar novo ataque, quando deverá ser removida a trilha destes insetos. Caso se perceba o ataque no próprio objeto, é recomendável que busque um profissional da área (restaurador ou técnico do IPHAN) para que se proceda de maneira adequada.

A recomendação expressa no relatório evidencia a adoção de uma perspectiva preventiva na conservação do acervo, ao enfatizar a importância de vistorias periódicas como estratégia fundamental para a detecção precoce de novos ataques de insetos

xilófagos. Ao indicar a remoção imediata das trilhas e, sobretudo, a necessidade de acionar um profissional qualificado em casos de reincidência no próprio objeto, o documento reafirma a relevância de intervenção técnica especializada, alinhada aos princípios da conservação científica e à preservação da integridade material e histórica da imaginária sacra.

No Relatório a equipe técnica descreveu e aplicou de forma sistemática as metodologias e os procedimentos adotados ao longo do processo de intervenção:

> Os procedimentos, técnicos e materiais aplicados nos processos de restauração da imaginária da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação fundamentaram-se e tiveram como referência os seguintes critérios: a reversibilidade do material, a funcionalidade deste com a estética do objeto e afinidade nas relações mecânicas em que dilatações e contrações se dêem de forma harmoniosa. [...].

Ainda se destaca no Relatório uma nota explicativa, que cumpre uma função metodológica fundamental, pois esclarece o alcance e os limites da aplicação dos procedimentos de restauração adotados pela equipe técnica. Ao indicar que os testes “teste de solvência e a limpeza química” não seguiram um protocolo único, mas foram realizados de maneira específicas para cada imagem, a nota evidencia a observância de um princípio basilar da conservação e restauração: o respeito à singularidade material e histórica de cada bem. Essa ressalva demonstra sensibilidade técnica diante das diferentes condições de conservação, tipos de materiais constitutivos, camadas pictóricas e níveis de degradação apresentados pelas obras.

Para o desenvolvimento dos procedimentos adotados, a equipe técnica lançou mão de um conjunto articulado de metodologias e técnicas próprias da conservação e restauração de bens móveis sacros. Entre as etapas executadas, destacam-se, nos **Métodos e Procedimentos Adotados na Restauração** os seguintes itens: Documentação fotográfica, Higienização mecânica, Faceamento, Imunização, Fixação da policromia, Teste de solvência, Limpeza química, Consolidação e/ou substituição do suporte original, Prospecção de repinturas, Remoção de repinturas, Emassamento e nivelamento, Aplicação de folha de ouro nas áreas a serem douradas, Envelhecimento e reintegração do douramento, Reintegração cromática e Aplicação de verniz protetor.

No que se refere aos **Métodos e Procedimentos Adotados na Conservação**, a equipe técnica estruturou sua atuação a partir de um conjunto de ações sequenciais e complementares, fundamentadas nos princípios da conservação preventiva e interventiva.

Nesse contexto, foram priorizados os seguintes itens: Documentação fotográfica, Higienização mecânica, Imunização, Fixação de policromia e Aplicação de verniz protetor.

Essas ações constituíram a base para o diagnóstico do estado de conservação das imaginárias e para o planejamento das intervenções subsequentes, permitindo o registro detalhado das condições originais, das patologias identificadas e das transformações ocorridas ao longo do processo de restauração. Minimizando riscos e assegurando a integridade das imagens sacras restauradas.

O Relatório Final de Restauração das Imagens da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em Porto Calvo, dá prosseguimento às ações de restauro previstas, iniciando-se pela imagem de Nossa Senhora da Apresentação. Para a referida obra, foi elaborada ficha técnica específica, na qual constam informações fundamentais para a compreensão e o acompanhamento do processo interventivo, tais como:

- Histórico
- Iconografia
- Tabela de testes de solvência
- Documentação fotográfica.

Esses registros possibilitam uma leitura profunda do bem, subsidiando as decisões técnicas adotadas e assegurando a transparência e a rastreabilidade das intervenções realizadas.

A seguir, apresentam-se os registros fotográficos que documentam as condições das imagens antes e após o processo de restauro. A comparação entre o estado de conservação inicial e o resultado final das intervenções permite evidenciar os principais danos identificados, bem como a eficácia dos procedimentos adotados pela equipe técnica, destacando as ações de estabilização, recomposição estética e proteção do bem.

2.3.3.1. Restauro da Imaginária da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Figura 44: Restauro da Imagem de N. S. Apresentação



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Observa-se na imagem dos anjos posicionados entre nuvens ao pé da Santa (Figura 45), que a prospecção da policromia existente revelou três camadas de carnação sobrepostas até o alcance da pintura original, o que indica a ocorrência de três intervenções posteriores. Esse mesmo padrão foi identificado tanto no conjunto escultórico quanto na imagem de Nossa Senhora da Apresentação, conforme demonstrado na fotografia detalhada das remoções de repinturas.

Figura 45: Prospecção na Imagem de N. S. da Apresentação



Fonte: Arquivo IPHA/AL

Nas imagens abaixo (Figura 46), durante a prospecção das camadas de tintas sobrepostas foi encontrado a presença de ouro nas asas dos anjos, e parte do manto da santa estava danificado por conta de ataques de insetos xilófagos, sendo necessário o uso de prótese nas regiões afetadas, bem como redesenhar os detalhes das vestes de Nossa Senhora da Apresentação e reintegração do douramento.

Figura 46: Processo de Restauração da Imagem de N.S. da Apresentação



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A peanha da Imagem de Nossa Senhora da Apresentação (Figura 47), possuía originalmente uma configuração quadrada. Conforme registrado no Relatório de Restauro

“A base desta imagem foi jogada no lixo pelo padre Givaldo e foi manufaturada outra com recursos do padre, numa marcenaria da cidade, e a equipe técnica de restauração fez a pintura e o projeto de desenho”, dessa nova base; contudo, optou-se por redesenhá-la em formato hexagonal, não respeitando a configuração original.

Figura 47: Peanha



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Em carta ao Arquiteto Sr. Mário Aloisio Melo, Superintendente de 17ª Regional do IPHAN/AL, a Oficina de Projetos, responsável pelos restauros da imaginária sacra da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, relata que:

> A peanha original foi perdida e substituída por uma de forma linear, com madeira comum e tom inadequado.
>
> No dia 16 de maio de 2008 [...] no período da tarde, o padre Givaldo esteve no ateliê e perguntou ao prestador de serviço da área de entalhe, Dariomar Alves de Andrade, o que seria feito com tal peanha e o mesmo declarou que seria aproveitada. O padre não aceitando tal decisão, resolveu retirar a peanha da igreja e informou no dia seguinte à equipe de restauração que tinha jogado a peanha no caminhão do lixo, pois não concordava com a decisão do IPHAN em aproveitar uma base tão feia. A mesma informação foi revelada a coordenadora da obra, Zelia Maria de Oliveira Machado, no dia 28 de maio de 2008.

O relato constante na correspondência dirigida ao arquiteto Mário Aloisio de Melo evidencia um conflito explicito entre os critérios técnicos da restauração patrimonial e as percepções subjetivas dos agentes locais envolvidos no uso cotidiano do bem cultural. A substituição prévia da peanha original por uma base de madeira comum, de forma linear e tonalidade inadequada, já indicava uma intervenção anterior desprovida de critérios de conservação. No entanto, a decisão unilateral do vigário em descartar a peanha existente – contrariando a orientação da equipe técnica e do IPHAN – configura um episódio

emblemático de ruptura da cadeia de responsabilidade na gestão do patrimônio tombado. Ao justificar o descarte com base em um juízo estético pessoal, o gesto evidência o desconhecimento, ou mesmo a desconsideração, dos princípios fundamentais da conservação, que preconizam o respeito à materialidade remanescente, ainda que considerada dissonante ou de baixa qualidade formal. Trata-se, portanto, de uma ação que extrapola o campo da opinião individual e assume caráter de perda irreversível de um elemento integrante do processo histórico do objeto sacro, fragilizando a integridade do bem e expondo as tensões recorrentes entre autoridade técnica, uso religioso e apropriação simbólica do patrimônio cultural.

O conflito central, contudo, não reside na peanha em si, mas no destino atribuído a ela, sob essa perspectiva, o descarte da peanha extrapola a esfera de um ato impulsivo ou de um desacordo estético, configurando uma infração grave à legislação de proteção do patrimônio cultural, conforme estabelecido no artigo 17 do Decreto-Lei 25/37, que veda a destruição, mutilação ou descaracterização de bens tombados ou de seus elementos integrantes.

Na etapa final da restauração da imaginária de Nossa Senhora da Apresentação, foi aplicada uma camada de verniz protetivo (Figura 48), com a finalidade de assegurar a conservação e a estabilidade da superfície pictórica. Na imagem ao lado (Figura 49), observa-se a escultura já finalizada e posteriormente ser reinstalada no seu lugar de origem.

Figura 48: Aplicação de verniz N.S. da Apresentação



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Figura 49: N.S. da Apresentação restaurada



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.2. Restauro da Imaginária de Nossa Senhora das Dores.

Figura 50: Restauro da Imagem de Nossa Senhora das Dores



Ficha técnica:
Período: Século XVIII de origem da escola pernambucana
Título: Nossa Senhora das Dores
Técnica: Madeira Policromada
Dimensões: 120 x 52 x 31cm.
Número de registro: SEAL/04 – 0061.0051

Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Observa-se, na imagem de Nossa Senhora das Dores (Figura 51), que a prospecção da policromia existente revelou a presença de três camadas de carnação sobrepostas até o alcance da pintura original, indicando a ocorrência de três intervenções posteriores. Tal procedimento repete o mesmo padrão identificado no processo de restauro da imaginária de Nossa Senhora da Apresentação.

Figura 51: Prospecção de N.S. das Dores.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

As aplicações de próteses na imagem de Nossa Senhora da Dores (Figura 52), constituiu um procedimento técnico voltado à recomposição das áreas perdidas ou severamente comprometidas, sobretudo em decorrência de infestação de insetos xilófagos. Essa intervenção tem por finalidade restabelecer a estabilidade estrutural e a leitura formal da escultura, sem descaracterizar sua materialidade original.

Figura 52: Aplicação de próteses de N.S. das Dores.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A aplicação de folha de ouro na imagem de Nossa Senhora das Dores (Figura 53), deve ser compreendida como um procedimento de caráter estético e simbólico, tradicionalmente associado à valorização iconográfica e devocional da escultura.

Figura 53: Aplicação de folha de ouro de N.S. das Dores.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A aplicação de verniz na imagem de Nossa Senhora das Dores (Figura 54), constituiu a etapa final do processo de restauração, com a finalidade de proteger a camada pictórica e garantir maior estabilidade à superfície policromada. Desta forma, o uso do verniz contribui para a conservação da imagem, preservando sua integridade material e assegurando a durabilidade das intervenções realizadas. Os volumes recompostos e as áreas reintegradas mantêm-se harmonizada ao conjunto escultórico, permitindo a fruição devocional e a compreensão formal da obra (Figura 55).

Figura 54: Aplicação de verniz de N.S. das Dores.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Figura 55: Nossa Senhora das Dores finalizada



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.3. Restauro da Imaginária de Nossa Senhora do Rosário.

Figura 56: Restauro da Imagem de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Na Imagem de Nossa Senhora do Rosário, conforme descrito no Relatório Final de Restauração de Imaginária, foi realizada inicialmente uma limpeza química, e prospecção, a qual revelou a presença de duas camadas pictóricas. A intervenção possibilitou a identificação e remoção de pinturas posteriores, conforme demonstra na imagem (Figura 57).

Figura 57: Limpeza química e prospecção de N.S. do Rosário.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Ainda, a equipe técnica responsável pelo restauro da imagem de Nossa Senhora do Rosário constatou a presença de resina epóxi aplicada em intervenções anteriores, bem como indícios de ataque de insetos xilófagos em sua estrutura, evidenciando processos de degradação e reparos não compatíveis como os critérios atuais de conservação. Conforme apresentado na fotografia abaixo (Figura 58).

Figura 58: Presença de insetos xilófagos de N.S. do Rosário.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Observa-se, ainda, a aplicação de próteses nas áreas estruturalmente comprometidas da Imagem de Nossa Senhora do Rosário (Figura 59), com o objetivo de recompor as perdas materiais decorrentes dos processos de degradação, assegurando a estabilidade física e a leitura formal da obra.

Figura 59: Aplicação de próteses de N.S. do Rosário.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Por fim, realizou-se o processo de douramento da imagem de Nossa Senhora do Rosário (Figura 60), mediante a aplicação de folha de ouro nas áreas originalmente

douradas. A intervenção respeitou os limites da decoração primitiva, seguindo critérios de compatibilidade material, reversibilidade e discernibilidade, de modo a restituir a leitura estética e simbólica da obra sem comprometer sua autenticidade histórica.

Figura 60: Aplicação de folha de ouro de N.S. do Rosário.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Em seguida, procedeu-se à aplicação de verniz de proteção sob a superfície da imagem de Nossa Senhora do Rosário (Figura 61), com a finalidade de uniformizar o acabamento, proteger as camadas pictóricas e o douramento recém-executado, além de conferir maior estabilidade às intervenções realizadas. O resultado final, conforme evidenciado nas imagens de documentação (Figura 62), apresenta equilíbrio estético, leitura formal coerente e adequada preservação dos valores históricos e materiais da obra.

Figura 61: Aplicação de verniz de N.S. do Rosário.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Figura 62: Imagem de Nossa Senhora do Rosário finalizada



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.4. Restauro da Imagem do Senhor Morto.

Figura 63: Restauro da Imagem do Senhor Morto



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Restauro da imagem do Senhor Morto, a obra apresentava processos de degradação compatíveis com sua materialidade e uso devocional, demandando intervenções pautadas nos princípios da conservação e do restauro, respeitando a autenticidade histórica, a compatibilidade dos materiais e a reversibilidade das ações adotadas.

Conforme descrito no Relatório Técnico a imagem do Senhor Morto (Figura 64), foi realizado o processo de imunização abrangendo todas as peças, tanto como medida preventiva quanto em resposta à presença de ataque por insetos xilófagos. Para essa etapa, utilizou-se o imunizante K-Otec, aplicado por meio da técnica de câmara de fumigação, assegurando a eliminação de agentes biológicos e a proteção da estrutura em madeira policromada.

Figura 64: Processo de imunização da imagem do Senhor Morto.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

O restauro da imagem do Senhor Morto também contemplou a execução de próteses e trabalhos de entalhe nas áreas que representavam perdas e comprometimento estrutural (Figura 65). Essas intervenções tiveram como finalidade recompor a forma original da escultura, sempre em consonância com os princípios da compatibilidade material, reversibilidade e respeito a integridade histórica da obra.

Figura 65: Aplicação de próteses e entalhe da imagem do Senhor Morto.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A equipe técnica também identificou fragmentos de tecido nas articulações, os quais se encontravam em avançado estado de degradação. Diante desse quadro, procedeu-se à substituição do material original comprometido por “lona de algodão” utilizada em embarcações, escolhida por sua resistência e compatibilidade com o suporte. A fixação foi realizada com “pregos de cobre”, a fim de evitar processos de oxidação (Figura 66), garantindo maior durabilidade, estabilidade estrutural e segurança nas articulações da escultura.

Figura 66: Substituição de tecido nas partes articuladas da imagem do Senhor Morto.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Após os processos de imunização, recomposição volumétrica por meio de próteses e entalhes, substituição dos elementos têxteis degradados nas articulações e consolidação das áreas fragilizadas, procedeu-se aos ajustes finais de acabamento. O resultado final (Figura 67), do restauro devolveu à obra condições adequadas de conservação, permitindo sua continuidade no uso devocional e na salvaguarda do patrimônio sacro.

Figura 67: Finalização de restauro do Senhor Morto



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.5. Restauro da Imagem do Senhor da Pedra Fria.

Figura 68: Restauro da Imagem do Senhor da Pedra Fria



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

De acordo com o Relatório Final de Restauração da Imaginária, na imagem do Senhor da Pedra Fria (Figura 69), foi realizada inicialmente a limpeza mecânica, visando a remoção de sujidades superficiais e resíduos acumulados ao longo do tempo. Em seguida, procedeu-se à aplicação do imunizante K-Otec, com a finalidade proteger a peça contra a ação de insetos xilófagos, prevenindo novos processos de degradação. Durante a etapa de

diagnóstico, constatou-se ainda o deslocamento parcial dos braços, condição que demandou atenção específica no processo de estabilização estrutural do conjunto escultórico.

Figura 69: Limpeza mecânica e imunização do Senhor da Pedra Fria.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Na prospecção da imagem (Figura 70), foram identificadas presenças de gesso aplicadas em intervenções anteriores, as quais foram cuidadosamente removidas por não apresentarem compatibilidade material com o suporte original. Do mesmo modo, procedeu-se à remoção das camadas de repinturas, possibilitando a leitura da policromia original. Concluída essa etapa, realizou-se a reintegração cromática da policromia, de modo a restituir a unidade visual da obra sem comprometer sua autenticidade histórica.

Figura 70: Prospecção e pintura do Senhor da Pedra Fria.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A região mais severamente afetada pelos ataques de insetos xilófagos na imagem do Senhor da Pedra Fria concentrou-se nos cabelos (Figura 71), onde se constatou um avançado grau de deterioração estrutural. Observou-se que a cabeça da imagem se encontrava praticamente comprometida pela ação dos cupins, apresentando extensas perdas de material original. Diante desse quadro, tornou-se necessária a aplicação de próteses estruturais, empregadas com o objetivo de recompor as áreas danificadas.

Figura 71: Aplicação de próteses do Senhor da Pedra Fria.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A equipe técnica apresenta ainda a imagem do Senhor da Pedra Fria em estado finalizado (Figura 72), devidamente documentada por meio de registros fotográficos realizados de frente e de costas. Essa documentação tem como objetivo evidenciar os resultados alcançados após as intervenções de conservação e restauração, permitindo a avaliação da estabilidade estrutural, da reintegração volumétrica e da uniformidade da policromia, além de assegurar a transparência e a rastreabilidade das ações executadas ao longo do processo interventivo.

Figura 72: Finalização do restauro do Senhor da Pedra Fria



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.6. Restauro da Imagem do Senhor Atado.

Figura 73: Restauro da Imagem do Senhor Atado



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A imagem do Senhor Atado apresentava a área interna da face intensamente comprometida pela ação de cupins (Figura 74). Diante dessa condição, tornou-se necessária a remoção da área afetada, seguida de limpeza interna e aplicação de tratamento específico para eliminação e prevenção de novos ataques. Na perna da escultura, foi realizado o procedimento de faceamento, reestabelecendo a unidade visual da obra em conformidade com os critérios técnicos da conservação e restauração.

Figura 74: Ação de cupins do Senhor Atado.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Na imagem a seguir (Figura 75), observa-se a obra restaurada, evidenciando os resultados do processo de conservação e restauração. A imagem encontra-se apta a retomar sua função religiosa.

Figura 75: Finalização de restauro da imagem do Senhor Atado



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.7. Restauro da Imagem Senhor dos Passos.

Figura 76: Restauro da Imagem do Senhor dos Passos



Ficha técnica:

Período: Século XIX

Título: Imagem Senhor dos Passos

Técnica: Madeira Policromada

Dimensões: 140 x 36 x 120cm.

Número de registro: SEAL/04 – 0061.0049

Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A imagem do Senhor dos Passos, dotada de articulação nos braços e nas pernas, passou por um processo de limpeza química, com o objetivo de remover sujidades. Em seguida, procedeu-se à aplicação de imunizantes, visando a proteção do suporte e das articulações contra a ação de insetos xilófagos, contribuindo para a conservação preventiva da obra. Conforme se observa na imagem abaixo (Figura 77), essas intervenções garantiram maior estabilidade material e melhor leitura estética da escultura.

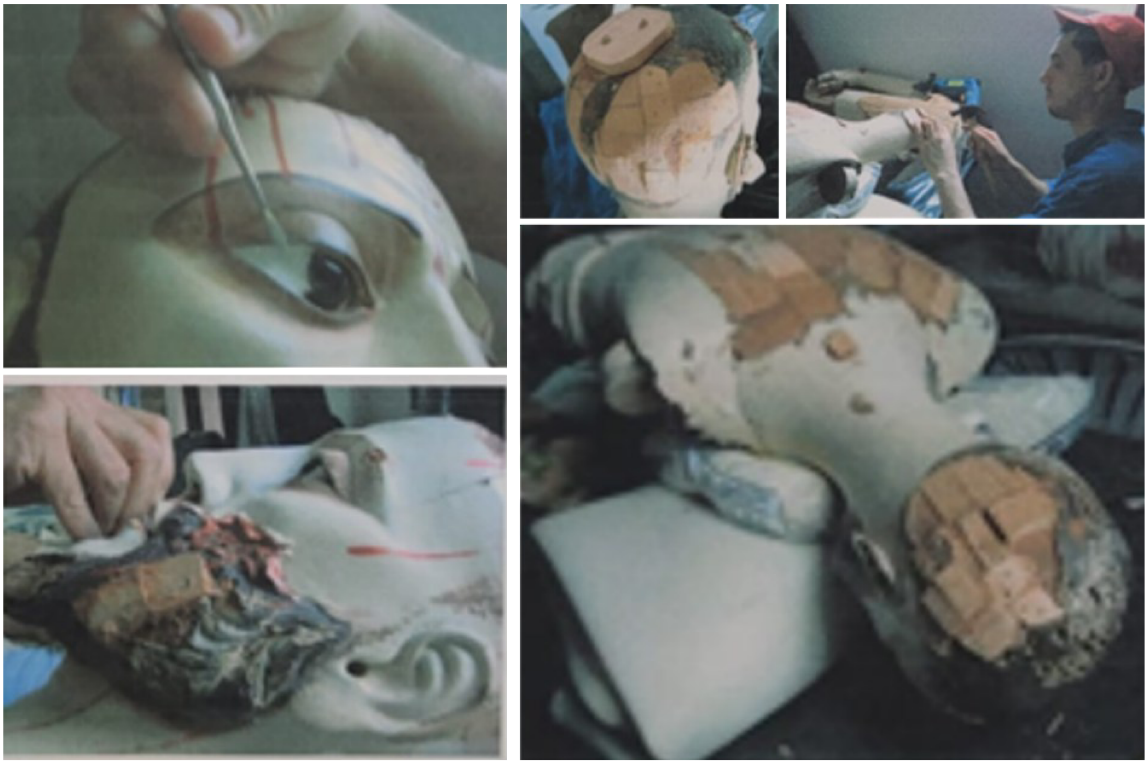
Figura 77: Limpeza química do Senhor dos Passos.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A imagem do Senhor dos Passos (Figura 78), também recebeu aplicação de próteses nas regiões da face, do cabelo e do corpo, em decorrência das perdas materiais ocasionadas por processos de degradação ao longo do tempo. Além disso, foi realizada a restauração dos olhos de vidro procedimento que, segundo a equipe técnica responsável pelo restauro, foi “realizada com resina acrílica de poliéster e pigmento específico diluído na própria resina”.

Figura 78: Aplicação de próteses do Senhor dos Passos.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Na imagem (Figura 79), apresenta-se Senhor dos Passos em seu estado finalizado, sendo documentada por meio de registros fotográficos da frente e das constas da escultura. Essa apresentação permite a visualização integral do resultado das intervenções realizadas, evidenciando a estabilidade estrutural, a recomposição volumétrica, a reintegração da policromia e a uniformidade do acabamento, assegurando a compreensão do conjunto após o processo de conservação e restauração da obra sacra.

Figura 79: Finalização do restauro do Senhor dos Passos



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.8. Conservação da Imagem do Cristo Crucificado.

Figura 80: Restauro da Imagem do Cristo Crucificado



DEPOIS

Ficha técnica:

Período: Século XVIII

Título: Imagem do Cristo Crucificado

Técnica: Madeira Policromada

Dimensões: 184 x 145 x 21cm.

Número de registro: SEAL/04 – 0061.0041

Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Na imagem do Cristo Crucificado, conforme descrito no Relatório Final de Restauração, a equipe técnica realizou o processo de imunização, associado à utilização da câmara de fumigação, procedimento empregado para a eliminação de agentes biológicos e insetos xilófagos presentes no suporte da obra. Conforme se observa na imagem abaixo (Figura 81), essa intervenção teve como objetivo assegurar a descontaminação integral da escultura, contribuindo para a estabilização material e para a conservação preventiva do bem sacro.

Figura 81: Imunização e fumigação do Cristo Crucificado.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Na foto abaixo (Figura 82), a equipe técnica apresenta o resultado final da obra, evidenciando a conclusão dos procedimentos de conservação e restauração realizados.

Figura 82: Finalização de restauro do Cristo Crucificado



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.9. Conservação da Imagem de Santo Amaro.

Figura 83: Restauro da Imagem de Santo Amaro



DEPOIS

Ficha técnica:

Período: Século XVIII

Título: Imagem de Santo Amaro

Técnica: Madeira Policromada

Dimensões: 67 x 26 x 12cm.

Número de registro: SEAL/04 – 0061.0043

Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Na Imagem de Santo Amaro (Figura 84), a equipe técnica apresenta de forma sequencial três etapas do processo de restauro: inicialmente, os procedimentos de limpeza mecânica, destinados à remoção de sujidades superficiais; em seguida, o processo da imunização do suporte, com o objetivo de prevenir ataques de insetos xilófagos e outros agentes biológicos; efetuou-se também a fixação da policromia, garantindo a estabilidade das camadas pictóricas; aplicação de verniz de cera, empregada como camada de proteção, contribuindo para a conservação da superfície e para a valorização estética da obra sacra; e, por fim, a imagem em estado finalizado (Figura 85), evidenciando os resultados das intervenções e a recuperação da estabilidade material e da leitura estética da obra sacra.

Observa-se, na imagem de Santo Amaro, o processo de fumigação aplicada à obra; contudo, tal intervenção não é descrita pela equipe técnica no relatório de conservação, não havendo detalhamento metodológico ou justificativa técnica registrada no documento final.

Figura 84: Limpeza mecânica e imunização de Santo Amaro.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Figura 85: Finalização de restauro da Imagem de Santo Amaro



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

2.3.3.10. Conservação da Imagem de Santo Antônio.

Figura 86: Restauro da Imagem de Santo Antônio



Ficha técnica:

Período: Século XVIII

Título: Imagem de Santo Antonio

Técnica: Madeira Policromada

Dimensões: 89 x 29 x 26cm.

Número de registro: SEAL/04 – 0061.0045

DEPOIS

Fonte: Arquivo IPHAN/AL

A última imagem apresentada no Relatório corresponde à escultura de Santo Antônio (Figura 87). No estado inicial de conservação, a imagem apresentava repinturas, evidenciando intervenções anteriores. No decorrer do processo de restauro, foi realizada a imunização da obra, seguida da submissão da obra à câmara de fumigação, com o objetivo de eliminar agentes biológicos e prevenir novos ataques de insetos xilófagos. Na etapa final (Figura 88), a imagem apresenta-se após os procedimentos de limpeza, imunização e aplicação de verniz de cera, empregado como camada de proteção, garantindo a estabilidade material e a adequada prevenção da escultura.

Figura 87: Imunização e fumigação de Santo Antônio.



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Figura 88: Finalização de restauro da Imagem de Santo Antônio



Fonte: Arquivo IPHAN/AL

Os registros visuais apresentados ao longo do Relatório constituem parte essencial da documentação do restauro, pois permitem acompanhar de forma sistemática as diferentes etapas do processo interventivo, desde o estado inicial de conservação até a condição final das obras. Essa documentação iconográfica contribui significativamente para a compreensão das transformações ocorridas, assegura a transparência técnica das ações realizadas e fortalece a preservação da memória do bem cultural, tornando-se referência fundamental para futuras pesquisas, intervenções e ações de conservação preventiva.

2.3.4. Considerações Parciais.

A análise do processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação evidencia seu reconhecido valor histórico e artístico como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, inserindo-a na política de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional.

Entretanto, a trajetória posterior ao tombamento revela que a proteção legal, por si só, não garantiu a continuidade de ações sistemáticas de conservação. Ao longo das décadas, a Igreja foi alvo de intervenções pontuais, muitas vezes motivadas por demandas emergenciais ou por iniciativas isoladas, o que resultou em cuidados de caráter irregular e descontínuo. Tal situação demonstra a recorrente dissociação entre o reconhecimento formal do valor patrimonial e a efetiva implementação de políticas permanentes de manutenção, monitoramento e gestão do bem cultural.

Além disso, a investigação documental e técnica realizada ao longo deste capítulo permitiu identificar lacunas significativas no que se refere à definição precisa dos limites e do alcance do tombamento. Não se verifica, de forma clara e sistematizada, uma listagem detalhada dos elementos protegidos – se apenas a edificação principal, bens móveis integrados, imaginaria sacra ou demais componentes artísticos –. Da mesma forma, não há identificação da poligonal de tombamento, bem como a delimitação da área de seu entorno de proteção, aspecto essencial para a preservação da visibilidade, ambiência e da relação do monumento com a malha urbana e a paisagem histórica de Porto Calvo.

Outra lacuna sensível percebida no estudo realizado é com relação aos atributos e valores do bem tombado. Se não há de forma clara e explícita quais são os valores a serem tutelados (a motivação da preservação), fica complicado estabelecer as ações prioritárias ou necessárias de conservação, assim como quais são os procedimentos mais adequados para sua efetivação. É importante destacar que os antigos processos de tombamento do IPHAN eram muito sumários e, em sua concisão, não previam uma declaração de significância ou algo semelhante. Porém a ausência dessa informação compromete não apenas a gestão da conservação do bem, mas também a compreensão social do que, de fato, constitui o patrimônio protegido, dificultando ações de fiscalização, planejamento urbano e educação patrimonial. Evidencia-se, portanto, a necessidade de atualização e aprofundamento dos instrumentos de gestão, com a elaboração de documentação técnica

mais precisa, definição dos limites de proteção e integração entre os órgãos de preservação e administração local.

Dessa forma, conclui-se que o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi um passo fundamental para o reconhecimento de sua relevância histórica, artística e simbólica, mas ainda demanda desdobramentos no campo da gestão e da preservação continuada. É a partir dessas constatações – entre avanços institucionais e fragilidades operacionais – que se justifica a transição para o capítulo seguinte no qual serão abordados os instrumentos de preservação e proteção do bem, seus desafios e as perspectivas para uma política de preservação mais integrada, clara e eficaz.

CAPÍTULO 3 – SUBSÍDIOS PARA UMA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO MAIS EFETIVA

O presente capítulo tem por objetivo analisar três instrumentos – o Inventário, o Entorno de bens tombados e a Rerratificação – fundamentais para o processo de proteção patrimonial, articulando fundamentos teóricos, legislação vigente e prática administrativa. Parte-se da compreensão de que a preservação patrimonial não se restringe a intervenções materiais, mas envolve procedimentos sistemáticos de reconhecimento, documentação, controle e atualização das informações relativas aos bens culturais, assegurando sua continuidade histórica, simbólica e social.

O item 3.1 – Educação patrimonial e Inventário como processo de gestão e preservação do bem cultural discute o instrumento enquanto ferramenta metodológica e científica de identificação, organização e produção de conhecimento sobre o patrimônio. Para além de um simples levantamento descritivo, o inventário configura-se como uma etapa estratégica de planejamento, subsidiando decisões técnicas e políticas voltadas à conservação e valorização dos bens culturais. Nesse sentido, constitui não apenas um mecanismo de registro, mas um processo contínuo de interpretação e atualização das informações, fundamental para a formação de políticas públicas e para a gestão qualificada do patrimônio.

No item 3.2 – O entorno como instrumento de preservação do patrimônio cultural, discutem-se as transformações urbanas nas proximidades do templo e como elas contribuem ou comprometem a sua fruição. Ao longo dos séculos, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação destacou-se na paisagem urbana de Porto Calvo. Contudo, as

transformações recentes do espaço urbano têm colocado em risco sua visibilidade, leitura paisagística e integridade ambiental.

Nesse contexto, o entorno afirma-se como instrumento fundamental de preservação, exigindo planejamento urbano, definição de normas e diretrizes especificas que assegurem uma ambiência e relações visuais com o espaço circundante. Tal perspectiva demanda, ainda, a atuação articulada entre o poder público e a sociedade civil, a fim de garantir que o desenvolvimento urbano ocorra de forma equilibrada e harmoniosa, conciliando crescimento urbano e preservação patrimonial, assegurando a transmissão do monumento as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, o Decreto-lei nº 25, já previa a necessidade de proteção da vizinhança dos bens tombados, ao reconhecer que intervenções realizadas em seu entorno podem comprometer sua ambiência, a visibilidade e integridade do patrimônio cultural. Essas diretrizes consolidam na legislação brasileira as indicações da Carta de Restauração de Atenas, de 1931, sugerindo a adoção de cuidados especiais com as proximidades dos monumentos (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931).

Nessa perspectiva, no caso da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a análise do entorno revela-se essencial para compreender sua relevância histórica, urbana e simbólica. A delimitação e o controle do espaço circundante não apenas contribuem para a preservação da visibilidade e da ambiência do monumento, mas também asseguram a permanência das relações espaciais que estruturam sua presença na paisagem urbana.

Desse modo, o estudo do entorno como instrumento de preservação evidencia que a política patrimonial deve considerar o bem cultural em sua dimensão ampliada, integrando edificação, paisagem e memória coletiva como elementos indissociáveis da proteção cultural.

Por fim, o item 3.3 – Rerratificação do tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação aborda o procedimento administrativo de atualização e consolidação do ato de proteção patrimonial, evidenciando como os instrumentos legais dialogam com as transformações históricas, técnicas e conceituais que permeiam a gestão do patrimônio cultural. A análise demonstra que a preservação constitui um processo dinâmico, que demanda constante revisão documental e adequação normativa para assegurar a integridade a autenticidade e a permanência do bem ao longo do tempo.

Dessa forma, o capítulo reafirma que os instrumentos de conservação e preservação não são meros procedimentos burocráticos, mas mecanismos estruturantes da política

patrimonial, essenciais à garantia da memória, da identidade e da continuidade histórica dos bens culturais.

3.1 CONHECER PARA PRESERVAR: Educação Patrimonial e Inventários na valorização do Patrimônio Cultural.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na cidade de Porto Calvo, em Alagoas, apesar de seu reconhecimento institucional como bem de relevante valor histórico e cultural, revela a fragilidade – ou mesmo a ausência – de políticas locais contínuas voltadas à preservação patrimonial. Tal situação evidencia a necessidade de ações mais articuladas capazes de assegurar não apenas a conservação do monumento, mas também a valorização de seu entorno.

Nesse contexto, a preservação do patrimônio cultural deve resultar da atuação integrada entre diferentes instâncias institucionais e sociais. O poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, pode contribuir por meio da adoção de instrumentos de gestão e proteção, tais como a realização de inventários de bens culturais, a implementação de programas de educação patrimonial e a criação ou o fortalecimento de conselhos municipais de patrimônio cultural, instâncias que possibilitam a participação da sociedade nas decisões relacionadas à preservação e a gestão do patrimônio.

Além disso, a incorporação de diretrizes específicas de proteção ao patrimônio cultural no Plano Diretor Municipal constitui um importante mecanismo para integrar a preservação dos bens culturais às políticas de planejamento e ordenamento urbano da cidade. Paralelamente, a participação da sociedade civil revela-se fundamental nesse processo, uma vez que o reconhecimento do valor histórico e simbólico do patrimônio pela própria comunidade fortalece as iniciativas de preservação e contribui para a construção de uma gestão compartilhada do patrimônio cultural em âmbito local.

Dessa forma, a preservação da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, assim como de outros bens culturais de Porto Calvo, depende da articulação entre políticas públicas eficazes, instrumentos de gestão patrimonial e o engajamento ativo da comunidade na valorização, salvaguarda e proteção do seu patrimônio cultural.

A educação patrimonial configura-se como ferramenta estratégica para ampliar o reconhecimento social dos valores históricos, culturais e simbólicos associados ao bem

protegido. Em consonância com o que estabelece o artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a proteção do patrimônio cultural deve ocorrer com a participação da comunidade, o que pressupõe a existência de processos formativos contínuos e acessíveis a população. No contexto da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a implementação de ações educativas direcionadas às escolas, aos agentes culturais e à comunidade em geral pode fortalecer o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade, transformando a preservação em prática social compartilhada.

Segundo Oliveira (2014, p.5) a educação patrimonial constitui:

> [...] um instrumento essencial para qualificar e intermediar o diálogo entre Iphan, o poder público e a população e possa contribuir muito para que sejam estabelecidas parcerias que se reflitam na boa gestão do patrimônio local.

Ao tornar mais acessíveis os conceitos técnicos e os critérios de preservação, a educação patrimonial contribui para a redução de conflitos e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Nesse sentido, atua como instância de mediação entre os órgãos institucionais e a comunidade, qualificando o diálogo, promovendo a conscientização e estimulando a participação nos processos de preservação do patrimônio cultural.

Segundo Cecilia Londres (2012, p. 16) em seu artigo intitulado *O Patrimônio Cultural na formação de novas gerações*: algumas considerações, a autora afirma que:

> A meta que se deve ter em vista, portanto, é de despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de levá-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo.

A reflexão de Cecilia Londres (2012) evidencia que a educação patrimonial não se limite à transmissão de informações sobre os bens culturais, mas busca promover a apropriação consciente do patrimônio pela sociedade. Ao estimular o conhecimento e a convivência com esses bens, fortalece-se o vínculo entre indivíduo e patrimônio, ampliando sua valorização social e consolidando a preservação como patrimônio cultural integrada ao cotidiano coletivo.

Nesse sentido, a educação patrimonial contribui para a democratização do acesso ao conhecimento e para a formação de cidadãos mais críticos e participativos, uma vez que o educando deixa de ser mero receptor passivo para torna-se sujeito ativo na construção

de sentidos e na atribuição de valores a partir de sua relação com o bem tombado. Londres (2012, p. 17) ressalta ainda que:

> nada substitui o contato direto com o bem e a proposta de um novo olhar que não o habitual, ativando não apenas a visão, como o tato (a percepção da espessura das paredes e da textura dos materiais, por exemplo), a audição (o toque dos sinos em um centro histórico, os ruídos de uma floresta), o olfato (em um jardim, mas também em ambientes antigos), e até o paladar (quando se degustam sabores de outras épocas ou de outros contextos culturais).

Ao afirmar que “nada substitui o contato direto com o bem”, a autora valoriza a vivência concreta, corporal e multissensorial como condição fundamental para a construção de significados relacionados ao patrimônio cultural. Além disso, ao propor “um novo olhar que não o habitual”, que tende à naturalização e à indiferença que frequentemente marcam a relação cotidiana com o patrimônio. Esse “novo olhar” exige desaceleração e atenção capazes de promover uma experiência mais consciente, sensível e reflexiva diante do bem cultural.

Nessa perspectiva, a experiência sensorial possui o potencial de romper automatismos perceptivos e produzir estranhamento, condição essencial para que o patrimônio deixe de ser percebido como paisagem banalizada e passe a constituir-se como objeto de reflexão crítica, vivência atenta e experiência transformadora. Dessa forma, a Educação Patrimonial, contribui para a formação de uma sociedade mais consciente, crítica e participativa nos processos de preservação do patrimônio cultural.

Após compreender a importância da educação patrimonial como instrumento de sensibilização, formação e aproximação das comunidades com seus bens culturais, torna-se necessário avançar para os mecanismos práticos de identificação e registro desses bens. Nesse contexto, o inventário apresenta-se como uma ferramenta fundamental para a preservação do patrimônio ao possibilitar o reconhecimento, a documentação e a sistematização de informações acerca dos diferentes elementos que compõem o acervo cultural. Assim, este subcapítulo passa a abordar, inicialmente, o inventário de bens móveis e integrados, destacando sua relevância para a identificação, proteção e salvaguarda desses elementos no interior dos espaços patrimoniais. Em seguida, discute-se o inventário participativo, entendido como uma metodologia que amplia o processo de inventariação ao incorporar a participação das comunidades na identificação e valorização de seus referenciais culturais.

Os inventários estão diretamente associados ao patrimônio cultural como instrumento de identificação e gestão dos bens culturais, integrando um processo mais amplo, que articula documentação, participação social e formulação de políticas públicas efetivas de preservação, conforme definido no Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural (2013).

A Carta de Atenas, de 1931, em seu inciso VII, já destacava a utilidade e a relevância do inventário, como instrumento de preservação, ao recomendar a elaboração de registros sistemáticos dos monumentos históricos como forma de subsidiar sua conservação e promover a cooperação internacional na proteção do patrimônio cultural:

> VII – A Conservação dos monumentos e a colaboração internacional:
>
> [...]; c) Utilidade de uma documentação Internacional. A conferência emite o voto de que:
>
> 1º Cada Estado, ou instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e de informações;
>
> 2º Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos;
>
> 3º Cada Estado deposite no Escritório Nacional de Museus suas publicações;
>
> 4º O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos;
>
> 5º O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216, estabelece a definição e os mecanismos de salvaguarda dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro. Nesse dispositivo o inciso V, parágrafo 1º, reconhece que:

> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
>
> § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Desse modo, o artigo 216, destaca-se por sua importância na definição e proteção do patrimônio cultural, ao orientar processos de identificação, documentação, registro e planejamento de ações voltadas à conservação e preservação dos bens culturais para as futuras gerações. Configura-se, assim, como elemento estruturante da cidadania e da memória social, ao atribuir ao patrimônio cultural status constitucional e integrá-lo ao projeto democrático inaugurado pela Constituição de 1988.

Para Lia Motta e Maria Beatriz Rezende (s.d., p. 2), os inventários:

> Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural.

As autoras destacam os inventários como instrumentos fundamentais na construção do reconhecimento do patrimônio cultural. Ao enfatizarem sua função na coleta e sistematização de informações segundo padrões previamente definidos, evidenciam seu caráter metodológico e científico, voltado à produção de um saber estruturado, passível de análise e classificação. Dessa forma, o inventário não se limita a um procedimento técnico, mas configura-se como etapa estratégica no processo de identificação e legitimação dos bens culturais.

O texto ressalta, ainda, a importância e a atualidade dos inventários ao afirmar que continuam a desempenhar papel central na “identificação, valorização e proteção dos bens” culturais. Nesse sentido, não se restringem a um registro meramente descritivo, mas configuram-se como instrumentos estratégicos de reconhecimento institucional e social do patrimônio cultural, contribuindo para a legitimação de sua relevância histórica, simbólica e cultural.

No caso da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, localizada em Porto Calvo, Alagoas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou, no ano de 2004, o Inventário de Bens Móveis e Integrados da Igreja, instrumento que possibilitou o registro sistemático e a consolidação de medidas voltadas à preservação e à salvaguarda dos elementos que compõem seu acervo. Dessa forma, evidencia-se a articulação entre o ato jurídico do tombamento e o inventário como ferramenta técnica complementar, reafirmando uma proteção patrimonial ampliada, que abrange não apenas a edificação, mas também os bens móveis e integrados que lhe conferem significado histórico, artístico e simbólico.

No que se refere aos bens integrados, Lygia M. Costa (1987, p. 146) esclarece que assim são denominados aqueles elementos que:

> [...] pelo fato de, por origem, integrarem-se ao corpo de uma arquitetura de tal forma que seu deslocamento provoca extração, violentação contra essa ligação íntima (pinturas de forro ou murais, retábulos ou fragmentos de talha, nichos embutidos, lavabos, painéis de azulejos etc.).

Ao enfatizar que tais bens se integram, desde a origem, ao corpo arquitetônico, a autora ressalta que a remoção desses elementos não se configura apenas como uma intervenção física, mas como uma ruptura material e simbólica, caracterizada pela violação do vínculo indissociável que mantêm com a arquitetura que os abriga.

Dentre os bens integrados à Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, se destaca o retábulo entalhado em madeira (Figura 89), elemento de significativa relevância histórica, artística e simbólica. Sua remoção, ou mesmo a extração parcial de seus componentes, acarretaria não apenas danos físicos à estrutura do bem, mas também prejuízos históricos e simbólicos de caráter irreparável ao patrimônio cultural, repercutindo diretamente na memória coletiva e no sentimento de pertencimento da população da cidade de Porto Calvo. Conforme o Inventário dos Bens Móveis e Integrados realizado pelo Iphan em 2004, o referido retábulo é classificado como mobiliário datado do século XVII, fato que reforça sua excepcionalidade e a necessidade de sua preservação integral.

Figura 89: Retábulo



Fonte: O Autor (2025).

Segundo o *Guia de Identificação de Arte Sacra* (IPHAN, 2012), o retábulo da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, apresenta sete dos treze elementos característicos do estilo rococó elencados no referido documento. Sua composição ornamental caracteriza-se pela ausência de "decoração zoomorfa e escassez de elementos antropomorfos" e segundo relato da população mais antiga, ele era originalmente revestido por douramento. Em sua estrutura observa-se "maior uso de elementos arquitetônicos do que escultóricos", verifica-se o "Abandono completo da decoração antropomorfa de sustentação das colunas", enquanto em seu corpo, destaca-se o "uso de colunas de fuste reto", características associadas à linguagem formal do rococó religioso.

O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, referente aos estados de Sergipe e Alagoas, encontra-se localizado no acervo do IPHAN do Rio de Janeiro[29], sob a identificação de Módulo III, Volume 20, abrangendo os municípios de Porto Calvo, Anadia e Maceió.

Trata-se de documento técnico elaborado por equipe multidisciplinar composta por especialistas da área[30] do patrimônio cultural, vinculados ao Iphan, Superintendência de Alagoas, no âmbito das atividades de Inventário e documentação patrimonial desenvolvidas pela Instituição, contando com o patrocínio do Projeto Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social.

A partir da consulta e análise desse inventário, no âmbito da presente pesquisa, procede-se, inicialmente, ao exame da planta baixa térrea apresentada no documento

[29] Nos arquivos do Iphan em Alagoas, constatei a presença das mesmas plantas baixas anteriormente consultada no acervo do IPHAN no Rio de Janeiro, não sendo identificadas atualizações ou acréscimos em relação ao material já analisado. Tal constatação indica a correspondência documental entre os acervos institucionais, evidenciando que o conjunto técnico disponível em Alagoas reproduz o material arquivado na sede nacional.

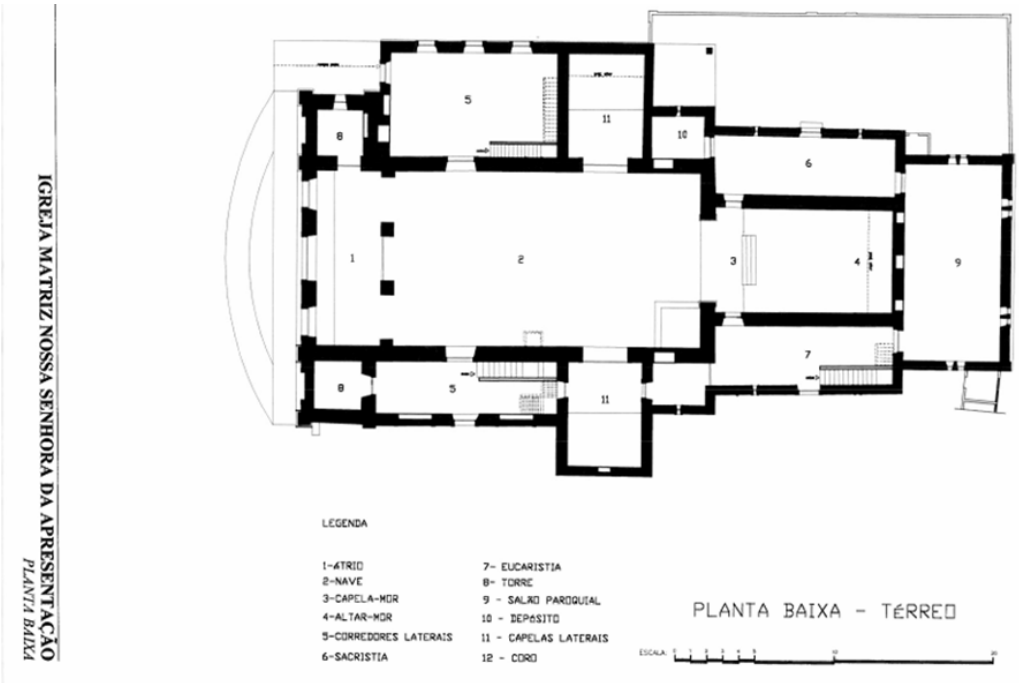
[30] **Execução do Inventário:** IPHAN – 8' SR SE/AL. Eliane Maria Silveira Fonseca Carvalho – Superintendente Regional, Arabela Rollemberg Arquitetura e Engenharia LTDA. **Coordenação do Projeto:** Marta Maria Silva Chagas – IPHAN, **Apoio à Coordenação de Campo:** Josefa Maria de Menezes Acioly – IPHAN, **Revisão:** Osvaldo Gouveia Ribeiro – Consultoria (ourivesaria, imaginária, paramentos, pintura, etc), Maria de Fátima Magalhães Guimarães – Consultoria (bens integrados, mobiliário). **Trabalho e Pesquisa de Campo:** Cláudia Maria Guanais Aguiar Fausto – Restauradora, Edildéa Guimarães de Santana – Museóloga, Jorma Souza Santos Cunha – Museóloga, Venícia Celi de Souza Rodomar – Estagiária IPHAN, Patrícia Campos Antonino – Estagiária, Mayra Thawana da Silva Santos – Estagiária IPHAN, Licia Emmanuela de Menezes Acioly – Estagiária. **Pesquisa Histórica:** Helena de Fátima Passos Cavalcanti – Historiadora, Carmem Lúcia Dantas – Revisão Histórica. **Informatização:** Susana Maria Andrade Oliveira – Digitação. Fotografia: Marcel Nauer Produções Fotográficas e Paisagísticas Ltda. **Apoio Administrativo:** Vânia Lucia Silva Santos – IPHAN, Marlene Alves de Andrade – IPHAN. **Arte Final / Capa:** Marta Maria Silva Chagas – IPHAN, Lígia Alves Lunguinho Santos – IPHAN. **Revisão / Brochura:** Marta Maria Silva Chagas – IPHAN, Josefa Maria de Menezes Acioly – IPHAN.

(Figura 90), com a descrição e problematização dos elementos nela identificados, bem como das inconsistências observadas.

Em seguida, apresenta-se a planta original correspondente, localizada no arquivo do IPHAN/PE (Figura 91), com o objetivo de possibilitar a confrontação direta entre o registro documental constante no inventário e a configuração arquitetônica efetiva do edifício, permitindo verificar permanências, alterações e eventuais divergências na documentação técnica produzida.

O mesmo procedimento metodológico é adotado em relação à planta do pavimento superior. Analisa-se, primeiramente, a versão constante na documentação do Inventário (Figura 92) e, posteriormente, a planta original correspondente, localizada no arquivo do IPHAN/PE (Figura 93). Essa abordagem comparativa permite evidenciar divergências e eventuais equívocos presentes no Inventário, contribuindo para uma leitura crítica e documental fundamentada do conjunto analisado, bem como para a compreensão mais apurada da configuração arquitetônica do edifício.

Figura 90: Planta baixa térrea apresentada no inventário (2004)

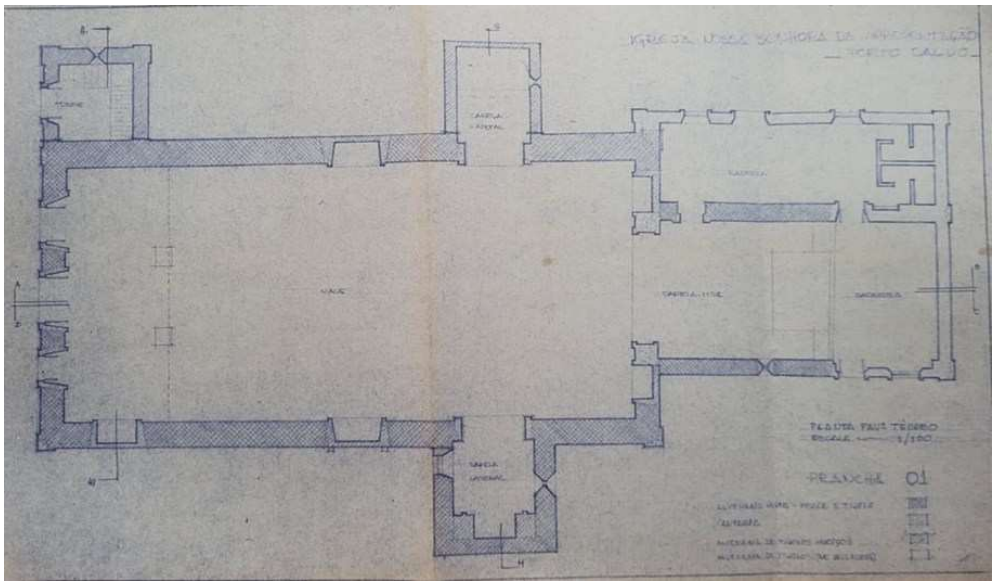


Fonte: Arquivo do Iphan Rio de Janeiro.

Na planta baixa térrea apresentada no inventário, conforme se observa na figura acima, foram incorporados elementos como duas torres sineiras, salão paroquial, depósito e espaço destinado à Eucaristia, os quais não constam na planta original da Igreja de Nossa

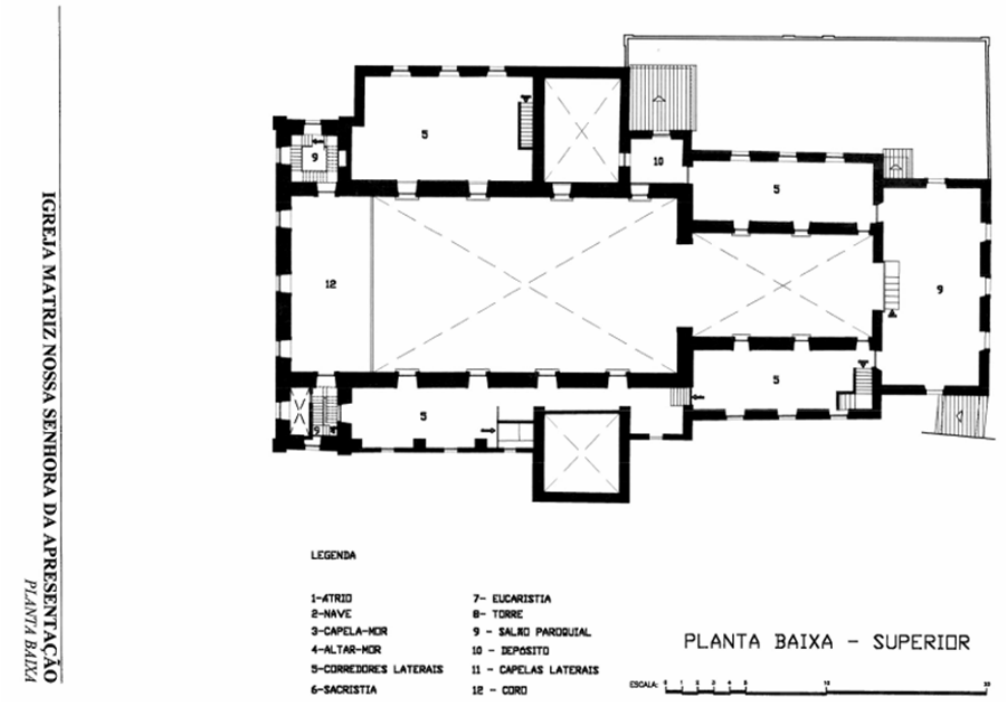
Senhora da Apresentação, localizada no município de Porto Calvo, apresentada na figura abaixo. Tal divergência evidencia a presença de acréscimos ou interpretações indevidas no registro inventarial, resultando em uma representação que se distancia da configuração arquitetônica originalmente concebida para o edifício religioso.

Figura 91: Planta baixa térrea (arquivo Iphan/PE)



Fonte: Arquivo do IPHAN/PE (PCH 1).

Figura 92: Planta baixa superior apresentada no inventário (2004)

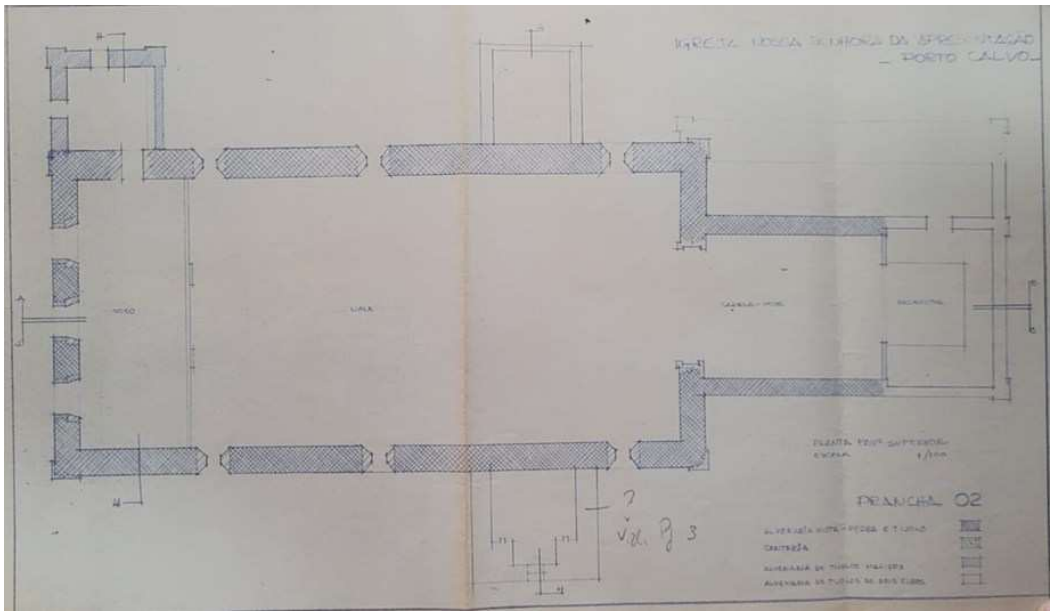


Fonte: Arquivo do Iphan Rio de Janeiro/Alagoas.

Na planta baixa do pavimento superior apresentada no inventário, conforme se observa na figura acima, foram incorporados elementos como corredores laterais e um salão paroquial, inexistente na planta original da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, situada no município de Porto Calvo, em Alagoas, apresentada na figura abaixo.

Essa discrepância reforça a existência de incongruências no registro inventarial, evidenciando a necessidade de revisão crítica da documentação à luz das fontes primárias e dos desenhos originais do edifício.

Figura 93: Planta baixa superior (arquivo Iphan/PE)



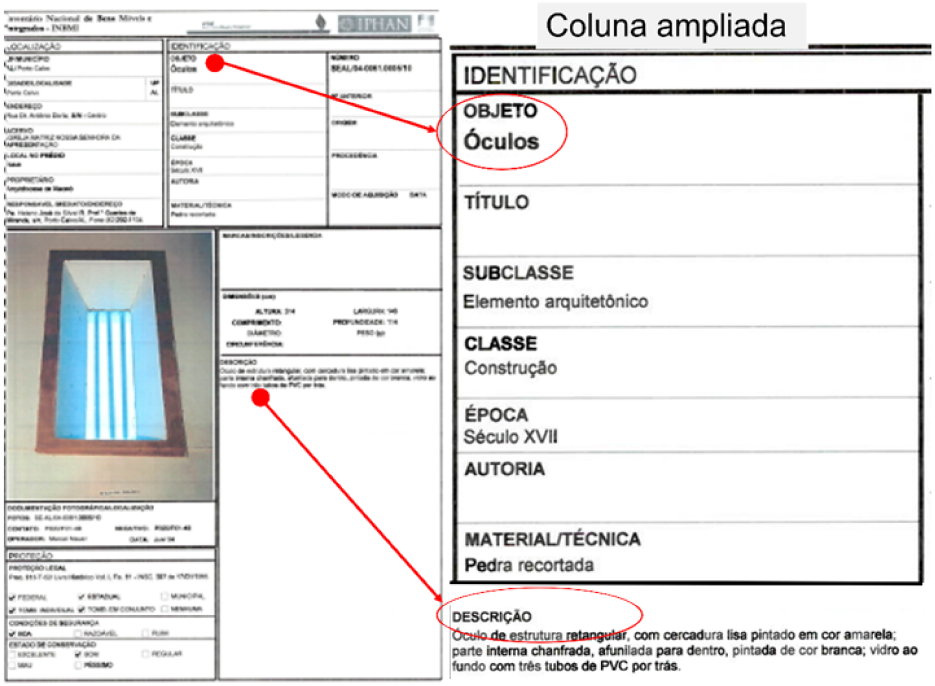
Fonte: Arquivo do IPHAN/PE (PCH 1).

No Inventário, observa-se uma inconsistência na identificação do elemento descrito como “Óculos” (Figura 94) (SE-AL/04-0061.0005/10, DATA: jun./04). A ficha apresenta a característica de uma abertura em estrutura retangular, com cercadura lisa pintada em amarelo, parte interna chanfrada e afunilada em direção ao interior, pintada de branco, além de fechamento em vidro ao fundo, e da presença posterior de três tubos de PVC. Contudo, sob o ponto de vista tipológico e funcional, tal elemento não corresponde a um óculo, mas sim a uma seteira, uma vez que suas características formais e construtivas indicam uma abertura estreita e profunda, concebida originalmente para ventilação, iluminação e, em determinados contextos históricos, defesa, distinguindo-se claramente da configuração circular ou oval típicas dos óculos arquitetônicos.

O equívoco terminológico compromete a precisão técnica do inventário, uma vez que a correta identificação dos elementos arquitetônicos constitui condição fundamental para a

adequada interpretação histórica e construtiva do bem, evidenciando a necessidade de revisão crítica da documentação a fim de assegurar maior rigor conceitual e metodológico na análise do registro do patrimônio.

Figura 94: Ficha catalográfica de monumento - Seteira



Fonte: Arquivo do IPHAN/RJ.

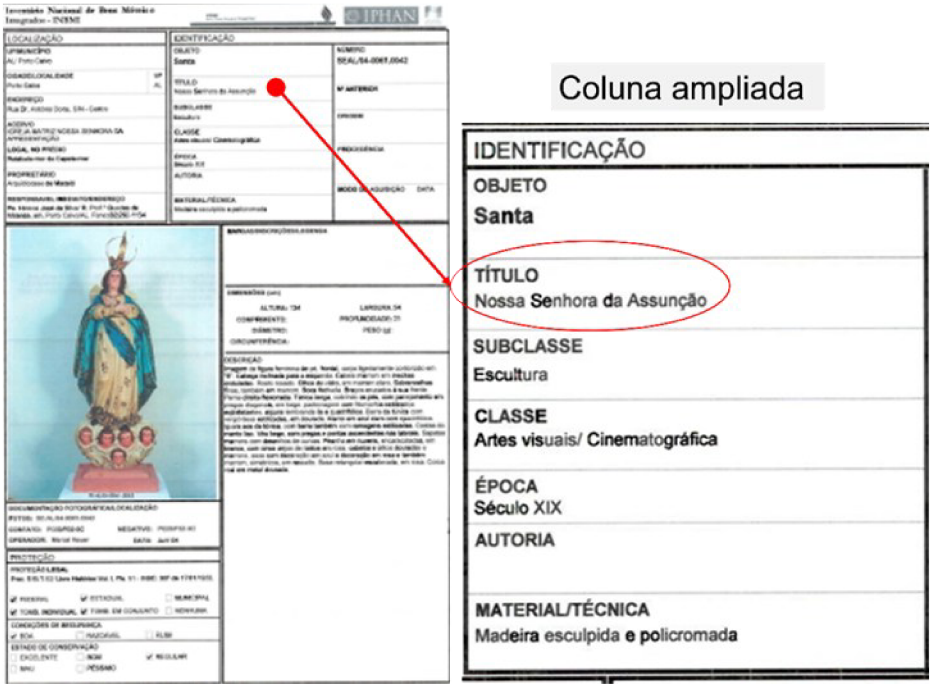
Outro equívoco identificado no inventário refere-se à incorreta identificação iconográfica da imagem sacra (FOTO SE-AL/04-0061.0042, DATA: jun./04). A equipe responsável pelo documento descreve a escultura como representação de Nossa Senhora da Assunção; contudo, trata-se, na realidade, da imagem de Nossa Senhora da Apresentação (Figura 95), figura titular do templo e padroeira do município de Porto Calvo.

Tal imprecisão compromete a adequada leitura simbólica, litúrgica e devocional do bem, considerando que cada invocação mariana, como Nossa Senhora da Assunção e Nossa Senhora da Apresentação, possui atributos iconográficos, significados teológicos e contextos históricos específicos. A identificação incorreta, portanto, não constitui mero detalhe nominal, mas uma falha que interfere diretamente na compreensão histórica, artística e cultural da obra.

Esse equívoco reforça a necessidade de revisão criteriosa do inventário, sobretudo no que concerne à identificação iconográfica dos bens móveis e integrados, a fim de

assegura maior rigor técnico, fidelidade histórica e consistência patrimonial à documentação produzida.

Figura 95: Ficha catalográfica de monumento - N.S. da Apresentação



Fonte: Arquivo do IPHAN/RJ.

Outra falha identificada refere-se à descrição do sino (FOTO: SE-AL/04-0061.0052, DATA: jun./04) apresentada no inventário, a qual não corresponde ao exemplar (Figura 96) efetivamente instalado na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, localizada no município de Porto Calvo.

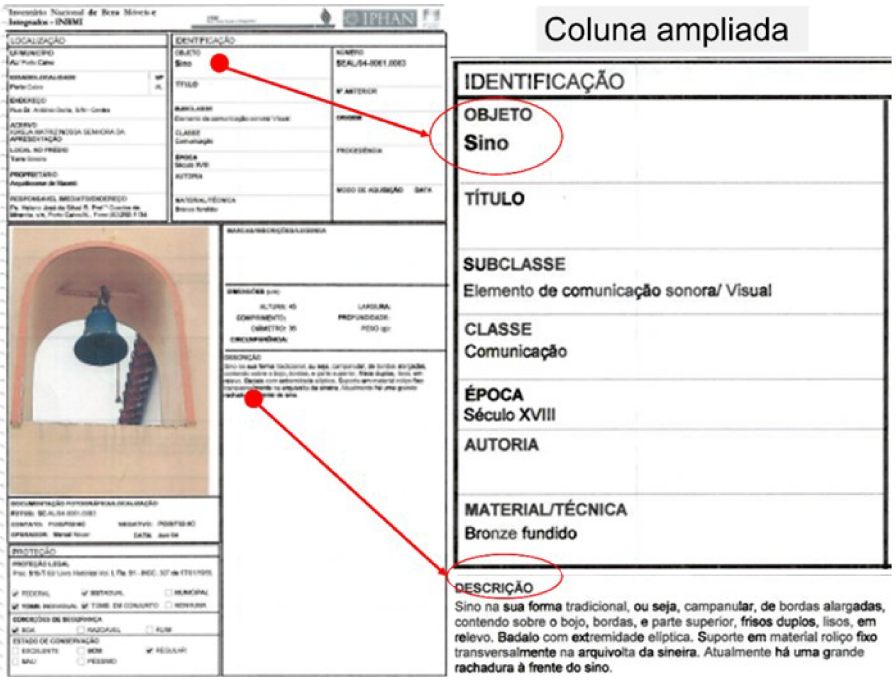
A divergência entre o bem descrito na documentação e o elemento existente *in loco* evidencia uma imprecisão técnica que compromete a confiabilidade do inventário. Tal inconsistência reforça a necessidade de confrontação sistemática entre as informações registradas, a observação direta do objeto e a documentação fotográfica atualizada, como procedimento metodológico indispensável à garantia de rigor, precisão e fidelidade patrimonial.

Observou-se, ainda, que a imagem fotográfica (SE-AL/04-0061.0083, Data: jun./04) atribuída à torre sineira no inventário não corresponde à torre da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, configurando mais uma inconsistência na documentação analisada.

Tal equívoco iconográfico reforça as fragilidades identificadas no inventário, evidenciando falhas na correspondência entre o registro visual e o bem efetivamente

documentado, o que compromete a fidedignidade do conjunto documental e demanda revisão técnica criteriosa.

Figura 96: Ficha catalográfica de monumento - Torre sineira

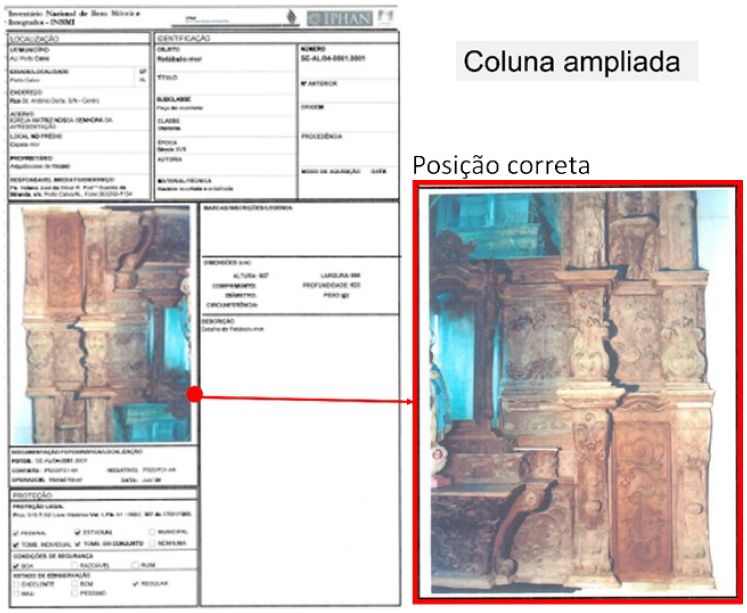


Fonte: Arquivo do IPHAN/RJ.

Observa-se, igualmente, que em determinadas imagens fotográficas constantes no inventário encontram-se apresentadas de forma invertida (Figura 97), o que dificulta a correta identificação dos elementos arquitetônicos representados.

Tal ocorrência evidencia falhas na organização, edição e revisão do material iconográfico, comprometendo a clareza da documentação e reforçando a necessidade de tratamento técnico mais rigoroso na sistematização e validação das informações visuais que compõe o inventário.

Figura 97: Ficha catalográfica de monumento - Retábulo



Fonte: Arquivo do IPHAN/RJ.

As inconsistências aqui sistematizadas comprometem a precisão histórica, arquitetônica e simbólica do inventário, na medida em que afetam diretamente a correta identificação dos bens e a adequada interpretação de seus valores culturais. As inconsistências verificadas na documentação podem ser decorrentes do levantamento de diferentes bens culturais em sequência, realizado por equipe que não é familiarizada com eles. Muitos dados, levantados em curto espaço de tempo e sistematizados a distância podem gerar esse tipo de equívoco.

Tal situação reforça a importância da confrontação sistemática entre a documentação escrita, os registros iconográficos e ou levantamento de campo, bem como da revisão crítica dos inventários patrimoniais, especialmente quando estes constituem a base para ações de preservação, restauração e gestão do patrimônio cultural. Nesse sentido, a participação ativa da comunidade local no processo de identificação, reconhecimento e atribuição de valores ao seu próprio patrimônio cultural, por meio do inventário participativo, contribui para a construção de uma documentação mais consistente, representativa e assertiva, capaz de subsidiar de forma mais adequada as ações de gestão, conservação e preservação do bem cultural.

Segundo Motta e Rezende (s.d., pp. 6-7), o inventário:

> [...] é até os dias de hoje considerado um instrumento a serviço de um saber científico, embora esteja claro que não se trata de um instrumento neutro, como, de resto, nenhum conhecimento o é. Mas, a atitude de inventariar objetiva produzir o conhecimento dentro de recortes e critérios explicitados em um método, em

> procedimentos ou, pelo menos, em premissas.

Já o Inventário Participativo constitui uma das estratégias desenvolvidas pelo Iphan no campo da Educação Patrimonial, destacando-se por seu caráter inclusivo e dialógico. Nessa abordagem, as comunidades locais assumem papel central no processo de identificação, descrição e classificação dos bens culturais considerados significativos para suas memórias e identidades. Dessa forma, o inventário participativo busca ampliar a compreensão sobre o patrimônio cultural brasileiro e fortalecer as práticas de sua preservação, ao promover o engajamento ativo da sociedade na valorização e no reconhecimento de seus próprios referenciais culturais. (Educação Patrimonial: Inventários Participativos: manual de aplicação, 2025).

A proposta de realização de um inventário participativo do patrimônio cultural da cidade de Porto Calvo, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, suscita reflexões relevantes acerca de suas possíveis contribuições para a preservação do bem cultural. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar de que maneira a participação da comunidade pode ser incorporada ao processo de identificação dos valores atribuídos ao templo, assegurando que diferentes grupos sociais disponham de espaço para expressar suas memórias e percepções sobre o patrimônio. Além disso, é necessário refletir sobre quais metodologias podem favorecer uma construção efetivamente dialógica entre o conhecimento técnico especializado e os saberes locais, em consonância com as diretrizes da educação patrimonial propostas pelo Iphan. Dessa forma, o inventário participativo apresenta potencial para ampliar a compreensão sobre os significados culturais associados à igreja, contribuindo não apenas para o registro de seus aspectos materiais e simbólicos, mas também para o fortalecimento do vínculo entre a comunidade e as ações de preservação do patrimônio cultural.

Segundo a publicação do Iphan intitulada *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*: manual de aplicação (2025, pp.11 e 12).

> [...] considera as comunidades como protagonistas para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como referência cultural, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu Patrimônio Cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do Patrimônio Cultural aos entendimentos de elementos como território e convívio, com possibilidades constantes de aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida.

Ao atribuir às comunidades o papel de “protagonista” no processo de “inventariar, descrever, classificar e definir” aquilo que reconhecem como referência cultural, o inventário deixa de constituir apenas um instrumento técnico de registro para assumir também uma dimensão pedagógica e formativa. Nessa perspectiva, torna-se capaz de promover processos de aprendizado coletivo, evidenciando que o patrimônio está profundamente relacionado às práticas cotidianas e às relações sociais estabelecidas em determinado espaço. Assim, a preservação passa a vincula-se não apenas à proteção material dos bens culturais, mas também ao fortalecimento das identidades locais e à ampliação da participação democrática na gestão do patrimônio cultural. O referido Manual (IPHAN, 2025, p. 19), destaca ainda que:

> O Patrimônio Cultural [...]. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo ou comunidade se identificam.

Assim, o valor patrimonial não reside exclusivamente nas características físicas do bem, mas também na identificação e no reconhecimento coletivo que diferentes indivíduos atribuem a ele. Essa compreensão amplia o debate sobre preservação, ao evidenciar que o patrimônio está intrinsecamente ligado às experiências, às memórias e aos sentidos socialmente construídos, reforçando a importância da participação das comunidades na definição e valorização de seus próprios referenciais culturais. Nesse sentido, conforme destaca o manual *Educação Patrimonial*: Inventários Participativos: manual de aplicação. (IPHAN, 2025, p. 19): “O Patrimônio Cultural faz parte da vida das pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê”, evidenciando que os vínculos patrimoniais ultrapassam a dimensão material e se manifestam no campo das vivências, afetos e pertencimentos coletivos.

A adoção do Inventário Participativo na cidade de Porto Calvo apresenta-se como estratégia relevante para a promoção da conscientização e da sensibilização da comunidade em relação à importância do patrimônio cultural local, favorecendo o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da identidade cultural. Ao envolver os moradores nos processos de identificação, reconhecimento e valorização dos bens culturais, essa abordagem contribui para a construção de vínculos mais significativos entre a população e seu patrimônio, estimulando a corresponsabilidade social na preservação da memória coletiva e na salvaguarda dos referenciais culturais do munícipio.

Ao capacitar os participantes para que assumam o protagonismo no reconhecimento, na valorização e na gestão do seu próprio patrimônio, o inventário participativo estimular a cooperação, o diálogo e a construção de narrativas coletivas sobre a história e a cultura local. Além disso, pode subsidiar a formação de Políticas de Preservação, servindo de base para ações de proteção e salvaguarda conduzidas pelo IPHAN ou por órgãos municipais e estaduais responsáveis pela gestão do patrimônio cultural. Dessa forma, ao promover a Educação Patrimonial, o processo de inventário deixa de ser apenas um procedimento técnico de registro e passa a configurar-se como uma ação cultural contínua, capaz de transforma a relação da comunidade com o seu patrimônio.

Ao fomentar processos formativos que ampliem o acesso à informação, à memória coletiva e aos instrumentos legais de salvaguarda, a educação patrimonial contribui para qualificar a atuação dos representantes da sociedade civil nos conselhos de patrimônio cultural, fortalecendo esses espaços como instâncias efetivas de gestão democrática.

Nesse contexto, a articulação entre educação patrimonial, inventários participativos e a atuação dos conselhos municipais de patrimônio cultural revela-se fundamental para a consolidação de uma política de preservação mais democrática e eficaz, ao promover o acesso ao conhecimento, estimular a participação social e reconhecer os saberes locais como parte integrante dos processos de identificação e valorização dos bens culturais. Tais estratégias contribuem para aproximar a comunidade das ações de preservação, transformando-a em agente ativo na gestão do patrimônio. No caso da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, esses instrumentos apresentam significativo potencial para fortalecer o vínculo entre sociedade e patrimônio, ampliando a consciência coletiva acerca de sua importância histórica, cultural e simbólica. Assim, a preservação deixa de ser compreendida apenas como atribuição institucional e passa a constituir um compromisso compartilhado, no qual conhecimento, participação e pertencimento se articulam como bases para a salvaguarda e valorização contínua do patrimônio cultural local.

Ao integrar saber científico, participação social e reconhecimento coletivo, tais instrumentos ampliam a compreensão do patrimônio como experiência viva e socialmente construída, fortalecendo vínculos de pertencimento e consolidando bases mais sustentáveis para sua proteção e valorização contínua.

3.2 O Entorno como Instrumento de Preservação do Patrimônio Cultural.

O conceito de entorno constitui, na contemporaneidade, um dos elementos centrais das políticas de preservação do Patrimônio Cultural, ao ampliar a compreensão do bem protegido para além de seus limites físicos imediatos. Nesse sentido, a salvaguarda patrimonial passa a considerar não apenas a integridade material da edificação histórica, mas também, as relações espaciais, paisagísticas, simbólicas e sociais que lhe confere significado. O entorno, portanto, assume função estratégica como instrumento de preservação, uma vez que condiciona a percepção, a ambiência e a permanência dos valores culturais associados ao bem tombado. No caso da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em Porto Calvo/AL, a análise do entorno revela-se fundamental para compreender os processos de transformação urbana, as pressões contemporâneas sobre o sítio histórico e os desafios relacionados à manutenção de sua autenticidade e legibilidade histórica, evidenciando a necessidade de instrumentos de gestão capazes de articular preservação patrimonial e dinâmica urbana.

A área envoltória da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, será analisada à luz do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e regulamenta os efeitos do tombamento, bem como na Constituição Federal de 1988, que estabelece como dever do poder público a proteção dos bens de valor cultural, histórico e artístico, tornando-se essencial para que o tombamento cumpra sua função de salvaguarda. Nesse contexto, a proteção do entorno desempenha papel crucial para assegurar a preservação da ambiência e a visibilidade do edifício ou do conjunto urbano dotado de valor cultural. Conforme destaca Mariana Kimie da Silva Nito, “Trata-se de um conceito referente à área que circunda o bem tombado, estando sujeita a restrições de uso e ocupação, efetivando a preservação pela relação do bem com seu espaço imediato” (Nito, 2019, p. 139).

Nesse entendimento, o entorno atua como extensão do próprio bem patrimonial, uma vez que é por meio dele que se preservam a ambiência e a visibilidade necessárias à plena compreensão de seus valores culturais. Assim, as limitações impostas ao uso e à ocupação do espaço circundante não se caracterizam meras medidas administrativas, mas como instrumentos fundamentais para garantir a integridade do significado histórico, simbólico e cultural do bem em seu contexto urbano e territorial.

3.2.1 A CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Lia Motta e Analucia Thompson, em sua obra que trata do entorno de bens tombados, destacam que a Carta de Veneza, fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos de 1964, pode ser considerada “como um marco para a preservação das áreas envoltórias dos monumentos, tornando-se referência para a atuação dos órgãos de preservação no Brasil por um longo período” (Motta; Thonpson, 2010, p. 19). Porém, mesmo antes da Carta de 1964, outros documentos internacionais já se debruçaram sobre o tema da ambiência e vizinhança dos bens tombados. Dentre eles, destaca-se a Carta de Atenas, de 1931, resultante da Conferência do Escritório Internacional de Museus, da Sociedade das Nações. Nesse documento, em seu item III – A valorização dos Monumentos, ao abordar o entorno, a Carta de Atenas de 1931, descreve que:

> A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais.
>
> Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas.
>
> Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar a caráter antigo.
>
> Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou nas proximidades do monumento, de arte ou de história (IPHAN, 2004, p. 2).

Seguindo as prescrições estabelecidas pelas cartas patrimoniais e pelos documentos institucionais internacionais de salvaguarda, o Brasil incorporou em sua própria legislação a preocupação com a proteção da vizinhança dos bens tombados. As normas e diretrizes relativas à preservação do entorno dos bens considerados patrimônio cultural passaram, assim, a estabelecem critérios para uso e a ocupação do solo urbano, incluindo limitações quanto ao gabarito das edificações situadas no perímetro de proteção estabelecido pelo órgão competente. Nesse sentido, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, em seu artigo 18, reafirma princípios já apontados pela Carta de Atenas de 1931, indicando que é vedada a realização de construções nas imediações capazes de comprometer a visibilidade ou a ambiência dos bens tombados, evidenciando a preocupação em preservar não apenas

o objeto material, mas também o contexto paisagístico e urbano que lhe confere significado histórico e cultural:

> Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (BRASIL, 1937).

Nesse sentido, o artigo 18 do Decreto-Lei nº 25/1937, estabelece não apenas a proteção do bem cultural, mas também do seu entorno, ao limitar as modificações na paisagem urbana, tendo em vista o fortalecimento da preservação do patrimônio cultural. Como observa Sonia Rabello (2009, p. 123), esse dispositivo “conferiu ao órgão do patrimônio histórico o poder discricionário de autorizar obras, objetos, cartazes na vizinhança do bem tombado visando à sua ambiência”. Tal prerrogativa permitindo ao órgão competente avaliar cada situação de forma técnica e fundamentada, assegurando que as decisões considerem não apenas aspectos materiais, mas também os valores simbólicos, paisagísticos e culturais associados ao bem protegido.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 23, incisos III e IV, estabelece que:

> III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
> IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. (Brasil, 1988, art. 23, inciso III e IV).

Dessa forma, a Constituição amplia o alcance das políticas de preservação ao atribuir responsabilidade conjunta ao poder público, reforçando a necessidade de ações articuladas e de instrumentos de gestão capazes de assegurar a integridade material e simbólica dos bens culturais e de seus contextos de inserção.

Nesse sentido, a competência executiva dos Estados e dos Municípios na proteção do patrimônio cultural revela-se fundamental para a conservação do bem e seu entorno imediato, observadas as normas gerais estabelecidas em âmbito federal. A Constituição Federal de 1988 consolidou a preservação dos bens culturais como responsabilidade compartilhada entre os entes federativos, atribuído ao Município papel estratégico na gestão do patrimônio local. Conforme dispõe o artigo 30, inciso IX, compete ao poder público municipal “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a

legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual" (Brasil, 1988). Tal competência materializa-se, principalmente, por meio das políticas de planejamento urbano, cujas diretrizes devem ser formuladas em consonância com a política de preservação cultural, integrando instrumentos como plano diretor, o ordenamento do uso e ocupação do solo e os mecanismos de controle do entorno, de modo a assegurar a proteção integrada dos bens culturais em sua dimensão territorial e paisagística.

Motta e Thompson (2010, p. 64), porém, esclarecem que a relação dos órgãos de preservação do patrimônio e o poder público Municipal nem sempre ocorre de forma harmoniosa, sendo frequentemente marcada por tensões e conflitos institucionais, especialmente no que se refere à incorporação efetiva das diretrizes de preservação ao planejamento urbano. Segundo os autores:

> Existe, por um lado, uma grande dificuldade de concretização desse ideal [de um planejamento da cidade que levasse em consideração medidas de preservação] na medida em que as Prefeituras, não querendo arcar com os ônus políticos da preservação, ignoram a existência de bens tombados, transferindo essa responsabilidade ao órgão federal;
>
> A questão mais grave se dá na medida em que a mudança de governo municipal implica facilmente mudança de leis, ou até do empenho em fazer com que sejam aplicadas.

A análise evidencia que a efetividade das políticas de preservação depende não apenas da existência de instrumentos legais, mas também do comprometimento político e administrativo dos gestores locais. A descontinuidade administrativa e a fragilidade institucional municipal podem comprometer a aplicação das normas de proteção, sobretudo no que diz respeito ao controle do entorno dos bens tombados, revelando a necessidade de políticas públicas estáveis e integradas entre os diferentes níveis de governo.

Essa dificuldade se revela também no caso de Porto Calvo, onde a atuação dos órgãos municipais nem sempre se mostra alinhada às diretrizes estabelecidas pelo IPHAN no que se refere à proteção da área envoltória da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. A ausência de instrumentos específicos de planejamento urbano, alinhados à carência de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural na esfera municipal, contribui para a fragilização da ambiência histórica e compromete a efetividade das medidas de proteção prevista na Legislação Federal. A Lei Orgânica do Município de Porto Calvo, ao tratar da Competência Municipal, em seu Título II, artigo 7º, no item IX, estabelece que compete ao Município "promover a proteção do patrimônio histórico, cultural,

artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual" (PORTO CALVO, s.d., p.4).

Entretanto, embora a legislação municipal reproduza, em grande medida, os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, observa-se uma lacuna entre o dispositivo legal e sua efetiva aplicação. A gestão Municipal demostra atuação limitada na fiscalização do desenvolvimento urbano no entorno da edificação religiosa, o que tem resultado em intervenções que comprometem a visibilidade e, consequentemente, a fruição do patrimônio cultural. Ao longo dos anos, diversas edificações foram reformadas ou construídas, não apenas no entorno imediato da igreja, mas também em áreas mais distantes de sua inserção urbana, sem a realização de avaliações sistemáticas dos impactos produzidos sobre a ambiência histórica e a leitura paisagística da Matriz, evidenciando a fragilidade da gestão integrada entre preservação patrimonial e ordenamento urbano.

As diretrizes relativas à delimitação das áreas de entorno do bem tombado apresentam distintas abordagens normativas. Conforme observa Rabello (2009, p. 123), algumas "legislações estrangeiras e de alguns Estados membros nacionais que optaram por adotar os critérios objetivos da distância – por exemplo, considerando como vizinhos os imóveis situados num raio de 500 metros ao redor de um bem tombado" como diretriz para as áreas de entorno. No entanto, observa-se que tais critérios de delimitação da área do entorno de bens tombados, não têm conseguido estabelecer normas e diretrizes plenamente aplicáveis a todas as realidades urbanas e arquitetônicas das cidades contemporâneas. Isso ocorre porque os critérios adotados não contemplam as especificidades históricas, morfológicas, topográficas e paisagísticas de cada entorno, evidenciando a limitação de soluções padronizadas para uma questão que exige análise contextualizada e sensível às particularidades locais.

Se tomarmos como referência a Legislação Estadual vigente no Estado de São Paulo, conforme aponta Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (s.d., p. 42), observa-se que o artigo 137 do Decreto 13.426/79 que regulamenta a proteção do patrimônio cultural naquele estado, trata especificamente da definição das áreas envoltórias dos bens tombados. Segundo o autor, esse dispositivo estabelece diretrizes para a delimitação e controle dessas áreas, com o objetivo de assegurar a ambiência, a visibilidade e a integridade dos bens protegidos. O referido Decreto estabelece que:

> Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendendo um raio de 300

> (trezentos) metros, em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação (apud Meneses, s.d., p. 42).

A estratégia adotada pela legislação paulista de uniformizar o perímetro de entorno em um raio de 300m ao redor do bem tombado, resultou por gerar diversas dificuldades operacionais aos técnicos do patrimônio local, que passaram a responder pela análise de intervenções em inúmeros edifícios não tombados e sem relação efetiva com o bem protegido. Nesse sentido, conforme reflexão apresentada por Meneses (s.d., p. 43):

> [...] a cifra de 300m é totalmente arbitrária (Adroaldo da Costa, 1968: 381). Por que não 200m? Ou 400m, 500m? E por que teria a ambiência que coincidir sempre com uma área circular, quando a realidade aponta para a heterogeneidade e não a regularidade geométrica? (Até mesmo as teorias de "lugar central" na Geografia trabalham com polígonos e não círculos!). E quando a forma do bem for geometricamente irregular? E quando a inserção do bem no espaço implicar outra triangulação (isolado em espaço livre, esquina, miolo de trama, etc.)? E quando houver descontinuidade espacial, embora continuidade conceitual, histórica, estilística etc.?

Sendo assim, conforme destaca Sonia Rabello (2009, p. 123), "Caberá ao órgão competente estabelecer para cada tombamento os critérios pelos quais protegerá a visão do bem tombado, critérios estes que variarão conforme a categoria, tamanho, espécie de bem."

Tal entendimento reforça a necessidade de abordagens flexíveis e contextualizadas na delimitação das áreas de entorno, afastando soluções padronizadas e reconhecendo que cada bem patrimonial demanda parâmetros próprios de proteção, definidos a partir de suas características históricas, arquitetônicas, paisagísticas e de sua inserção no tecido urbano.

É nesta perspectiva que se insere a análise da área do entorno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, compreendendo que ela assume um papel preponderante como instrumento de preservação deste patrimônio cultural. As ações e, igualmente, as omissões relacionadas à regulamentação urbana no entorno do templo implicam em prejuízos à sua percepção e valorização enquanto patrimônio cultural da cidade. Sendo assim, demandam uma atenção criteriosa à vizinhança que com ela interage e influencia diretamente sua legibilidade, sua fruição e sua adequada integração ao espaço urbano.

3.2.2 O ENTORNO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO

O entorno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, no ato do seu tombamento no ano de 1955, era constituído de uma tipologia de casas térreas e de pequenos comércios, garantindo uma posição de destaque ao templo, seja por sua implantação em uma cota mais alta do terreno, seja pela diferença de escala entre a edificação religiosa e a edilícia do entorno (Figura 98). Ao longo dos anos esse ambiente foi se modificando, transformando-o em uma vizinhança que compromete a preservação e ambiência do patrimônio cultural local, ao mudar a tipologia preexistente para edifícios com dois ou até três pavimentos. Mudou-se a paisagem urbana, refletindo na visibilidade do bem tombado, passando a Igreja a ser ocultada por diversos elementos físicos característicos da cidade contemporânea, evidenciando a ausência de critérios normativos locais que dialoguem de forma efetiva com as diretrizes federais do tombamento.

Figura 98: Fachada e entorno imediato da Igreja Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: Arquivo IPHAN/PE (s.d.).

Dessa forma, a delimitação da área de tombamento, bem como a definição de uma poligonal de preservação para o entorno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, configura-se como medida essencial para conter o avanço desordenado da ocupação na

área envoltória do bem tombado. Ao estabelecer critérios e normas específicas para o uso, a ocupação e a conservação do espaço urbano adjacente, tais instrumentos contribuem para a salvaguarda da integridade de uma ambiência histórica e cultural. Alterações desordenadas no entorno – como construções modernas desproporcionais, instalações de fiações aparentes, publicidade visual agressiva ou a descaracterização das edificações vizinhas – podem comprometer gravemente a integridade da ambiência histórica e enfraquecendo a representatividade histórica do bem tombado.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a implementação de uma política de preservação patrimonial eficaz e coerente com sua relevância cultural e histórica. Conforme apontam Seixas e Arnaut (2014, p. 12):

> A falta de clareza e de definição de regras e diretrizes nas áreas de entorno de bens tombados acaba por ser um dos maiores problemas, podendo levar a que cada instância estabeleça critérios próprios de intervenção, gerando problemas, confusão e até mesmo a indisposição de usuários, moradores e investidores com relação à preservação de bens e sítios.

A principal problemática relacionada à Igreja de Nossa Senhora da Apresentação reside na ausência de políticas públicas e normas regulamentadoras eficazes voltadas à preservação, tanto do bem tombado, quanto do seu entorno. Soma-se a isso a inexistência de uma delimitação da poligonal de preservação do espaço imediato à Igreja. Nesse contexto, tornam-se essenciais as discussões acerca do papel do entorno na salvaguarda dos bens tombados, especialmente no que se refere à garantia da visibilidade e ambiência histórica do bem cultural no tecido urbano.

Como é próprio das dinâmicas urbanas, ao longo dos anos a área de entorno da Igreja vem passando por um processo gradual de transformação. As fotografias analisadas evidenciam as mudanças ocorridas na região e demonstram de que maneira elas interferem diretamente na ambiência histórica do bem cultural.

As ruas estreitas do centro comercial e administrativo da cidade, somadas à inexistência de um Plano Diretor, bem como o Código de Obras municipal e ao crescente número de veículos transitando na área da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, juntamente com a ausência de políticas de ordenamento do tráfego urbano, resultam na utilização do adro da igreja como estacionamento informal. Essa prática compromete a visibilidade do monumento.

A permissividade em relação ao uso irregular do adro como estacionamento público (Figura 99) restringe a livre circulação de pedestres e dificulta o tráfego local, gerando conflitos entre mobilidade urbana e preservação patrimonial. Além disso, a circulação frequente de caminhões no local constitui fator adicional de risco à integridade física do bem, uma vez que a limitação espacial para manobras – agravada pela presença de veículos estacionados – tem ocasionado danos aos primeiros degraus da escadaria de acesso ao templo. Tais ocorrências motivaram questionamentos encaminhados à Superintendência do Iphan em Alagoas pelo pároco local, Pe. José Aparecido, evidenciando a necessidade urgente de medidas de gestão e proteção do entorno como parte integrante da preservação do patrimônio.

Figura 99: Vista do Adro da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: O Autor (2025).

Por meio das fotografias analisadas, torna-se igualmente evidente as intervenções realizadas nas fachadas das residências vizinhas, incluindo a transformação do passeio público em varandas particulares, situação que provoca prejuízos à visibilidade do templo tombado. Observa-se, na fotografia de Marcel Gautherot, datada de 1955 (Figura 100), que a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação aparece na parte alta, centralizada e imponente, destacando-se na paisagem como um convite à religiosidade e fé cristã católica, além de estar em harmonia com o seu entorno imediato.

Figura 100: Fachada frontal da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: Arquivo IPHAN/PE
Fotografia de Marcel Gautherot

Na fotografia atual (Figura 101), observa-se que as calçadas das duas residências localizadas ao lado da primeira escadaria de acesso ao adro foram transformadas em varandas cobertas, bloqueando a contemplação do templo religioso em sua plenitude. Igualmente deve-se mencionar os postes e fiações elétricas dispostos de modo a agravar a obstrução da visibilidade desse exemplar da arquitetura religiosa cristã de origem colonial, datado do início do século XVII.

Nesse contexto, verifica-se que a ocupação indevida do espaço público infringe o que diz o artigo 18 do Decreto-lei 25/37, cuja finalidade consiste na “[...] proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano” (Rabello, 2009, p.122). Assim, a obstrução da visibilidade do bem cultural configura descumprimento do dispositivo legal, podendo ensejar a aplicação das sanções previstas no referido Decreto-lei.

Figura 101: Igreja Nossa Senhora da Apresentação com a visibilidade prejudicada pelas interferências do entorno



Fonte: O Autor (2025).

Na fotografia da fachada leste da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação (Figura 102), observa-se a ausência de interferências ou elementos que comprometam a visibilidade do monumento. A edificação apresenta-se integralmente livre, posicionada ao lado de um acesso em declive, em contraponto com a escadaria que dá acesso ao adro, permitindo a adequada contemplação das suas formas arquitetônicas e volumes, que atravessaram mais de quatro séculos de história.

Figura 102: Fachada Leste da Igreja Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: IPHAN Acervo Digital, s.d.

Na fotografia atual (Figura 103), em contraste com a situação anteriormente observada, verifica-se a construção de um muro de contenção da encosta, acompanhada da implantação de um jardim executado sem a elaboração de projeto paisagístico específico. De acordo com informações da Superintendência do Iphan de Alagoas, a intervenção não contou com autorização previa do órgão de preservação. A ausência de planejamento técnico adequado resultou em uma intervenção que compromete parcialmente a leitura da volumetria lateral da Igreja, ocultando elementos arquitetônicos relevantes e interferindo na percepção integral do monumento, de tal forma a invisibilizar o passado histórico de uma arquitetura que carrega em si a história do lugar, assim como a construção da memória coletiva de uma comunidade, seja ela cristã católica ou não.

Figura 103: Fachada lateral



Fonte: O Autor (2025).

O crescimento desordenado do comércio local, aliado à elevação dos gabaritos das edificações no entorno, têm comprometido a visibilidade e a ambiência do bem tombado. Conforme observado na (Figura 104), na qual se vê em destaque uma edificação que está sendo ampliada verticalmente, comprometendo a visibilidade da Igreja, da paisagem urbana e da topografia da região, no movimento de mudança da escala da cidade e da percepção urbana.

Figura 104: Construção de 3 pavimentos na vizinhança da Igreja



Fonte: O Autor (2025).

De acordo com Rabello (2009, p. 125), no que se refere aos imóveis vizinhos a bens tombado:

> [...] passa-se a exigir que estes não perturbem a visão de bem tombado, sem que, contudo, tenha de se manter o imóvel tal como é; basta que sua utilização ou modificação não afete a ambiência do bem tombado, seja pelo seu volume, ritmo da edificação, altura, cor ou outro elemento arquitetônico.

Nesse sentido, as transformações decorrentes da dinâmica urbana não são necessariamente vedadas, desde que realizadas de forma responsável e compatível com a preservação da ambiência e com a valorização do bem tombado no interior de um tecido urbano em constante transformação. Conforme observa Meneses (s.d., p. 42), “O beneficiário da observação/fruição visual, por certo, não pode ser circunscrito ao morador local, mas deve ampliar-se para todo cidadão que pratique o espaço em causa: é, portanto, prioritariamente o passante, o pedestre”. Desta forma, podemos entender o patrimônio cultual como objeto de fruição, cuja significação ultrapassa a esfera local e se amplia a todos aqueles que transitam, percebem e experenciam o lugar.

Na (Figura 105), fotografia tomada a partir do anel viário, contemplando parte da cidade de Porto Calvo, assim como a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, observa-se que a edificação destacada anteriormente (Figura 102) passa a encobrir parcialmente a visibilidade do templo. O que antes podia ser percebido em sua totalidade, hoje só se pode contemplar parcialmente. Tais impactos decorrem, em grande parte, da ausência de

fiscalização e da ineficaz atuação dos agentes públicos responsáveis. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de uma atuação coordenada entre o IPHAN, a Prefeitura Municipal de Porto Calvo e a Arquidiocese Metropolitana de Maceió, visando assegurar a preservação do bem cultural e promover a adequada ordenação de seu entorno urbano.

Figura 105: Vista da Igreja parcialmente encoberta pelas edificações destacadas ao centro da imagem



Fonte: O Autor (2025).

De acordo com Rabello (2009, p. 122). “A restrição que se impõe à vizinhança é decorrente da própria existência de um bem tombado, logicamente bem imóvel, no intuito de que ele seja visível e, consequentemente, admirado por todos.” Nesse sentido, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, revelada ao longe no ondular da topografia da cidade de Porto Calvo, corre o risco de se perder ocultada em meio à paisagem da cidade contemporânea em constante desenvolvimento urbano.

Do mesmo modo, a vista privilegiada do relevo e da própria cidade, que se descortina a partir do adro da Igreja, também se encontra ameaçada de desaparecimento. Sem a adoção de medidas urgentes que estabeleçam limites de gabarito para as edificações do entorno, tanto o monumento quanto sua ambiência visual e simbólica poderão ser gradativamente encobertos pelo desejo de modernizar a cidade e garantir a exploração comercial no entorno do bem tombado, comprometendo a integridade cultual, histórica e paisagística do sítio.

Preservar o entorno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação é essencial não apenas para conservar o patrimônio edificado, mas também para a manutenção da memória

e da identidade da comunidade porto calvense, reconhecida como um dos núcleos históricos mais antigos de Alagoas. As transformações urbanas observadas – expressas na alteração de gabaritos, na obstrução visual do monumento e no uso inadequado dos espaços adjacentes – evidenciam que a proteção do bem tombado depende diretamente da gestão qualificada da área urbana envoltória. Nesse sentido, a salvaguarda do entorno constitui condições indispensáveis para garantir a integridade visual, material e simbólico do monumento, assegurando sua permanência como referência cultural e histórica para as gerações presentes e futuras.

Nesse contexto, o plano diretor, previsto no Estatuto da Cidade, revela-se instrumento essencial para disciplinar o uso e a ocupação do solo nas áreas adjacentes, estabelecendo parâmetros urbanísticos que assegurem a compatibilidade entre novas intervenções e a preservação do patrimônio. Por meio da definição de zonas de proteção, controle de gabarito, diretrizes para uso do solo e mecanismos de gestão participativa, o plano diretor contribui para um desenvolvimento urbano mais equilibrado e comprometido com a salvaguarda da memória e da identidade local.

3.2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL EM RISCO: Limites do Planejamento Urbano em Porto Calvo.

A ausência de instrumentos efetivos de ordenamento territorial e de regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, na cidade de Porto Calvo, contribui para um processo acelerado de crescimento desordenado no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Tal dinâmica, tem produzido impactos diretos sobre a ambiência, a visibilidade e a integridade paisagística do bem tombado, evidenciando a fragilidade da articulação entre desenvolvimento urbano e preservação patrimonial do município.

Nesse contexto, o Estatuto da Cidade configura-se como importante marco normativo, ao estabelecer princípios e diretrizes voltados à promoção de um planejamento urbano democrático, inclusivo e sustentável. Por meio de instrumentos como o Plano Diretor, a gestão participativa e a função social da propriedade, a legislação urbanística oferece bases para a formulação de políticas públicas capazes de conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação do patrimônio cultural. Assim, o Estatuto da Cidade possibilita a construção de estratégias de ordenamento territorial que não apenas organizam o espaço urbano, mas também contribuem para a proteção dos bens históricos

e culturais, promovendo uma ocupação mais equilibrada e socialmente orientada do território.

Instituído pela Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade constitui um marco fundamental na política urbana brasileira, ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e estabelecer diretrizes gerais voltadas ao ordenamento e à gestão democrática das cidades. A legislação consolida princípios orientados à função social da propriedade urbana e ao planejamento participativo, oferecendo instrumentos jurídicos e urbanísticos destinados à promoção do desenvolvimento urbano sustentável, à redução das desigualdades socioespaciais e à garantia do direito à cidade.

No contexto da preservação do patrimônio cultural de Porto Calvo, instrumentos como o Plano Diretor e o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) assumem papel estratégico na organização do espaço urbano e na proteção dos bens culturais, como a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Previsto no Estatuto da Cidade, o Plano Diretor – obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes –, estabelece diretrizes para o uso e ocupação do solo urbano, possibilitando a definição de zonas de proteção, parâmetros construtivos e medidas de salvaguarda do entorno de bens tombados. Por sua vez, o EIV configura-se como instrumento preventivo, ao avaliar previamente os impactos que novos empreendimentos podem causar na paisagem urbana, na ambiência e na integridade do patrimônio cultural. Dessa forma, a articulação entre esses mecanismos contribui para a construção de um planejamento urbano mais equilibrado, capaz de conciliar o desenvolvimento da cidade com a preservação de sua memória, identidade e valores culturais.

De acordo com o Estatuto da Cidade em seu Capítulo III – Plano Diretor, artigo 40, parágrafo 4º, estabelece que:

> art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
>
> § 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:
>
> I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
>
> II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
>
> III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (Estatuto da Cidade, p. 27).

O artigo 40 do Estatuto da Cidade reafirma o plano diretor como o principal instrumento de orientação da política urbana municipal, atribuindo-lhe centralidade na definição das diretrizes de desenvolvimento e expansão das cidades. Ao estabelecer, em seu § 4º, a obrigatoriedade da participação popular, da transparência e do acesso à informação, o dispositivo fortalece a gestão democrática do território, garantindo que a elaboração e a implementação do plano não se configurem como processos técnicos restritos, mas como construções coletivas. Nesse sentido, a realização de audiências públicas e debates ampliam a inclusão dos diversos segmentos sociais, permitindo que demandas locais — como a preservação do patrimônio cultural — sejam efetivamente consideradas no planejamento urbano. A publicidade dos documentos e o livre acesso às informações, por sua vez, asseguram maior controle social e fiscalização das ações do poder público, contribuindo para a efetividade das políticas urbanas. Assim, o artigo evidencia que o planejamento urbano, para ser legítimo e eficaz, deve estar fundamentado na participação cidadã e na transparência, elementos essenciais para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e comprometidas com a proteção de sua memória e identidade cultural.

Com a implantação do Plano Diretor atualmente em desenvolvimento pela gestão municipal da cidade de Porto Calvo, espera-se que sejam contempladas no documento as Zonas Especiais de Proteção Cultural (ZEPC), bem como o estabelecimento de normas e diretrizes para o uso e ocupação do solo urbano no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. A definição de parâmetros construtivos, especialmente quanto à delimitação das alturas e à volumetria das edificações vizinha, contribuirá para a preservação da visibilidade e ambiência do bem tombado. Além disso, tais medidas poderão favorecer a valorização do potencial turístico da área, articulando preservação patrimonial e desenvolvimento urbano de forma equilibrada e sustentável.

A participação da sociedade civil no processo de planejamento urbano contribui para o enriquecimento das decisões relacionadas ao futuro da cidade, fortalecendo práticas democráticas e transparente de gestão patrimonial. Por meio de audiências públicas, consultas e demais mecanismos participativos, a população passa a ter a oportunidade de expressar suas opiniões, demandas e expectativas, colaborando ativamente na construção de diretrizes que atendam às necessidades coletivas e promovam um desenvolvimento urbano mais inclusivo e socialmente legitimado.

Em continuidade a essa perspectiva de gestão democrática e planejamento participativo estabelecida pelo Estatuto da Cidade, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) surge como um instrumento complementar fundamental para a efetivação das diretrizes previstas pelo Plano Diretor, voltado à análise prévia dos efeitos que determinados empreendimento ou intervenções urbanas podem gerar no seu entorno. O EIV permite avaliar aspectos como adensamento populacional, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, paisagem urbana e os impactos sobre o patrimônio cultural. Sua aplicação contribui para a prevenção de danos e para a tomada de decisões mais conscientes por parte do poder público, garantindo que o processo de desenvolvimento urbano ocorra de forma equilibrada e em consonância com os interesses coletivos, especialmente no que se refere à proteção da ambiência e da integridade de bens culturais em cidades históricas como Porto Calvo.

De acordo com o Estatuto da Cidade em sua Seção XII, Estudo de Impacto de Vizinhança, artigo 37, inciso VII, estabelece que:

> O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:
> VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural. (Estatuto da Cidade, p. 26).

Nesse sentido, ao incluir entre os aspectos mínimos de análise, a paisagem urbana e o patrimônio natural e cultural, o inciso VII reforça a compreensão de que o desenvolvimento das cidades não pode se dissociar da preservação de sua identidade e de seus valores históricos. Tal dispositivo amplia o alcance do EIV para além de questões meramente técnicas ou econômicas, incorporando dimensões simbólicas, culturais e ambientais que impactam diretamente a qualidade de vida da população. No caso de cidades detentoras de relevante acervo histórico, como Porto Calvo, essa previsão legal torna-se ainda mais significativa, pois possibilita avaliar previamente intervenções que possam comprometer a ambiência e a integridade de bens culturais, contribuindo para a adoção de medidas mitigadoras e para a construção de um modelo de desenvolvimento urbano mais sensível à memória coletiva e à preservação do patrimônio cultural.

Diante desse conjunto de instrumentos e diretrizes que articulam planejamento urbano, participação social e proteção da ambiência e do entono do templo religioso, torna-se evidente a necessidade de ações mais específicas voltadas à salvaguarda efetiva dos bens culturais. Nesse sentido, a análise do caso da Igreja de Nossa Senhora da

Apresentação, na cidade de Porto Calvo, em Alagoas, conduz à reflexão sobre a importância de mecanismos complementares de proteção, especialmente quando há fragilidades na delimitação ou na atualização das informações relativas ao bem tombado. Assim, o próximo subcapítulo se dedica à discussão da rerratificação do tombamento, compreendida como medida necessária para revisar, atualizar e aperfeiçoar os parâmetros de proteção da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, garantindo maior clareza quanto à delimitação de sua área de proteção, de seu entorno e das diretrizes de preservação aplicados.

3.3 A Proposta de Rerratificação do Tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Neste subcapítulo, será apresentado a proposta de rerratificação do Tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, da cidade de Porto Calvo, em Alagoas, considerando o seu excepcional valor histórico e cultural, já evidenciado no primeiro capítulo, bem como as motivações que fundamentaram seu processo de tombamento, preservação e salvaguarda, discutidos no segundo capítulo. A análise realizada permitiu identificar lacunas no processo original de proteção da edificação religiosa, indicando a necessidade de revisão e atualização dos instrumentos de tutela patrimonial, de modo a assegurar maior precisão técnica, coerência documental e efetividade na preservação do bem cultural.

Tais lacunas dizem respeito, sobretudo, à delimitação precisa da área tombada e de seu entorno, assim como aos mecanismos de atuação, fiscalização e gestão do bem cultural, especialmente quando se considera a complexidade histórica de um monumento cuja origem remonta ao início do século XVII. Nesse sentido, propõe-se uma reflexão crítica acerca da necessidade de rerratificação do tombamento, com vistas ao aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção e à consolidação de diretrizes mais claras e eficazes para a preservação do patrimônio cultural em questão.

Segundo Cléo Alves Pinto de Oliveira (2014, p.4), em parecer referente à Rerratificação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Icó:

> A rerratificação de um tombamento possibilita aos envolvidos voltarem o olhar novamente para o território protegido e avaliar os efeitos do ato, bem como da ação do Iphan no local, com o objetivo de identificar acertos, falhas e caminhos possíveis

para uma maior efetividade da política de preservação.

Portanto, a rerratificação do tombamento, compreendida como oportunidade de revisão crítica e de aprimoramento da política de preservação, evidencia seu caráter reflexivo e avaliativo. Ao sugerir que esse processo permite “voltar o olhar novamente para o território protegido”, desloca-se o tombamento da condição de um ato meramente burocrático e definitivo para a de instrumento dinâmico, passível de reavaliações à luz dos efeitos produzidos e da própria atuação institucional no local. Essa perspectiva revela-se positiva ao reconhecer que a preservação do patrimônio cultural não é estática, mas atravessada por transformações sociais, econômicas e culturais, exigindo constante acompanhamento e ajustes.

No caso da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, por se tratar de um bem tombado pelo Iphan em 1955, não houve à época, a definição da poligonal de tombamento, tampouco, delimitação da área de entorno do bem protegido. Ao analisar o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, verifica-se que o referido diploma legal não utiliza o termo "rerratificação" para tratar de eventuais correções, revisões ou complementações relativas ao processo de tombamento.

No entanto, a revisão do Tombamento (Rerratificação), no âmbito administrativo, configura-se como procedimento de retificação técnica destinada ao aprimoramento da proteção patrimonial. Tal procedimento visa à atualização da descrição do bem, à definição de seus limites, à delimitação da área tombada ou ainda à incorporação de novos valores identificados ao longo do tempo, sem que isso implique a anulação do ato original de tombamento. Trata-se, portanto, de medida administrativa voltada ao aperfeiçoamento dos mecanismos de salvaguarda, adequando a proteção às novas leituras e demandas relacionadas ao patrimônio cultural. Conforme estabelece as *Normas de preservação para bens tombados em contextos urbanos*: Manual de orientações (2025, pp. 40-41), descreve que:

> Debater a rerratificação de processos de tombamento [...] não esgota os dilemas e dúvidas. Pelo contrário, lança luz sobre a necessidade de diferenciar os procedimentos que se enquadram no âmbito da gestão cotidiana dos bens tombados daqueles relativos à demanda de rerratificação do tombamento, que, quando constatada, é submetida à apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

A rerratificação configura-se como mecanismo institucional destinado à atualização de informações relativas ao bem protegido, à redefinição de parâmetros de proteção e à criação de espaço para a revisão crítica dos valores que fundamentam a política de tombamento. De acordo com as Normas de preservação para bens tombados em contextos urbanos: Manual de orientações (2025, p. 41) estabelece que:

> A rerratificação de um tombamento exige justificativas técnicas robustas, análises jurídicas (quando necessário) e o atendimento aos princípios da legalidade, da publicidade e da transparência na administração pública. Sempre que houver alteração do valor ou do objeto de proteção, será necessária a rerratificação do processo de tombamento, independentemente do início da ação de normatização.

A exigência de fundamentação técnica constitui mecanismo essencial para evitar decisões arbitrárias, assegurando que eventuais alterações no processo de tombamento sejam devidamente justificadas e amparadas por critérios técnicos e legais. No entanto, a participação ativa da comunidade na validação dos valores atribuídos ao patrimônio cultural revela-se igualmente indispensável ao processo de rerratificação na medida em que reconhece o caráter social do patrimônio e incorpora as percepções coletivas na definição e atualização dos sentidos de proteção do bem tombado.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 descreve que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro”. Tal formulação revela uma concepção ampliada e democrática de patrimônio cultural, ao reconhecer que sua preservação não constitui responsabilidade exclusiva do Estado, mas dever compartilhado com a sociedade, reafirmando o caráter coletivo da proteção e valorização dos bens culturais.

Contudo, a participação da comunidade nem sempre se efetiva nos processos de reconhecimento e gestão dos bens culturais. No caso do tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, o ato foi realizado por meio do Decreto-Lei 1.618 “A” sem que houvesse participação direta da população local no processo decisório. Decorrido mais de sete décadas desde o reconhecimento de seus valores histórico, cultural e paisagístico, observa-se que a comunidade de Porto Calvo ainda não tem participação nos processos de gestão e preservação do bem tombado, evidenciando a necessidade de mecanismos mais inclusivos e participativos na política de salvaguarda patrimonial.

Conforme estabelece o Manual de orientações (2025, p. 38), no que se refere às *Normas de Preservação para Bens Tombados em Contextos Urbanos*:

> A participação daqueles que habitam/usam/ocupam o bem tombado, objeto da norma de preservação, é fundamental, não só pela incorporação da dimensão do vivido na compreensão do território mas também como elemento de apropriação e sustentabilidade da ação de normatização, abrindo caminhos para a construção da gestão compartilhada do bem tombado.

Considerando que o tombamento envolve valores culturais, identitários e simbólicos, revela-se pertinente a incorporação de mecanismos de escuta pública, consultas e/ou audiências, de modo a ampliar a legitimidade democrática das decisões administrativas e assegurar a participação ativa da comunidade na construção do processo de reconhecimento, valorização e preservação do bem cultural.

No caso da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação na cidade de Porto Calvo, observa-se a carência de políticas públicas voltadas à inserção da população local nos processos de valorização e preservação do patrimônio cultural, especialmente no que concerne à implementação de ações de educação patrimonial, à instituição de um conselho municipal de patrimônio cultural e à utilização articulada de instrumentos de planejamento urbano, como Plano Diretor, capazes de integrar a preservação à dinâmica do desenvolvimento urbano.

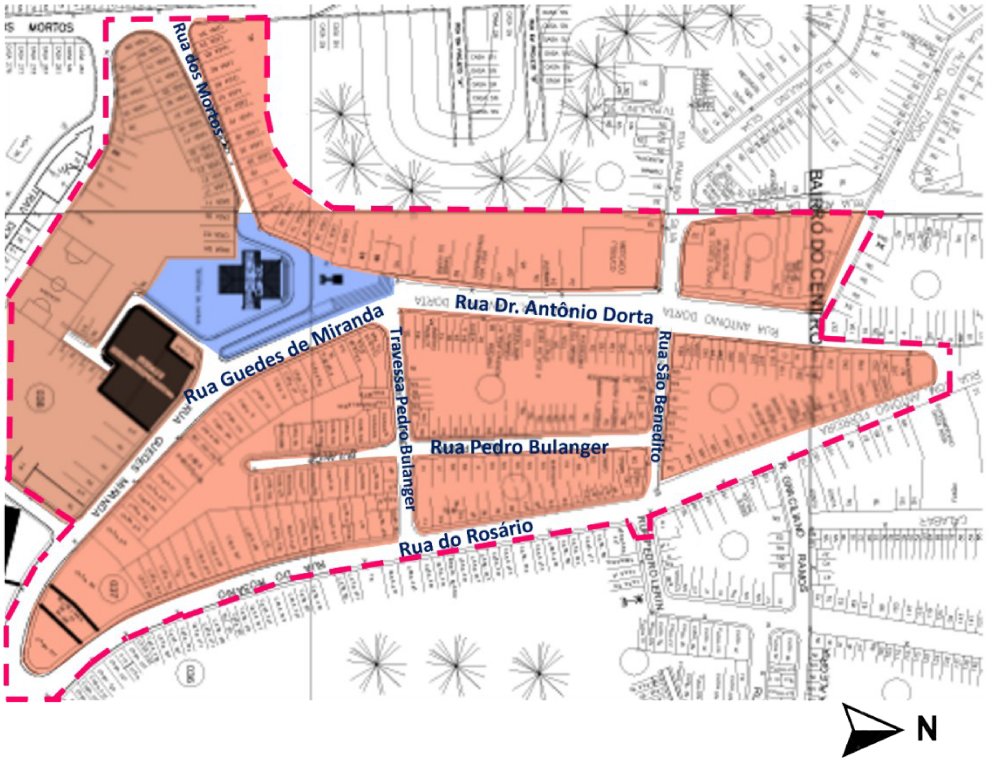
A rerratificação do tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação se justifica pela necessidade de atualização e aperfeiçoamento dos parâmetros de proteção do bem, especialmente diante das transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo em seu entorno. Tombamentos realizados em períodos mais antigos, muitas vezes, apresentam delimitações imprecisas, ausência de definição clara da área de entorno ou lacunas quanto às diretrizes de intervenção, fatores que fragilizam a efetividade das ações de preservação. Nesse sentido, a rerratificação permite revisar esses elementos, estabelecendo critérios mais adequados à realidade atual, como a redefinição de limites de proteção, a inclusão de diretrizes específicas para o entorno e a compatibilização com instrumentos urbanísticos, a exemplo do Plano Diretor e o Estudo de Impacto de Vizinhança, previstos no Estatuto da Cidade, bem como da incorporação de ações de Educação Patrimonial. Além disso, esse processo contribui para o fortalecimento da segurança jurídica e para o aprimoramento da gestão do patrimônio cultural, contribuindo para a proteção mais eficaz da ambiência, da integridade e dos valores históricos, culturais e simbólicos associados ao bem.

Nesse contexto, a falta de normas claras, ausência de fiscalização efetiva, carência de uma política pública municipal que coordenasse o crescimento da cidade, somada as

modificações constantes de gabaritos das edificações comerciais e residenciais situadas no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, tem interferido diretamente na visibilidade e na ambiência do bem tombado. Diante desse cenário, propõe-se que seja definido no Plano Diretor do município de Porto Calvo, que o entorno da Igreja seja tratado como área de preservação cultural e toda área estabelecido os limites de altura de gabarito, garantindo a preservação do patrimônio cultural local.

Nesse sentido, a proposta de delimitação da área de tombamento, representada pelo Ponto 1, na cor azul no mapa da cidade (Figura 106) e na fotografia aérea (Figura 107), compreende a edificação religiosa, seu jardim, o adro da Igreja, bem como a escadaria de acesso ao adro. Já a área de entorno, indicada pela marcação do Ponto 2 no referido mapa, abrange as edificações localizadas na rua dos Mortos, situada à lateral esquerda da Igreja; na rua Professor Guedes de Miranda, à lateral direita; e na rua Dr. Antônio Dorta, principal via urbana situada a sua frente. Propõe-se que as alturas dos gabaritos das edificações, mantenham-se a configuração atual, não sendo permitida alterações verticais, impedindo que as construções térreas ainda existente se mantenham como estão e as edificações que foram adicionados pavimentos superiores não evoluam verticalmente, evitando assim a obstrução visual do bem tombado. Incluem-se, ainda, as edificações das vias adjacentes Ponto 3, como a Travessa Pedro Bulanger, a rua Pedro Bulanger e a rua São Benedito, consideradas fundamentais para a preservação da ambiência histórica da preservação paisagística do bem tombado.

Figura 106: Mapa de delimitação da área de tombamento e entorno



Fonte: O autor (2026).

Figura 107: Vista aérea da delimitação da área de tombamento e entorno



Fonte: Cauã Gonzaga (2024).

Dessa forma, a proposta de rerratificação do tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação configura-se não apenas como medida administrativa de atualização documental, mas como instrumento estratégico de fortalecimento da política de preservação patrimonial em Porto Calvo. Ao revisar limites, redefinir diretrizes de proteção e incorporar a participação social como elemento estruturante da gestão do patrimônio, a

rerratificação possibilita alinhar o reconhecimento histórico do bem às demandas contemporâneas de preservação urbana e cultural. Mas do que corrigir lacunas do processo original, trata-se de reafirmar o valor simbólico, histórico e indenitário da Igreja no contexto local, assegurando condições efetivas para sua salvaguarda e para a manutenção de sua ambiência histórica. Assim, a preservação deixa de ser compreendida como ato estático do passado e passar a constituir um processo contínuo, território e cidadania na construção do futuro do patrimônio cultural porto calvense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A presente pesquisa possibilitou compreender a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, localizada em Porto Calvo, não apenas como um exemplar significativo da arquitetura religiosa colonial, mas como um documento histórico que materializa as relações entre território, fé, poder e cultura no processo de formação do espaço luso-brasileiro. Ao mesmo tempo, a investigação revelou que a edificação não pode ser compreendida de maneira isolada, mas como parte de um sistema mais amplo de relações entre poder, religiosidade e território. A implantação estratégica em área elevada, a organização espacial interna e a centralidade simbólica da capela-mor evidenciam uma arquitetura que não apenas abriga práticas religiosas, mas também materializa hierarquias sociais e mecanismos de controle e ordenamento do espaço colonial. Nesse sentido, A Igreja configura-se como expressão concreta de um projeto civilizatório que articulava fé e dominação, ao mesmo tempo em que estruturava a paisagem e o cotidiano das populações locais.

No campo da preservação, a pesquisa demonstrou que o reconhecimento institucional promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, embora fundamental, não se mostra suficiente para garantir a efetiva salvaguarda do bem. A análise do processo de tombamento, bem como das intervenções e transformações sofridas ao longo do tempo, evidencia tensões entre critérios técnicos, valores atribuídos e uso social do patrimônio. Tais tensões revelam a necessidade de uma abordagem mais integrada, que considere não apenas os aspectos materiais e normativos, mais também as dimensões simbólicas, afetivas e sociais que conferem sentido ao patrimônio.

É nesse contexto que a educação patrimonial se afirmar como eixo estruturante para a construção de práticas mais inclusivas e sustentáveis de preservação. Ao deslocar o foco da tutela exclusivamente institucional para a participação social, a educação patrimonial possibilita a construção de uma consciência crítica acerca do valor dos bens culturais, promovendo processos de identificação, pertencimento e corresponsabilização. As estratégias propostas nesta pesquisa, baseadas em metodologias lúdicas e acessíveis, como jogos educativos e recursos interativos, indicam caminhos possíveis para a democratização do conhecimento e para o fortalecimento do vínculo entre a comunidade e o patrimônio.

Dessa forma, conclui-se que a preservação da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação depende, fundamentalmente, da articulação entre instâncias institucionais e sociedade civil, mediada por práticas educativas que promovam a apropriação social do patrimônio. Mas do que um objeto a ser conservado, o patrimônio cultural deve ser compreendido como um processo em constante construção, no qual se entrelaçam memórias, identidade e práticas sociais. Assim, a efetivação de políticas de salvaguarda exige não apenas instrumentos legais, mas, sobretudo, o engajamento ativo da comunidade, capaz de reconhecer no patrimônio um elemento vivo de sua própria história e um recurso fundamental para a construção de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS:

ABREU, João C. de. **Capítulo de História Colonial (1500 – 1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro. **Notas sobre os holandeses no Brasil**. Série Estudos Alagoano, Caderno XXV, Secretaria Estadual de Cultura, Maceió.1965.

_____. **História de Alagoas.** Maceió: Sergasa. 2000.

ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.

_____. **O Tesouro Holandês de Porto Calvo**. Maceió: Série Estudos Alagoano, Caderno IV, Divulgação de Departamento Estadual de Cultura. 2023.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. **O Tombamento como Instrumento de Proteção ao Patrimônio Cultural**. Revista Brasileira de Artigos Políticos. Minas Gerais, 2008. Disponível em: <Tombamento/Alexandre%20Ferreira%20O%20TOMBAMENTO%20COMO%20INSTRUMENTO%20DE%20PROTEÇÃO%20AO%20PATRIMÔNIO%20CULTURAL.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2026. https://doi.org/10.9732/69

AMA e prefeitura de Porto Calvo lamentam morte de ex-prefeito. AMA, Maceió, 04 abr. 2019. Disponível em: < https://ama-al.com.br/65458-2/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

Biografia. Câmara dos Deputados, Brasília, s.d.. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/senadores/constituicao20anos_bioconstituintes?pk=100867> Acesso em 28 nov. 2025.

BARLAEUS, Gaspar. **O Brasil Holandês sob o Conde João M. de Nassau**: história dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil. Tradução de Claudio Brandão. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. Edusp, 1974.

BICCA, Brianne Elisabeth et al. **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasília: Unesco, 2006.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: Acesso em: 15 de ago. de 2024.

BRESCIANI, SJ, Carlos. **Companhia de Jesus. 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil.** Rio de Janeiro: Estação Brasil. 2019.

BURKE, P. **Testemunho ocular**: história e imagem. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

CABANOS, revista de história, Maceió, Edufal, jan./jun. 2006. ISSN 1809-6050.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 6ª ed. Maceió: EDUFAL, 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1956

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo, Annablume, 2009.

CASTRO, Marilia. **Manifestações religiosas processionais. Passado e presente na tradição brigantina.** Journal of the Sociology and Theory of Religion**.** 2019. Disponível em: https://revistas.uva.es/index.php/socireli/article/view/3241. Acesso em 13 de abr. 2025. https://doi.org/10.24197/jstr.0.2019.83-110.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo, UNESP. 2001.

_____. **O Patrimônio em questão.** Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.

COELLO, Dvarte de Albvqverqve. **Memorias Diarias de la Gverra del Brasil.** Madrid, 1654.

CORREIA, José Eduardo Horta. **Arquitectura Portuguesa:** Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão. Lisboa: Ed. Presença, 1991.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**: Resumo didático. 3ª ed. Maceió: Editora do CESMAC: EDuneal, 2020.

COSTA, Marluce Maria da. **A Serpente Adormecida**. Rio de Janeiro/RJ: Câmara Brasileira de Jovens Escritores 2011.

CUNHA, Claudia. **Porto Calvo Cidade da Gente**: Estudos Regionais: Ensino Fundamental**.** Fortaleza: Ed. Didáticos, 2023.

DANTAS, Carmen Lucia. **Alagoas Memorável – Patrimônio Arquitetônico.** Maceió, Instituto Arnon de Mello. 2011

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª ed. Maceió: Edufal, 2012.

DUARTE, Abelardo. **Três Ensaios**: Do Republicanismo nas Alagoas, Episódio do Contrabando de Africanos nas Alagoas, Os Jesuítas nas Alagoas. Maceió: Departamento de Educação e Cultura, 1966.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **A Geographia Alagoana ou Descripção Physica, política e Histórica da Província das Alagoas.** 2ª ed. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego [et al]. Manual de orientações às políticas municipais de patrimônio cultural: **comissão de patrimônio cultural: CPC-CAU/SP**. 2022.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Três vezes Zumbi**: a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

GALINDO, M. e HULSMAN L. (Org.). **Guia de Fontes para a História do Brasil holandês**. Recife: Editora Massangana, 2001.

GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxelas (1881). **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. N. 16, 6º do Volume II. Succinta descripção do município de Porto-Calvo pelo bacharel Olympio E. de Arroxellas Galvão. 1881 (pp. 173 – 186).

GENTIL, José da Frota. 1940. **Quarto Centenário da Companhia de Jesus.** Ano XLVI, outubro 1940, número 533

GOMES, Edilton Mascarenhas**. ASPECTOS IDENTITÁRIOS DO CULTO A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FEIRA – BA.** 2021**.** (Dissertação Arqueologia e Patrimônio Cultural) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira/BA, 2021. Disponível em: https://ufrb.edu.br/ppgap/images/2021_EDILTON.pdf. Acesso em: 15 de abr. 2024.

HORNAERT, Eduardo. **Estória da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época: período colonial. 5ª ed. Petropólis: Vozes, 2008.

ICOMOS; UNESCO; ICCROM. **O Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994)**. Nara, 1994. Disponível em: https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/35%20Documento%20de%20Nara%20sobre%20autenticidade%201994.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

IPHAN. **Marco histórico da ocupação holandesa no Brasil, Fortim Bass (AL) é restaurado**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5079/marco-historico-da-ocupacao-holandesa-no-brasil-fortim-bass-em-alagoas-e-restaurado. Acesso em: 30 de marc. 2025.

IPHAN. Cartas Patrimoniais. **Carta de Veneza** – Monumentos e Sítios, maio de 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 21 de jan. 2026.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Intervenções em bens culturais móveis e integrados à arquitetura**: manual para elaboração de projetos / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Ana Claudia Magalhães. – Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/2c39a501-a3de-47f4-941b-6e1ea7824c26?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 de jan. 2026.

KUBLER, George. **Arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706**. Lisboa: Vega, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, et al. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal.** 2ª ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.

LOEWEN, Andrea Buchidid. **Estilo Desornamentado, arquitetura chã**: alguns aspectos do Renascimento na Península Ibérica. Pós, v. 18, n. 30. São Paulo: dezembro 2011. Acesso em: 05 de fev. 2004. https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v18i30p56-69

LONDRES, Cecília. **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Ana Claudia Magalhães. – João Pessoa/PB, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf. Acesso em: 22 de jan. 2026.

LOWENTHAL, D. **Como Conhecemos o Passado**. 7ª ed. Cambridge, Universidade de Cambridge. 1995. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154. Acesso em: 10 de out. 2024.

MEGALE, Nilza Botelho. **Cento e Sete Invocações da Virgem Maria no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Invocações da Virgem Maria no Brasil**. Petrópolis. 6ª ed. Vozes, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Fundação Pró-memória, 1987.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **O Campo do Patrimônio Cultural**: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, I., 2012, v. 1, Brasília, DF: Anais... Brasília, DF: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. In: IPHAN (org.). Patrimônio: Atualizando o Debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de Bens Tombados.** Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010.

MOTTA, Lia e REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario. Acesso em: 09 jan. 2026.

NEVES, Belinda Maria de Almeida. **DE TEMPLO JESUÍTICO À SÉ CATEDRAL:** Transformações Ornamentais e Iconográficas da Igreja do Colégio após a expulsão dos Jesuítas. 2020. Tese (Doutorado em Artes Visuais, Escola de Belas Artes) Universidade Federal da Bahia. Salvador 2020. Disponível em: https://www.ppgav.eba.ufba.br/sites/ppgav.eba.ufba.br/files/tese_final_belinda_neves.pdf. Acesso: 10 de fev. 2025.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e Estratégia:** considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro/Uberlândia. José Olympio Editora. 1988.

OLIVEIRA, C.M.S. **"Uma Vila no Brasil": Um Paraíso na Colônia aos Olhos de Frans Post?** Niterói/RJ, v. 10, p. 11 - 26, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/221675175_Uma_vila_no_Brasil_um_paraiso_na_colonia_aos_olhos_de_Frans_Post. Acesso em: 05 de fev. 2025.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **Rerratificação do tombamento conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó**. Brasília: Iphan, 2014.

OLIVEIRA, F.I.D. **O fio da memória:** as paisagens do Brasil holandês. Dialogos Revista de História, Universidad de Costa Rica Vol. 15 nº 2, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285815048_O_fio_da_memoria_as_paisagens_do_brasil_holandes/link/5663be2e08ae192bbf8ef77e/download. Acesso em: 25 de mar. 2025.

OLIVEIRA, Roseline. **As vilas e seus gestos urbanos**: o desenho de seis núcleos de origem colonial no contexto da representação textual e iconográfico dos séculos XVI e XVII. Maceió: EDUFAL, 2018.

PEREIRA, Juliana Melo. **ADMIRÁVEIS INSENSATOS:** Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11356/1/Admir%c3%a1veis%20Insensatos_BIBLIOTECA.pdf. Acesso em: 05 de out. 2023.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados. Brasília/DF. Iphan/Monumenta, 2012.

QUEIROZ, Álvaro. **Clero e política nas Alagoas.** Maceió: Gráfica Bom Conselho, 1996.

_____. **Episódios da História das Alagoas.** 3 ed. Maceió. Gráfica Moura Ramos. 1999.

_____. **Missão de Porto de Pedras:** primícias da evangelização nas Alagoas. 400 anos de evangelização. Maceió, 1996.

_____. **Notas de História da Igreja nas Alagoas.** Maceió. Edufal, 2015.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

_____. **O tombamento**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento). <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf> Acesso em: 10 de jan. 2026

Revista Incelências, 2011, 2(1), pp. 5-27. ISSN: 2178-0935

RIBEIRO, Emanuela Souza e SILVA Aline de Figueirôa. **INVENTÁRIOS DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: a experiência do INBMI/ Iphan em Pernambuco.** 2010. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6125/4447>. Acesso em: 10 de jan. 2026.

ROCHA, Vítor Manuel Araujo de Souza. **Colégio do Espírito Santo**: Contributos para uma aproximação à estética da companhia de Jesus. 2010. Dissertação (Mestrado em

Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Évora. Évora, 2010. Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/18245. Acesso em: 11 de dez. 2023.

RODHEN, Dom Carmo João. Significado das Novenas. **CNBB**, 2023. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/significado-das-novenas/. Acesso em: 25 de mar. 2025.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**: 1500-1627. 4ª ed. São Paulo: Melhoramento, 1954.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (BRASIL). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: Sphan/Pró-Memória, 1980. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/932>, Acesso em 30 de jan. 2026.

SILVA, Alex Sandro Rufino da. **Arquidiocese de Maceió:** um século de história. Maceió/AL: Gogó da Ema, 2022.

SILVA, Leonardo Dantas. **Holandeses em Pernambuco 1630 – 1654.** 2ª ed. Recife: Caleidoscópio, 2011.

SILVEIRA, Paulo de Castro. **Jayme de Altavila.** Maceió: Edisa, 1971.

SOUZA, Fernando Guerra de. **Açúcar**: riqueza e arte em Pernambuco. Recife: Cepe, 2022.

TEMPESTA, Dom Orani João. Novena de Nossa Senhora Aparecida. **CNBB**, 2024. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/novena-de-nossa-senhora-aparecida-3/. Acesso em: 25 de mar. 2025.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Fé, a Capela, os Santos**. In: Cabanos – Revista de História. Maceió: Edufal, 2006. p. 13-44.

_____. **OS CAMINHOS DO AÇÚCAR EM ALAGOAS**: do banguê à usina, do escravo ao boia-fria. In: Revista Incelências, 2011. Maceió: Cesmac, ISSN: 2178-0935. pp. 5-27.

TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Cármen Lúcia. **Caminhos do Açúcar:** engenhos e casas-grandes das Alagoas. 2 ed. Maceió/AL. s.d.

VIEIRA, D.S.L. **Cultura Visual e Paisagem**: a topografia da Nova Holanda e a evocação da colônia açucareira no Brasil. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 08-31, jan./abr. 2016. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/pt_BR/article/view/6910. Acesso em: 07 de jan. 2025. https://doi.org/10.5965/1984724617332016008